



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE**

ANDRÉA MARIA CAMERINO ROBERTO

**O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL SOB O OLHAR DA PESSOA
IDOSA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE**

**FORTALEZA - CEARÁ
2013**

ANDRÉA MARIA CAMERINO ROBERTO

O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL SOB O OLHAR DA PESSOA IDOSA NO
MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Ferreira Osterne.

FORTALEZA – CEARÁ
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho
Bibliotecário (a) Leila Cavalcante Sátiro – CRB-3 / 544

R639e Roberto, Andréa Maria Camerino.

O exercício do controle social sob o olhar da pessoa idosa no município de Fortaleza-CE/Andréa Maria Camerino Roberto. — 2013.

CD-ROM 113f. : il. (algumas color.) ; 4 ¾ pol.

“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slin (19 x 14 cm x 7 mm)”.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Sociedade.

Orientação: Profª. Drª. Maria do Socorro Ferreira Osterne.

1. Idoso. 2. Participação. 3. Protagonismo. 4. Controle social.
I. Título.

CDD: 915



Universidade Estadual do Ceará
Centro de Humanidades
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Programa de Mestrado Acadêmico em Políticas
Públicas e Sociedade

MESTRADO ACADÊMICO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS
e
SOCIEDADE

ANDRÉA MARIA CAMERINO ROBERTO

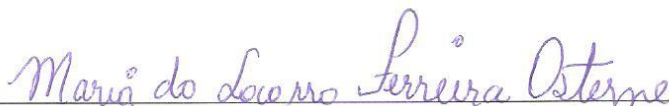
**O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL SOB O OLHAR DA PESSOA IDOSA
NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Sociedade.

Área de concentração: Políticas Públicas e Sociedade

Aprovada em: 23 / 08 / 2013.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira Osterne (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profa. Dra. Mônica Dias Martins
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Profa. Dra. Adriana de Oliveira Alcântara
(Instituto Superior de Teologia Aplicada, INTA)



Universidade Estadual do Ceará
Centro de Humanidades
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Programa de Mestrado Acadêmico em Políticas
Públicas e Sociedade

MESTRADO ACADÊMICO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS
e
SOCIEDADE

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Título da dissertação: O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL SOB O OLHAR DA PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE.

Nome da Mestranda: Andréa Maria Camerino Roberto

Nome da Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira Osterne

BANCA EXAMINADORA:


Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira Osterne
Orientadora


Profa. Dra. Mônica Dias Martins
1º Examinadora


Profa. Dra. Adriana de Oliveira Alcântara
2º Examinadora

Data da Defesa: 23/08/2013

Conceito obtido: Satisfatório

Campus do Itapery - Bloco do Centro de Estudos Aplicados - CESA | Av Paranjana, 1.700 - 60.740-000 -
Fortaleza-CE Brasil

Fone/Fax: 85 3101.9887 | mapps@uece.br / politicasece@gmail.com | www.uece.br/politicaspublicas

Àqueles que acreditam ser possível
organizar-se politicamente em benefício
do ser humano, com vistas a alcançar o
melhor da velhice.

AGRADECIMENTOS

A Jesus Cristo, por ter me amparado em todos os momentos da minha vida, em especial no período do Mestrado com o nascimento do meu amado filho Tiago Levi.

Ao meu querido esposo, Maurício Roberto Silva Júnior, por sua longanimidade e cumplicidade, inclusive em cuidar do nosso filho de forma tão amorosa. Muito obrigada, pela pessoa especial que você é para mim!

À minha mãe, Maria das Dôres Barbosa Camerino, pelo seu imenso apoio nos cuidados com o Tiago, sendo uma avó presente e amável para o meu filho nos primeiros dias de seu nascimento, nos períodos de doença e nos momentos finais desta pesquisa. Muito obrigada!

À minha tia, Maria das Graças (tia Gracinha), minha grande incentivadora acadêmica e profissional, que no ano 2005 me conduziu à oportunidade de reviver a surpreendente experiência da pesquisa, meu exemplo de disciplina e dedicação. À você, minha gratidão.

À minha orientadora, prof.a dr.a Socorro Osterne, pela tranquilidade, na qual me conduziu durante a elaboração deste trabalho e pela acolhida em um momento de maior necessidade. Muito obrigada!

Aos professores do MAPPS, pela grandiosa contribuição em conhecimento, imprescindível à condução da minha pesquisa e ao meu crescimento acadêmico. Em especial, aos profs. drs.: Hermano Machado, Socorro Osterne, Horácio Frota, Geovani Jacó, Glaucíria Mota, Rosemary Almeida e Bosco Feitosa, pela compreensão a mim dispensada na entrega dos trabalhos, no período inicial da gravidez, superando alguns riscos e no período do meu resguardo (maternidade). Grata!

Aos colegas da turma 11 do MAPPS, pela convivência tão enriquecedora e por todo o apoio que me ofereceram durante nosso período de aulas; em especial, minhas colegas Monalisa Torres e Irlena Costa, pelo conhecimento e dedicação acadêmica, de que tive influência. Grata!

Às ex-presidentes dos Conselhos CMAS e CMDPI, respectivamente, Mônica Sillan e Ana Lúcia Gondim, assim como à ex-secretária da SEMAS, Elaene Rodrigues, pelo comprometimento na causa e por terem me permitido realizar esta pesquisa. Grata!

Aos meus caros colegas de profissão e amigos, na SETRA - Ana Paula Reges, por sua sensível e incrível liderança, com quem eu tive o privilégio de conviver e aprender que é possível ser profissional sem deixar de ser humana; Renata Custódio, por seu apoio acadêmico e profissional na análise do meu projeto de pesquisa; Lidiana Rios e Cícero Renato (hoje no INSS), pelo apoio profissional; e, no CMAS - Claudenira Melo, pela sua incansável disponibilidade. Muito obrigada pelo carinho e por terem me permitido realizar esta pesquisa!

Aos meus caros colegas de profissão e amigos, nos CRAS, às coordenadoras Ádria Gomes, Vanessa Azevedo, Ana Kersey, Daniela Lessa, Joana Carla e o ex-coordenador, Ricardo Oliveira (atualmente no CREAS), pela disponibilidade em facilitar a pesquisa, me aproximando dos usuários, e pelo comprometimento de cada um de vocês com a assistência social. Muito obrigada!

Aos demais colegas do CMAS, em especial, Karla Céphora que, tão atenciosamente, organizou um grande volume de documentos. Muito obrigada!

Às colegas Simone Loiola, Amanda e Elisângela (CMDPI), por terem me auxiliado com informações e documentos específicos. Grata!

Às colegas Moísa Medeiros, Paula Raquel e, em especial, Munique Joelma do grupo de estudo LASSOSS, que me ensinaram beber da riqueza do conhecimento, além de tão acolhedoras durante todo o meu processo de seleção no MAPPS. Muito obrigada!

A colega de equipe do SCFV, Socorro Lopes, pelo apoio e generosidade. Grata!

Aos idosos, que contribuíram diretamente para a realização desta pesquisa de maneira tão solidária à minha condição de mãe. Muito obrigada!

Ao professor Vianney Mesquita, pelo abrilhantamento oferecido à minha dissertação, tornando-a mais acessível para a compreensão do caro leitor, no momento de sua revisão ortográfica e, ao colega Leandro Martins, pela formatação desse estudo, imprimindo a este a tecnicidade exigida pelas normas da ABNT. Grata!

A todas as pessoas que contribuíram indiretamente para a concretização desta vitória. Muito obrigada!

Não sei... se a vida é curta
ou longa demais pra nós,
Mas sei que nada do que vivemos
tem sentido, se não tocamos
o coração das pessoas.
Muitas vezes basta ser:
Colo que acolhe,
Braço que envolve,
Palavra que conforta,
Silêncio que respeita,
Alegria que contagia,
Lágrima que corre,
Olhar que acaricia,
Desejo que sacia,
Amor que promove.
E isso não é coisa de outro mundo,
é o que dá sentido à vida.
É o que faz com que ela
não seja nem curta,
nem longa demais,
Mas que seja intensa,
Verdadeira, pura...
Enquanto durar.

Cora Coralina

RESUMO

O envelhecimento populacional, fenômeno mundial contemporâneo, impõe a necessidade de se considerar a velhice como pauta contínua de debates nos meios acadêmicos, profissionais e de toda sociedade civil. Por essa razão, este estudo teve por objetivo macro conhecer a compreensão da pessoa idosa, participante dos grupos de convivência dos centros de referência da assistência social (CRAS), equipamentos sociais vinculados à Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), situados nos territórios de abrangência das Secretarias Executivas Regionais (SERs) II e III, de Fortaleza-CE/Brasil, sobre o exercício do controle social com interface na política de assistência social, mediante sua participação em algumas das instâncias de controle constituídas no Município de Fortaleza-CE. A relevância social deste trabalho se direciona em especial para o público idoso, usuário da política de assistência social, tendo em vista que poderá contribuir para o aprimoramento de sua emancipação política, como sujeito autônomo e participativo, além de incentivá-lo a propor opções que exijam do Estado ações resolutivas e imediatas no atendimento de suas necessidades básicas. Já a relevância acadêmica, portanto, reside no fato de provocar o aprofundamento do debate sobre a condição atual do exercício do controle social das políticas públicas, com base na compreensão da pessoa idosa e de seus processos de participação. Utilizou-se metodologia de natureza essencialmente qualitativa, a partir de questionário e entrevista semiestruturada, além de pesquisa bibliográfico-documental, possibilitando maior aprofundamento das informações coletadas em campo. Neste estudo, constatou-se, além das hipóteses que foram comprovadas na íntegra, das que foram comprovadas em parte e da que foi negada, que existem formas diferenciadas de compreensão sobre controle social, por parte dos idosos, provocando a necessidade de proposição de algumas opções para que se aporte ao aprimoramento desta compreensão.

Palavras-chave: Idoso. Participação. Protagonismo. Controle Social.

ABSTRACT

Population aging phenomenon contemporary world imposes the need to consider age as a continuous agenda of debates in the academic , professional and all civil society . Therefore, this study aimed to know the macro understanding of the elderly, participant groups coexistence of reference centers of social assistance (CRAS), social facilities linked to the Municipal Labor, Social Development and Fight Against Hunger (SETRA), situated in the territories of coverage of the Regional Executive Secretariats (SERs) II and III of Fortaleza-CE/Brasil on the exercise of social control interface with the social assistance policy through their participation in some of the instances of control incorporated in Fortaleza-CE. The social relevance of this work is directed particularly to the elderly population, user social welfare policy, with a view that can contribute to the improvement of their political emancipation, as the autonomous and participatory, and encourage him to propose options require state and resolving immediate actions in meeting their basic needs. Already the academic relevance, therefore, lies in the fact provoke further debate about the current condition of the exercise of social control of public policies based on the understanding of the elderly and their participation processes. We used qualitative methodology essentially from questionnaires and semi-structured interviews, as well as bibliographic, documental, allowing greater depth of information collected in the field. In this study, it was found, in addition to the assumptions that have been proven in its entirety, of which have been proven in part and denied it, there are different ways of understanding about social control by the elderly, causing the need to propose some options for that contribution to improving this understanding.

Keywords: Elderly . Participation . Role. Social Control.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACEPI	Associação Cearense Pró-Idosos
ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
AFABEC	Associação dos Funcionários do Banco do Estado do Ceará
ASF	Associação dos Feirantes do Bom Jardim
CAPS	Centro de Apoio Psicossocial
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CEDI	Conselho Estadual do Idoso
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
CEU	Condomínio Espiritual Uirapuru
CF 88	Constituição Federal de 1988
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDPI	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
COEGEMAS	Conselho Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social
CONGEMAS	Conselho Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRESS-CE	Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Ceará
DAS	Distrito de Assistência Social
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
DOM	Diário Oficial do Município
ENI	Estatuto Nacional do Idoso
EUA	Estados Unidos da América
FIC	Faculdade Integrada do Ceará
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social

FOCEPI	Fórum Cearense de Políticas para o Idoso
FOEAS	Fórum Estadual de Assistência Social
GED	Gratificação Especial de Desempenho
GEPE	Grupo Espírita Paulo Estevão
GTA	Gratificação de Titulação Acadêmica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILP	Instituição de Longa Permanência
ILPIs	Instituições de Longa Permanência para Idosos
IMPARH	Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LBA	Fundação Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LTM	Lar Torres de Melo
MAPPS	Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP	Ministério Público
NOB	Norma Operacional Básica
NUPP	Núcleo de Participação Popular
LASSOSS	Laboratório de Assistência Social e Seguridade Social
OGs	Organizações Governamentais
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OP	Orçamento Participativo
PABI	Programa Municipal de Atendimento Básico à Pessoa Idosa
PAI	Programa de Assistência ao Idoso
PAI-CE	Programa de Ação Integrada para o Aposentado do Estado do Ceará
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social

PNI	Política Nacional para o Idoso
SAM	Secretaria de Administração do Município
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SASEC	Sindicato de Assistentes Sociais do Estado do Ceará
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SCDH	Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SECULTFOR	Secretaria de Cultura de Fortaleza
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SERCEFOR	Secretaria Executiva Regional do Centro de Fortaleza
SERs	Secretarias Executivas Regionais
SESC	Serviço Social do Comércio
SETRA	Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SPSS	Statistical Package for Social Sciences - Software de análise quantitativa de dados
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O OBJETO DE ESTUDO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
3 A QUESTÃO SOCIAL DA VELHICE	30
3.1 A REALIDADE SENIL DE NOSSOS DIAS.....	30
3.2 BREVE TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA.....	36
4 O SIGNIFICADO DE IDOSO, PARTICIPAÇÃO, PROTAGONISMO E CONTROLE SOCIAL.....	46
5 ANÁLISE DO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE	55
5.1 SER IDOSO OU VELHO?.....	55
5.2 O SIGNIFICADO DE PARTICIPAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS IDOSOS	57
5.3 OS MOTIVOS DA PARTICIPAÇÃO PARA OS IDOSOS	60
5.4 O SIGNIFICADO DE CONTROLE SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS IDOSOS	64
5.5 A COMPREENSÃO DOS IDOSOS SOBRE PROTAGONISMO.....	68
5.6 OS DESEJOS QUE OS IDOSOS GOSTARIAM DE ALCANÇAR COM A PARTICIPAÇÃO	70
5.7 BENEFÍCIOS DA PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS PARA SUAS FAMÍLIAS/COMUNIDADES/GRUPOS DE RELACIONAMENTO	73
5.8 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRÓPRIA PARTICIPAÇÃO COMO IDOSO	74
5.9 SER OU NÃO SER PROTAGONISTA?	77
5.10 O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL SOB O OLHAR DOS IDOSOS	78
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICES	110

1 INTRODUÇÃO

A sociedade mundial passa por transformações consideráveis no desenvolvimento de seus segmentos etários, principalmente nas últimas décadas. Essa realidade é manifesta de maneira ainda mais evidente quando se trata da população idosa.

Muito embora saibamos que a maior concentração de pessoas idosas se encontra nas populações dos países europeus, esse perfil etário é mais célere e perceptível nos países em desenvolvimento, em decorrência das suas peculiaridades históricas, sociais e econômicas, estando relacionado de maneira inversamente proporcional a condições dignas de: saúde, alimentação, moradia, educação, assistência social, segurança, trabalho, lazer, previdência social e meio ambiente.

Debruçar-se sobre a temática do envelhecimento é, antes de tudo, imprescindível, haja vista os rumos que a humanidade alcança, principalmente no Brasil, seja pela longevidade, pela influência da natalidade, ou ainda por toda a evolução tecnológica voltada para a extensão da vida humana. O público idoso se faz cada vez mais um segmento demandante de decisões políticas em nosso País, como se pode perceber no período das eleições.

É notório que os idosos se encontram atualmente em fase de participação bem mais ativa, porém, ainda carecem de uma compreensão mais crítica sobre o controle social que podem exercer sobre as políticas públicas. Por essa razão, este estudo trata do exercício do controle social sob a perspectiva da pessoa idosa no Município de Fortaleza-CE.

Objetivamos, com este estudo, conhecer a compreensão dos idosos participantes dos grupos de convivência dos CRAS¹/SETRA localizados nos territórios de abrangência das SERs II e III, sobre o exercício do controle social com

¹ Atualmente, a distribuição dos CRAS possui a seguinte configuração: SER I – CRAS Pirambu, CRAS Barra do Ceará; SER II – CRAS Mucuripe, CRAS Lagamar, CRAS Serviluz, CRAS Praia do Futuro; SER III – CRAS Quintino Cunha, CRAS Bela Vista; SER IV – CRAS Couto Fernandes, CRAS Serrinha, CRAS Vila União; SER V – CRAS Granja Portugal, CRAS Canindezinho, CRAS Genibaú, CRAS Bom Jardim, CRAS Conjunto Esperança, CRAS Aracapé, CRAS Mondubim; SER VI – CRAS Castelão, CRAS Dendê, CRAS Jardim das Oliveiras, CRAS João Paulo II, CRAS Conjunto Palmeiras, CRAS Itinerante.

interface na política de assistência social, por meio da sua participação em algumas das instâncias de controle constituídas na ação municipal.

Convém destacar o fato de que, paralelamente, destacaremos também a necessidade de uma visão mais atenta do Poder Público, da sociedade, e mais especificamente, da família, para a questão social da pessoa idosa, que ainda se encontra bastante carente de um melhor acompanhamento.

Muitos daqueles que querem experimentar o prazer de viver bem, infelizmente, porém, não conseguem conviver pacificamente com a ideia de finitude e suas consequências. Menos ainda, considerar a velhice como fenômeno inteiramente pertinente ao ciclo de vida humano. O que dizer, então, se considerarmos quem são aqueles que de fato se preocupam em planejar a vida e ampliar as oportunidades de protagonismos para esse segmento etário?

A relevância acadêmica deste trabalho, portanto, reside no fato de provocar o aprofundamento do debate sobre a condição atual do exercício do controle social das políticas públicas, com base na compreensão da pessoa idosa e de seus processos de participação.

Já a sua relevância social se direciona em especial para o público idoso, usuário da política de assistência social, tendo em vista que poderá contribuir para o aprimoramento de sua emancipação política, como sujeito autônomo e participativo, além de incentivá-lo a propor opções que exijam do Estado ações resolutivas e imediatas no atendimento de suas necessidades básicas.

Assim, este estudo se estrutura em seis capítulos. No capítulo 2, logo após a introdução - que é o primeiro - delinearemos o objeto de estudo, os procedimentos metodológicos, além de alguns dados estatísticos de comprovação para leitura da realidade. No segmento 3, descreveremos sobre a questão social da velhice na atualidade, reavendo uma breve trajetória das políticas públicas para a pessoa idosa, com o propósito de provocar uma reflexão àqueles instigados por tal realidade sobre a atenção que a sociedade dispensa ao público idoso.

No módulo 4, procedemos a uma investigação teórica, destacando conceitualmente o entendimento de alguns autores sobre as categorias deste estudo, quais sejam: idoso, participação, protagonismo e controle social, sem perder de vista nossa própria compreensão. Por fim, no capítulo 5, nos debruçamos sobre

as análises dos discursos dos idosos e conteúdos dos materiais colhidos, procurando, também, focar nossa visão sobre o resultado de cada uma das questões elucidadas. Seguem-se as considerações finais - capítulo 6 - as referências bibliográficas e os apêndices do estudo em tela.

2 O OBJETO DE ESTUDO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A velhice é uma etapa única do ciclo de vida humano capaz de agregar todas as experiências vivenciadas nos ciclos de vida anteriores, sejam elas positivas ou negativas, bem como todos os valores alcançados desde um propósito pessoal e social de cada pessoa relacionado a fatores biopsicossociais, culturais e espirituais. Como todas as fases da vida, ela se constitui de aquisições e perdas, direitos e deveres, que devem ser respeitados e valorizados pela sociedade.

O envelhecimento populacional, já considerado um fenômeno mundial na contemporaneidade, nos impõe a necessidade de tratar a problemática da velhice como pauta contínua de debates nos meios acadêmicos, profissionais e de toda a sociedade civil. Estimativas realizadas com base em recenseamentos demográficos indicam uma tendência gradativa no aumento da proporção de idades mais avançadas em detrimento das demais, projetando a senilidade como a idade do futuro. Essa realidade impacta diretamente na força de alguns discursos de minimização de sua relevância, obrigando a sociedade em geral a se enquadrar e a se posicionar minimamente na busca por resolubilidade nas questões de ordem prática da vida cotidiana dos idosos.

No final do século passado, eram estimados 590 milhões de seres humanos com idade igual ou superior a 60 anos, sendo projetado para 2025 o montante de 1 bilhão e 200 milhões, o equivalente a um aumento de 30% da população de idosos nos países centrais, o que representará cerca de 25% da população de adultos, atingindo dois bilhões em 2050 (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002, p.6).

Na perspectiva nacional, segundo Veras (2003), no início do século XX, um brasileiro vivia em média 33 anos, ao passo que sua expectativa de vida ao nascer, no ano supracitado, constituía 68 anos. Esse autor ressalta também que, no Brasil, o número de idosos passou dos dois milhões, em 1950, quando a expectativa de vida era de 46 anos, para seis milhões em 1975 e, para 15,4 milhões, em 2002, ou seja, um crescimento em proporções geométricas, significando um aumento de 700%, havendo chegado ao século XXI com uma expectativa de vida de 73 anos.

De fato, segundo dados do IBGE (2011), essa expectativa não apenas alcançou a marca dos 73 anos, como foi ultrapassada, constituindo atualmente 74,08 anos (74 anos e 29 dias). O IBGE, em 2000, estimou, ainda, para 2025, que o nosso País deverá ter a sexta população mais idosa do mundo alcançando a marca dos 34 milhões de pessoas acima de 60 anos, o que representará 14% da nossa população.

A velhice no Brasil é objeto das políticas públicas, uma vez que conta com uma população de 21 milhões de pessoas de 60 anos e mais, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2009, divulgada pelo IBGE em 2010. Na última década, a proporção de idosos na população brasileira registrou aumento importante, passando de 9,1% do total em 1999 para 11,3% em 2009.

No Nordeste brasileiro, a população de idosos ultrapassa quatro milhões de pessoas. No Ceará, este número chega a 903 mil pessoas idosas, o que corresponde a 10,5% da população total residente no Estado (PNAD, 2009). Fortaleza experimenta um aumento substancial deste segmento etário, compreendendo mais de 242 mil pessoas idosas, conforme projeções dos Indicadores e Dados Básicos do DATASUS (2012).

Estes dados populacionais evidenciam uma transformação social etária, antes inimaginável para a vida humana, quiçá a dos brasileiros, instigando os profissionais da área social a decifram os desafios dessa questão e quais os mecanismos apropriados para garantir a cidadania da pessoa idosa e a melhoria da sua qualidade de vida, cujo foco mais importante deve ser a criação, ampliação e melhoria das ações que possibilitem a proteção e inclusão social deste segmento de vida. Essas taxas indicam claramente que haverá aumento do número de idosos, reduzindo-se da população ativa em relação à inativa ou de aposentados.

Diferentemente, porém, do que muitos acreditam, o que caracteriza o contingente de idosos não é, única e exclusivamente, o prolongamento do período de vida das pessoas em decorrência da redução da mortalidade, mas, também, a diminuição das taxas de fecundidade observada nos últimos 43 anos. Na década de 1960, o número de filhos por mulher era em média de cinco e, atualmente, caiu para dois.

Esta transição demográfica, caracterizada pela diminuição das taxas de mortalidade infantil e fecundidade, bem como pelos avanços da ciência, proporcionando o aumento da longevidade, pela ampliação das políticas de atendimento e pelos serviços gerados nas dimensões do público e do privado, modificou consideravelmente a pirâmide etária, ensejando, conseqüentemente, mudanças nas relações sociais, inclusive na divisão sociotécnica do trabalho.

Há uma notoriedade crescente do número de idosos ocupando um papel cada vez mais significativo na sociedade contemporânea, nos âmbitos cultural, econômico, social e político. Sobre essa evolução de identidade da pessoa idosa, pode-se considerar as transformações alcançadas bastante distintas do que outrora era a sua realidade, marcada pela repressão e negligência social.

Acreditamos que esta evolução decorre, entre outras razões, da condição contraditória deste cidadão como provedor familiar na sociedade vigente, marcada pelas configurações assumidas na forma de organização do capital, pela divisão social do trabalho e na forma da distribuição de riqueza.

Com suporte nesta realidade, e de alguns elementos observados em trabalho realizado com este segmento etário no Município de Fortaleza, percebemos alguns equívocos quanto ao entendimento do exercício do controle social que possa ser exercido pela pessoa idosa por desconhecimento, tanto do real significado do termo quanto da importância de sua participação política no quadro da velhice. Daí a necessidade de um aprofundamento sobre a compreensão destes idosos quanto ao exercício do controle social, entendendo-o como ferramenta fundamental para a concretização das políticas públicas direcionadas a esta categoria populacional.

Destacamos também a ocorrência, cada vez mais acentuada, de formas diversas de violência contra a pessoa idosa. É um desafio que requer inicialmente considerar a participação política deste segmento como um fator imprescindível para a consolidação de sua cidadania, resultado de sua ação como pessoa.

Hoje, percebemos o Brasil impondo sua economia em um mundo abalado por crises financeiras, mas o que não vemos é a mesma maturidade do Estado, quando o assunto são políticas públicas. O País está crescendo economicamente, a sociedade tem um maior poder de compra, permitindo a realização de sonhos antes

impossíveis, porém, a atenção do Estado às políticas públicas, embora com altos investimentos realizados, continua aquém da realidade.

Diante de tais circunstâncias, se constituíram perguntas desta investigação as seguintes: 1) como a pessoa idosa de 60 anos e mais, integrante dos grupos de convivência² dos CRAS, os conselheiros do CMAS e do CMDPI no Município de Fortaleza, compreendem o exercício do controle social? 2) Que critérios foram adotados na seleção do idoso do SCFV para participar dos espaços de controle social da cidade de Fortaleza, especificamente o CMAS e o CMDPI? 3) Quais fatores levaram os idosos a quererem participar da efetivação da política de assistência social? 4) Os idosos conhecem o significado de ser idoso, de controle social, de participação e de protagonismo no contexto da Política de Assistência Social? 5) Em que nível se dá essa compreensão? 6) Quais são as principais demandas expressas pelos idosos nos espaços de controle social? 7) Os idosos acham que a sua participação nos espaços de controle social influencia diretamente em melhores condições de vida para si, sua família e sua comunidade?

O objeto de estudo desta pesquisa, portanto, anuncia quatro categorias de análise - idoso, participação, protagonismo e controle social - todas relacionadas à óptica da pessoa idosa com interface na política de assistência social. Para trabalhar com estas categorias, dialogamos com Simone de Beauvoir; Raquel Raichelis; Evelina Dagnino; Adriano Rozendo, José Justo e Mariele Correa.

Como hipóteses, elegemos as seguintes: Em grande parte, os idosos que participam dos espaços de controle social, mais especificamente dos conselhos CMAS e CMDPI, não conseguem compreender, na sua função de conselheiros, de que maneira podem influenciar nas decisões de uma gestão municipal e caem no

² Atualmente, existem 34 grupos de convivência de idosos atendidos pelos CRAS no Município de Fortaleza. Com a necessidade dos referidos idosos de desenvolverem suas habilidades artísticas, foram criados 23 subgrupos de expressão artístico-cultural. Nestes, os idosos são estimulados a praticar suas capacidades mentais e expressões corporais mediante o trabalho facilitado pela equipe de arte-educadores vinculada à SETRA, antes reconhecida por Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Entre as linguagens artísticas trabalhadas por esta equipe, estão canto coral, artesanato, artes visuais, teatro e dança. Vale ressaltar que, desde 2012, uma série de mudanças ocorre em virtude do aperfeiçoamento da política de assistência social. Como exemplo, podemos citar a mudança da nomenclatura utilizada para identificação dos grupos de idosos, antes reconhecidos por idosos do PABI (Programa Municipal de Atendimento Básico à Pessoa Idosa) e agora conhecidos por idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV - idosos), tendo por base a Resolução nº109/2009 (Tipificação dos Serviços Socioassistenciais). Além desta, toda a estrutura organizacional dos órgãos da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) está sendo modificada pela nova gestão municipal, em decorrência das eleições municipais para prefeito de Fortaleza, em 2012, tendo como prefeito eleito o excelentíssimo senhor Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra.

reducionismo de algumas propostas sugeridas nas reuniões destes conselhos; Quanto aos critérios de seleção dos idosos para participarem dos conselhos (CMAS e CMDPI), o que existe atualmente situa-se em um Regimento. Para que funcione este Regimento, é necessária a participação de um grupo de conselheiros, eleitos em sistema paritário entre organizações governamentais (OGs), organizações não governamentais (ONGs) e usuários; Aqueles que se habilitam a participar dos espaços de controle social o fazem por possuírem maior expressividade na comunicação e cognição, iniciativa própria, experiência de lutas em favor da própria comunidade na defesa daqueles que se veem impossibilitados de fazê-lo ou mesmo para reivindicar o atendimento de seus interesses. O fato de a grande maioria dos idosos estar inserida numa classe social de baixo a baixíssimo poder aquisitivo, sendo eles a principal fonte de renda de suas famílias, e pelo fato de residirem em áreas de risco social, buscam, por via do Poder Público, a garantia mínima de serviços e/ou recursos que possam atender as suas necessidades imediatas e de suas famílias, sejam elas financeiras, de alimentação, de convivência familiar e/ou comunitária; Os idosos dos grupos de convivência dos CRAS participam de uma programação semanal³ que os levam a interagir e a conviver na prática com aquilo que conceitualmente se designa por idoso, controle social, participação, protagonismo e outros relacionados à qualidade de vida. Mediante as atividades do grupo de convivência e do grupo artístico-cultural, eles são orientados e conduzidos a experimentarem estes conceitos, revelando como resultado o grau de satisfação ou insatisfação por parte de cada uma delas. Tais ações, contudo, proporcionam aos idosos maior compreensão sobre essas condições, refletindo em sua vida familiar e comunitária, tornando-os seres potencialmente mais atuantes no aspecto político da vida em sociedade; Esse entendimento, no entanto, parece ainda se dar mais no aspecto do imaginário e das representações sociais, pouco situado no âmbito de suas práticas cotidianas propriamente ditas, em razão da pouca visibilidade de atitudes que evidenciem tais elementos, seja pela oralidade ou pela linguagem corporal, de forma a expressar maior aproximação com familiares e comunidade; Apesar de toda a precariedade na manutenção da vida individual e/ou familiar, seja pela falta da habitação ou da alimentação adequada ou por serviços de saúde com

³ Esta programação é realizada tendo por base o planejamento das atividades do PAIF e do SCFV que, por sua vez, é elaborado pelos orientadores sociais, juntamente com os técnicos de referência dos CRAS, após a realização da oficina teórico-metodológica. Esta ocorre mediante uma proposta temática sugerida pelos profissionais envolvidos no processo de sua execução.

qualidade, as maiores reivindicações dos idosos não sucedem no espaço familiar ou comunitário, mas sim no campo pessoal por melhores condições de acesso aos transportes coletivos, além da saúde e alimentação de qualidade para si; Os idosos integrantes dos grupos de convivência de todos os CRAS de Fortaleza são convidados a participarem mensalmente de atividades que possibilitem maior aproximação familiar, seja nos eventos festivos ou nos encontros onde o tema específico esteja relacionado à família, mas não é evidente em suas atitudes que a convivência familiar tenha sido alterada para melhor, transpondo as relações interpessoais.

Tendo como referência os pressupostos há pouco especificados, este estudo teve como objetivos: conhecer a compreensão da pessoa idosa integrante dos grupos de convivência dos CRAS, nos territórios de abrangência das SERs II e III, sobre o exercício do controle social com interface na política de assistência social mediante sua participação em algumas das instâncias de controle constituídas no Município de Fortaleza; conhecer como a pessoa idosa integrante dos referidos grupos que participa dos conselhos CMAS e/ou do CMDPI compreende o controle social; identificar os critérios adotados para a seleção da pessoa idosa destes grupos que participam do CMAS e/ou do CMDPI; entender os principais fatores que os idosos consideram impulsionadores da sua participação na política de assistência social; conhecer a compreensão dos idosos sobre idoso, controle social, participação e protagonismo; identificar em que nível ocorre essa compreensão na interface com a política de assistência social; analisar as principais demandas expressas pelos idosos nos referidos espaços de controle social; investigar quais os benefícios alcançados como fruto de sua participação em seu contexto familiar e comunitário.

Quanto à natureza, esta pesquisa foi desenvolvida de forma essencialmente qualitativa, muito embora tenhamos utilizado alguns dados quantitativos para o seu aprofundamento. Ao utilizá-los, consideramos a finalidade de complementaridade mútua em que os dados quantitativos serviram de fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa (BATISTA,1999, p.34). Por intermédio da coleta dos dados quantitativos, chegamos aos dados empíricos da realidade pesquisada, enquanto a busca de ordem qualitativa

proporcionou maior aproximação com o objeto, valorizando seu significado mais subjetivo.

Por se tratar de uma investigação qualitativa com idosos, estando ainda esse público seletivo em condições de baixa renda (com exceção de alguns idosos do CMDPI), a demarcação do campo da pesquisa aconteceu com suporte nas possibilidades de mobilidade dos idosos envolvidos e não de seus locais de residência.

Para fins deste estudo, consideramos idosa a pessoa com idade de 60 anos e mais, conforme Decreto nº 10.741/1993 (Estatuto Nacional do Idoso - ENI), de ambos os sexos, em sua maioria de baixa escolaridade, vivendo em contexto de pobreza e extrema pobreza, usuários da política de assistência social.

Optamos pelos idosos integrantes dos grupos de convivência dos CRAS da SER II e SER III, além dos idosos conselheiros dos conselhos: CMAS e CMDPI. Em primeiro lugar, por entendermos que eles vivenciam uma condição de vida de muitas carências e que têm a oportunidade de superá-las em suas várias dimensões por meio de sua participação, mesmo com todas as inúmeras limitações sociais por eles enfrentadas. Sequencialmente, em razão da maior facilidade de acesso aos locais que se fizeram necessários à pesquisa, por se tratar da extensão do nosso próprio espaço de trabalho. E, por último, nada melhor do que analisar a compreensão dos idosos dos conselhos sobre o exercício do controle social, comparando-os com os idosos que não passam por esta vivência.

Como procedimentos técnicos para este estudo foram realizadas as pesquisas de tipo bibliográfica, de campo e documental. Com a revisão bibliográfica, aprofundamos o referencial teórico, consultando livros, artigos e dissertações, entre impressos e eletrônicos, dialogando com estudiosos do assunto sobre as categorias-chave desta pesquisa.

O trabalho de campo, realizado entre os meses de abril e agosto do ano 2012, foi iniciado após a apresentação do objetivo da pesquisa e as devidas autorizações concedidas pelas instituições envolvidas. Para sua concretização, realizamos duas etapas. Iniciamos pelo questionário, seguido da entrevista semiestruturada, composta de um roteiro de dez perguntas, auxiliados pelo emprego

do telefone, além de um tablet⁴ com utilitário para gravação de voz, este último, especificamente, na ocasião da entrevista, sendo estes os nossos instrumentos de coleta dos dados, haja vista a dificuldade de locomoção dos envolvidos, citada anteriormente.

A aplicação do questionário (ver APÊNDICE I) constou de uma pesquisa exploratória, iniciada por pré-teste, com perguntas fechadas para delimitar com clareza o objeto em estudo e evitar possíveis entraves no seu processo, identificando a pessoa idosa inserida nos grupos de convivência dos CRAS da SER II e SER III e nos conselhos CMAS e CMDPI.

Ao entrarmos em contato com os idosos por telefone, primeiramente nos identificamos e esclarecemos que se tratava de uma pesquisa de mestrado, abordando seu objetivo principal e a necessidade de realização de um questionário inicial para habilitação à segunda fase composta de uma entrevista. Esclarecemos ainda que as respostas seriam gravadas segundo o consentimento de cada um, para viabilizar o processo de análise e possibilitar a ilustração do texto, mas que todos seriam registrados mantendo o sigilo dos interlocutores. Para tal fim, nomeamos cada entrevistado com uma sigla, contendo a letra E, seguida de uma numeração, significando uma sequência das entrevistas, iniciando por E1 até o E11, último entrevistado.

Foram aplicados doze questionários, nos quais identificamos a participação de nove idosos do sexo feminino e três idosos do sexo masculino, com faixa etária constituída entre 65 e 81 anos, registrando-se uma média de 70 anos de idade. Quanto ao nível de escolaridade, somente uma idosa é pós-graduada e dois idosos possuem o superior completo. Quanto aos demais, três possuem o ensino médio completo ou incompleto e seis possuem o fundamental completo ou incompleto, estando este último em maior número. O resultado foi satisfatório, o que nos possibilitou seguir para a segunda fase: a entrevista.

Dando continuidade ao trabalho de campo, iniciamos a segunda etapa com uma prévia revisão das respostas dos interlocutores ao questionário da primeira fase. Após a revisão dos questionários selecionamos os idosos que se encontravam no perfil da pesquisa. Em seguida, realizamos 11 (onze) entrevistas (ver APÊNDICE

⁴ É um computador de uso pessoal em formato de prancheta, utilizado para vários fins. Ex.: acesso à Internet, leituras de: livros, artigos, periódicos, visualização de fotos, vídeos etc.

II), com uma duração média de 38 (trinta e oito) minutos cada, mediante um roteiro de perguntas abertas e o recurso da gravação das respostas discursivas destes. Vale ressaltar que, inicialmente estavam previstas doze entrevistas, mas somente onze foram concretizadas em razão da saída de uma idosa dos Conselhos nos quais tinha assento. Após a realização desta etapa, nos colocamos à disposição para esclarecimento de dúvidas e nos comprometemos em dar o retorno do resultado da pesquisa, tão breve ela fosse concluída.

Com a finalização das entrevistas, passamos à análise dos discursos gravados. Destacamos ainda que, os dados foram colhidos interativamente com os interlocutores da pesquisa, seguindo uma ordem de coerência entre as perguntas, respeitando o entendimento e o tempo de resposta de cada um.

Mediante o estudo documental analisamos as atas de registro das reuniões ordinárias e extraordinárias dos colegiados CMAS e CMDPI referentes ao biênio 2011-2012 sobre o cotidiano de atuação dos conselheiros idosos, especificamente aquelas em que pelo menos um dos conselheiros usuários idosos, interlocutores da pesquisa, se fizeram presentes, seguidas da análise da participação destes nas referidas reuniões, bem como as leis de criação e regulamentação dos respectivos conselhos.

Além destes, analisamos as programações das atividades relacionadas à intervenção comunitária⁵ realizadas pelos idosos interlocutores da pesquisa, que, na sua quase totalidade, não atuam como conselheiros, mas que são participantes dos grupos de convivência nos CRAS da SER II (Lagamar, Praia do Futuro, Mucuripe e Serviluz) e da SER III (Quintino Cunha⁶ e Bela Vista⁷), considerando também o período 2011-2012.

5 Esta ação é desenvolvida desde a sua origem, no ano 2010, com o objetivo de promover o protagonismo da pessoa idosa mediante uma atitude política consciente do idoso em prol da visibilidade de seu segmento perante a sociedade e em benefício das comunidades a que pertencem. Ela pode ser de cunho socioeducativo, cultural, recreativo e/ou socioambiental, conduzida sob a óptica de três linhas gerais de ação - intergeracionalidade, família e direitos da pessoa idosa. A escolha desta ação sucedeu em virtude do seu caráter político, de iniciativa predominantemente dos idosos dos grupos convivência dos CRAS, muito embora seja acompanhada pela equipe técnica do CRAS, pois, além do exercício de cidadania, permite a expressão da consciência dos idosos sobre a questão social da velhice e da urgência de sensibilização da sociedade para dela obter o devido apoio na resolução de seus problemas.

6 O CRAS Quintino Cunha não possui grupo de convivência de idosos, mas sua equipe é responsável por acompanhar/referenciar o grupo de convivência existente no equipamento social Francisca Firmo, grupo representado na pesquisa.

Vale ressaltar que nossa pretensão inicial era analisar a participação dos idosos como protagonistas desta ação, mediante os relatórios emitidos pelos profissionais dos CRAS sobre a realização das intervenções comunitárias no período 2011-2012. No decorrer dessa análise, porém, deparamos a ausência dos relatórios do ano 2011, arquivados eletronicamente e que, por motivos ainda desconhecidos, foram deletados, além dos relatórios do ano 2012, que não exibiram relatos de realização de tais atividades.

Por fim, realizamos a escuta dos arquivos de áudio sobre a Conferência Regional de Assistência Social, realizada nos dias 21 e 22 de junho de 2011, e acerca da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada nos dias 28 e 29 dos referidos mês e ano, considerando os momentos mais significativos e importantes dos dois eventos que estiveram relacionados a esta pesquisa.

Convém destacar o fato de que a escolha do período mencionado é referente ao exercício do penúltimo colegiado em ambos os conselhos que, por sua vez, coincidiu com o período de realização desta pesquisa. Ressaltamos, também, que, inicialmente, foi previsto abordarmos 12 idosos, entre conselheiros e não conselheiros (idosos dos grupos de convivência nos CRAS), contudo finalizamos a segunda etapa com 11 idosos, conforme dito anteriormente, pois um deles não foi localizado na segunda fase de realização das entrevistas. Os contatos fornecidos pela própria idosa já não correspondiam à sua pessoa e a secretária executiva do Conselho (CMDPI) não conseguiu mais nenhum contato com ela.

Sobre a redução do número de idosos a serem pesquisados, mediante a leitura das atas do CMAS, percebemos que as três conselheiras usuárias idosas participavam assiduamente das reuniões, mesmo estando todas elas na condição de suplentes. Em determinada reunião, entretanto, uma delas fez uma denúncia. Acreditamos ter sido esse o motivo do seu afastamento do Conselho. Intrigante foi perceber que era a mesma idosa que participava do CMDPI.

Para compor o grupo desta pesquisa, consideramos primordial o critério da participação assídua do idoso nos encontros dos grupos de convivência nos CRAS da SER II e nos CRAS da SER III, além do idoso conselheiro atuante em um

7 O CRAS Bela Vista é responsável pelo grupo de convivência existente no próprio CRAS e por acompanhar/referenciar outros três grupos de convivência em seus respectivos equipamentos sociais - Aloísio Ximenes, Presidente Kennedy e César Cals. O grupo considerado na pesquisa, no entanto, foi o localizado no próprio CRAS Bela Vista.

ou nos dois conselhos (CMAS e CMDPI), podendo e de preferência ser este ainda participante dos grupos de convivência de um dos CRAS do Município de Fortaleza. O critério da participação assídua e atuante dos idosos foi respaldado pela lista de frequência e observação dos profissionais que trabalham diretamente com esses idosos nos CRAS e da equipe de coordenação do SCFV para idosos na SETRA que acompanhava o desenvolvimento das atividades para esses grupos, bem como pelas atas de registro das reuniões dos conselhos CMAS e CMDPI.

A escolha da SER II foi definida em razão da nossa experiência de trabalho em um dos setores, hoje extinto, desta Secretaria, o DAS⁸, como servidora pública do Município de Fortaleza, no período de 2005 a 2007, quando éramos responsável pelo acompanhamento das atividades para os idosos e mais especificamente, no período de 2007 a 2008 quando éramos responsável pela coordenação do SCFV para idosos na SETRA, pois na mesma ocasião do nosso ofício de coordenação assumimos também a responsabilidade do acompanhamento de todas as atividades ligadas à SETRA desenvolvidas nas SERs: II e III, o que facilitou a aproximação com os profissionais e com os idosos. A escolha da SER III ultrapassou a experiência de acompanhamento de suas atividades, por ter sido a única SER que ainda não estava representada nesse estudo. Com a sua inserção, a pesquisa passou a privilegiar todas⁹ as SERs que desenvolviam trabalho com idosos, exceto a SER do Centro de Fortaleza.

A análise dos dados foi feita com arrimo em três passos propostos por Minayo (1999). Inicialmente, foi realizada a ordenação dos dados. Esta etapa consistiu na transcrição das entrevistas por via eletrônica para o computador, na releitura das respostas e destaque da essência do que foi perguntado. No segundo momento, foi realizada a classificação das respostas, uma a uma, em sua sequência: todas as primeiras questões, seguidas de todas as segundas e depois as terceiras e assim sucessivamente, até a décima e última questão, para sua possível comparação e análise. A princípio, foi prevista a utilização de um dos programas de

8 Distrito de Assistência Social.

9 Atualmente existem seis SERs e uma Secretaria Executiva Regional do Centro de Fortaleza (SERCEFOR). Esta encontra-se localizada, como sugere sua denominação, no Centro de Fortaleza. Sua função é especificamente administrativa sobre os problemas locais do Centro da Cidade, como é o caso da problemática das pessoas em situação de rua onde há registros de maior concentração. Atualmente, as SERs não se encontram mais divididas em distritos. O que há é uma proposta de também torná-las em secretarias administrativas da resolução de problemas de infraestrutura na cidade de Fortaleza/CE.

computador existentes no ramo da informática: Statistical Package for Social Sciences (SPSS), N-VIVO ou HYPER-RESEARCH, capazes de realizar a quantificação e a qualificação dos discursos, mas não se fez necessário, uma vez que não se tratava de uma pesquisa de grande extensão, ou seja, com número considerável de pesquisados.

Após a ordenação e classificação dos dados, foi realizada sua análise final, que correspondeu à fase de “movimento incessante que se eleva do empírico para o teórico e vice-versa, que dança entre o concreto e o abstrato, entre o particular e o geral; é o verdadeiro movimento dialético visando o concreto pensado” (MINAYO, 1999, p. 236), ou seja, foi realizada a análise dos indicadores, mantendo com eles uma relação questionadora para a produção de uma síntese.

Pretendemos com este estudo subsidiar, além desta dissertação de mestrado, as estratégias de mediação dos profissionais que trabalham com o segmento idoso, sobretudo os idosos participantes dos grupos de convivência nos CRAS, a fim de levá-los a uma compreensão clara e propositiva de sua ação protagonista. Para tanto, compreendemos ser necessário refletir sobre a realidade social dos idosos na contemporaneidade, bem como a respeito de uma breve trajetória das políticas públicas para este segmento, nosso propósito para o próximo capítulo.

3 A QUESTÃO SOCIAL DA VELHICE

3.1 A REALIDADE SENIL DE NOSSOS DIAS

Em vista da realidade contemporânea da condição humana na velhice, o que foi brevemente expresso no segundo capítulo, consideramos a importância de nos aprofundar em tal problemática, percebendo-a não mais como condição cultural, mas como uma questão social, refletindo sobre o papel cidadão das pessoas na convivência com os idosos.

A sociedade é intensivamente marcada por uma política de ajustes estruturais, abertura e alargamento de mercado e, “estabilização” da economia, isto é, pela política neoliberal, iniciada nos anos 1980, e que provocou recessões, acentuando as desigualdades sociais e ampliando, conseqüentemente, a exclusão social.

Todos os segmentos sociais foram atingidos pela precarização, inclusive os idosos que, postos neste âmbito, ainda são alvo de bárbaros preconceitos, pois a velhice no Brasil ainda é vista como um problema e sem grandes perspectivas de melhoria, pelo menos em curto prazo.

A velhice é ainda considerada por muitos como uma doença e, portanto, julga-se serem dispendiosas as verbas para que as pessoas da chamada terceira idade possam ter uma vida mais digna, embora já estivesse em curso a Política Nacional para o Idoso (PNI).

De certo, outro aspecto deveras importante é o preparo emocional dos idosos para enfrentar a morte. O maior mal no envelhecimento é a perda da vontade de viver ou a aceitação passiva de determinados estereótipos da velhice. O momento da aposentadoria reflete muito bem esta situação.

Os desrespeitos do Governo ainda são evidentes nos baixos vencimentos e na proposta de previdência social para os que vão se aposentar, caso o consigam efetivamente. Alguns dos aspectos críticos enfrentados pelos que atingem a velhice são: a situação da aposentadoria, o precário atendimento à saúde, o tratamento dado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e as condições de lazer.

A baixa prioridade atribuída à terceira idade nas políticas públicas (assistências previdenciárias, da ciência e tecnologia) evidencia uma percepção inadequada das necessidades específicas deste segmento populacional. Na verdade, a real condição da maioria dos idosos, principalmente nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, é massacrante. O desrespeito aos direitos é uma característica nítida nessa fase e, inclusive, foi bastante debatido em 1999, no Ano Internacional do Idoso, mas o resultado disso ainda não passou por discussões mais profundas.

Hoje, os adultos se interessam pelo velho de outra maneira - como objeto de exploração e demanda de consumo. Multiplicam-se as clínicas, casas de repouso, residências e outras ofertas de serviços para os quais as pessoas idosas precisam pagar o mais caro possível por conforto e cuidados que frequentemente deixam muito a desejar.

É interessante a preocupação da Ciência Médica com os avanços da Biologia e da Química, auxiliados pelo avanço tecnológico, na busca de contribuir para o prolongamento da vida, rejuvenescimento da pele e geração de uma expectativa maior de chegar à velhice. Não se questionam, entretanto, as consequências desse fenômeno, o que nos leva a considerar que o envelhecimento populacional hoje, no Brasil, é algo artificial, pois o crescimento de 7 a 14% que deveria se dar em 125 anos corresponde a 25 anos. Esquecem de que, ao ampliar a expectativa de vida das pessoas, conseqüentemente, serão acrescidos mais idosos à população.

Os programas sociais voltados para o segmento idoso não se mostraram suficientes para o atendimento dessa demanda e são ainda, na maioria das vezes, motivo de queixas, tanto para os profissionais que prestam os serviços como para os que deles usufruem. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que, entre 1950 e 2025, o número de idosos no País crescerá 16 vezes, enquanto a população total terá um incremento de apenas cinco vezes.

Portanto, o aumento da população idosa é uma importante característica da sociedade brasileira. Esse fato, entretanto, enseja uma série de novas exigências relacionadas à manutenção de saúde, de habilidades físicas, cuidados médicos e de enfermagem, além de exigir uma série de modificações ambientais, visando sempre aos cuidados com o idoso.

A sociedade brasileira ainda não está preparada para acolher essa população crescente. A problemática da terceira idade ainda é pouco considerada como questão social em nosso País, embora a Geriatria já exista desde meados do século XIX e, ao lado desta, a Gerontologia, e requer planejamento e cuidados, pois as consequências podem ser graves.

No Brasil, vive-se uma situação peculiar: o enfrentamento de um duplo desafio, que é o de atender as necessidades do grupo etário que mais cresce no País e, ao mesmo tempo, não descuidar da base da pirâmide, sob pena de aumentar as estatísticas de mortalidade infantil e evasão escolar.

A existência de um mito na sociedade, de um modo geral, de que a felicidade está na juventude, ainda prevalece. A eterna juventude foi sempre relacionada com a felicidade plena. E a pobreza é um outro elemento interveniente da condição do idoso. As pessoas idosas são, em geral, menos aquinhoadas economicamente do que os adultos mais jovens da mesma população.

Os problemas de saúde das pessoas idosas são frequentemente de natureza crônica e podem requerer intervenções custosas e o uso de tecnologia complexa. A estimativa média do custo de saúde de uma pessoa idosa poderia cobrir o custo de três pessoas de menos idade. Nos Estados Unidos da América (EUA), o custo per capita dos idosos é cerca de 30 vezes o das pessoas jovens com idade inferior a 15 anos. De acordo com a OMS, paradoxalmente, observa-se que, apesar do grande desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade moderna, a terceira idade mostra-se mais suscetível do que era no passado aos efeitos dos traumatismos, às infecções e também às reações adversas às drogas.

O idoso, ao sentir-se inútil e tendo a si somadas as dificuldades do dia a dia, mergulha na tristeza. E cinco ou mais dos seguintes sintomas, manifestados por duas semanas seguidas, indicam depressão: vontade de se isolar, deixar de falar, não comer ou comer muito, diminuição do autocuidado, doenças e mortes com maior frequência, ter doenças psicossomáticas, pois tudo dói, chorar por qualquer razão, não sentir vontade de levantar da cama, não sentir vontade de desenvolver qualquer atividade, ter um forte sentimento de culpa, experimentar uma sensação de inutilidade e não conseguir se alimentar (FECESP, 1999).

Como podemos perceber, um dos maiores problemas é a solidão causada pela falta de função social e profissional. Isto, de fato, torna o ingresso na velhice uma verdadeira mutação exprimindo estilos e rotinas de vida diferentes, além de demandar certo número de artifícios internos para sua adaptação. Elevada ansiedade, retraimento e fechamento em si são prováveis peculiaridades dessa fase do desenvolvimento.

Na velhice, a solidão pesa. Muitas vezes, não é apenas um sentimento. É um estado, uma maneira de ser já incorporada à pessoa. É a proximidade da morte, a perda de ilusões que ficam o tempo todo apontando para o seu fim, o seu desaparecimento. O problema mortalidade/imortalidade deixa de ser filosófico, religioso, cultural e passa a ser existencial. É o grande tema existencialista para muitos que se encontram na velhice, além do complexo de inferioridade a que muitos estão submetidos. Esses aspectos afetam, conseqüentemente, a autoestima dos idosos que, por sua vez, afetam a sua vida em sociedade. Daí a necessidade da efetivação de políticas públicas para que seja dada maior assistência aos idosos.

A ideia do envelhecer é considerada, por alguns idosos, uma etapa de perdas como, por exemplo, a perda de seus antigos referenciais de vida, implicando o abandono de elementos da realidade e de si mesmos, propiciando uma conseqüente crise de identidade. É uma fase de vida em que veem diminuídas as suas possibilidades e um período no qual precisam enfrentar inúmeras crises que inevitavelmente surgem nessa nova etapa. O idoso sente-se diminuído em contato com suas perdas e a ausência de perspectivas.

Pessoas com 60 anos ou mais de idade, predominantemente, vivem sozinhos, por seu estado civil (solteiros ou viúvos). Com isso, frequentemente emergem situações de desamparo de algumas dessas pessoas, por suas limitações inerentes, naturalmente se esperando aumento nas demandas de apoio externo.

Por conta dessa situação de vulnerabilidade de vida, são desenvolvidos mecanismos sociais para criação de instituições e asilos, com objetivos de proteção e oferecimento de condições mínimas de vida para esses idosos. Atualmente, entretanto, existem alguns questionamentos em torno dos abrigos e asilos para a terceira idade. Muitos desses estabelecimentos funcionam apenas como um local de descarte de idosos que ficam jogados à sorte, submetidos ao completo isolamento,

muitas vezes até maltratados, não obstante, a existência de instituições de longa permanência (ILP), que de fato adotam a lógica da proteção social

Como se pode perceber, o idoso tem a sua vida afetada sob vários aspectos. São fatores biológicos, psicológicos e também sociológicos que influenciam na sua vida. Por conseguinte, se ele não possui pelo menos uma autoestima bem desenvolvida, não terá estrutura para suportar carga tamanha.

Se os idosos não se mantiverem envolvidos em uma ou algumas atividades, de preferência as que trabalhem mais a criatividade, entrarão num rápido declínio e alguns morrem logo depois de se afastarem do trabalho habitual. Nos dias de hoje, com o desenvolvimento tecnológico, sob a perspectiva de uma sociedade individualista de sistema excludente em que se valoriza o homem pelo vigor físico, agilidade e capacidade de produzir lucros, a importância social do idoso e as funções a ele atribuídas, em determinadas circunstâncias, se tornaram inexpressivas.

A velocidade rege a sociedade e o idoso está enquadrado em um processo lento. A razão capitalista valoriza a agilidade, principalmente, de raciocínio, a hiperatividade, a polivalência, o dinamismo, a ambição e outros aspectos em que os idosos, cujo raciocínio não é deficiente, e sim, mais lento, já não correspondem ao nível exigido, o que os exclui da sociedade ativa. O declínio biológico, de modo implacável, limita os idosos para a execução de tarefas que exigem força, rapidez e destreza.

Assim, o envelhecimento é preocupação constante do ser humano em todos os tempos. As pessoas rejeitam o envelhecimento, não se conformando com a sua evidência. A terceira idade desperta sentimentos negativos, como medo, constrangimento, piedade, porém, a imortalidade e a eterna juventude são sonhos míticos de homens e mulheres.

Alguns idosos, ao cessarem suas atividades produtivas, muitas vezes reduzem o contato com as pessoas, com o ambiente, e se angustiam por compreenderem que seu tempo de vida é cada dia mais restrito. Reduzindo sua autoestima, podem vir a manifestar um estado depressivo, vivendo associado a uma sensação de mal-estar e desconforto contínuo.

Sem nenhum planejamento para continuarem a ser úteis e a manterem elevada sua autoestima, estes tenderão muitas vezes a ocupar o tempo com ideias fúteis ou atividades frívolas, ou então a retrair-se para junto da televisão, de romances e de revistas, até o ponto de saturação.

A ociosidade será suportada até que a vida sem significado e as alterações de relacionamento entre cônjuges, os conflitos com os familiares, se tornem os únicos elementos para o vazio existencial.

Em qualquer fase do desenvolvimento, o reconhecimento social e a influência dos grupos de amigos, de família, religiosos e outros, são de primordial importância para manutenção dos sentimentos de pertença, engajamento e valorização pessoal.

Infelizmente, os adultos se utilizam de estratégias, não para o bem-estar dos idosos, mas para facilitar o seu poder de persuasão contra eles. Não abertamente dar-lhes ordens, pois não tem autoridade para tal. Evitam atacá-los de frente, mas, em contrapartida, procuram manobrá-los, afirmando ser de interesse dos idosos.

A família inteira se torna cúmplice. Mina-se a resistência do ancião, oprimindo-o com cuidados exagerados que o paralisam, tratando-o com uma benevolência irônica, falando-lhe em linguagem infantil, e até mesmo trocando, por trás dele, olhares de entendimento, e deixando escapar palavras ferinas. Se a persuasão e a astúcia fracassam em fazê-lo ceder, não se hesita em mentir-lhe, ou em recorrer a um golpe de força. Por exemplo, convence-se o velho a entrar provisoriamente numa casa de aposentados, onde é abandonado (BEAUVOIR, 1990: 268).

Os interesses em jogo nessa luta não são apenas de ordem prática, mas também de cunho moral, pois queremos que os velhos se conformem à imagem que a sociedade faz deles, impondo-lhes regras sobre como se vestir, na maneira de se dirigir às pessoas e um respeito às aparências. É, sobretudo, no plano sexual que se exerce a repressão. É “feio” ou “atrevido”, para a sociedade, ver um casal de idosos falando de vida sexual ativa. Para muitos é até um escândalo. Vê-los namorar incomoda muita gente, sendo até alvo de chacotas, ironias, como se ser idoso significasse perder a capacidade de amar.

O idoso não pode ser mais visto como um mal ou um ser indesejável, pois a longevidade é resultado de causas que ninguém quer eliminar: famílias menores,

melhor saúde para os recém-nascidos, vida mais longa para os adultos. É preciso levar em consideração a necessidade da implementação de políticas públicas capazes de melhorar o quadro desenvolvido atualmente. E sobre essa questão, pretendemos discutir no próximo item, o nível de atenção que está sendo dado ao idoso.

3.2 BREVE TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA

Em se tratando de políticas públicas para o segmento idoso, segundo Rodrigues (2001), até a década de 1970, não se reconhecia nenhum trabalho realizado com idosos no Brasil que não fosse de cunho caritativo, desenvolvido especialmente por ordens religiosas ou entidades filantrópicas. Somente nessa década, quando um número significativo de idosos existentes na sociedade brasileira obteve uma maior visibilidade, os técnicos dos setores públicos e privados despertaram para a questão social do idoso.

O que houve antes, em termos de proteção a esse segmento populacional, consta em alguns artigos do Código Civil (1916), do Código Penal (1940), do Código Eleitoral (1965) e de inúmeros decretos, leis, portarias, [...]. Deve-se, entretanto, salientar dois que merecem destaque: a Lei nº 6179 de 1974, que cria a Renda Mensal Vitalícia, através do então Instituto Nacional de Previdência Social - INPS e o segundo documento, de extrema importância, é a Constituição Federal, promulgada em 1988, que contempla as pessoas idosas em seus artigos 14, 40, 201, 203, 229 e 230. (RODRIGUES, 2001, p.149).

Destacamos ainda, em 1975, a criação do Programa de Assistência ao Idoso (PAI), que consistia na organização e implementação de grupos de convivência para idosos previdenciários, nos postos de atendimento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Outra iniciativa de relevo da atenção pública para com a velhice data do ano de 1976, que nasce da articulação entre o gerontólogo Marcelo Antonio Salgado e o então ministro da Previdência e Assistência Social, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, quando foram provocados alguns seminários, entre eles um em Fortaleza, realizados na busca de um diagnóstico para a velhice no País. Destes encontros resultou um documento, deveras importante, intitulado "Políticas para a 3ª Idade -

Diretrizes Básicas". O resultado foi a expansão dos grupos de convivência em todo o País.

Com a reforma da previdência, em 1977, e criação do SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, o PAI passou para a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), que se tornou responsável pelo atendimento aos idosos em todo o Território Nacional.

Somente com o advento da Constituição Federal de 1988 (CF88), entretanto, a política de assistência social assume o status de política pública, traçando princípios e diretrizes para sua organização. Foi nesse contexto efervescente de lutas que, em 1989, o Ministério da Saúde editou as Normas de Funcionamento de Instituições Geriátricas, lançadas para todo o Brasil.

No ano seguinte, no governo do Presidente Fernando Collor, foi publicada a Portaria Interministerial nº 252 no dia 16 de outubro [...] instituindo um grupo de trabalho para apresentar propostas de “política e programas para a 3ª Idade” no prazo de 60 dias. O resultado foi o documento preliminar Política Nacional do Idoso. (RODRIGUES, 2001, p. 152).

Ressaltamos ainda, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (nº12.435 - 06.07.11)¹⁰, a Política Nacional do Idoso – PNI (nº8.842/1994) e o Estatuto Nacional do Idoso - ENI (nº10.741/2003), dentre as iniciativas formais de proteção social à pessoa idosa, outorgadas pelo Estado decorrentes das pressões deste segmento e de suas representações.

A Lei 8.842, de 04/01/94, que dispõe sobre a PNI, destina-se a apoiá-lo, integrando-o à família e à comunidade. Conforme preceitua essa Lei, devem ser assegurados ao idoso seus direitos sociais, criando condições para desenvolver sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, lembrando que, para fins de atendimento, considera-se a pessoa idosa aquela de 60 anos ou mais de idade, o que já é um fator questionável.

Somente no dia 3 de julho de 1996, todavia, o Exmo. Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, assinou o Decreto n.º 1.948, que regulamenta essa Política. Mesmo assim, a Secretaria de Assistência Social,

10 Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, em seus artigos: 2º , 3º , 6º , 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 28 e 36, que dispõe sobre a organização da assistência social.

responsável pela coordenação de política do idoso, em parceria com os ministérios setoriais e organizações não governamentais (ONGs), elaborou o “Plano de Ação Governamental Integrado para Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso”, cujo objetivo era promover ações setoriais integradas, de forma a viabilizar a implementação da referida Lei.

Esse Plano integrou os Ministérios: Cultura, Educação e Desporto, Extraordinário dos Esportes, Indústria, Comércio e Turismo, Justiça, Previdência e Assistência Social, Planejamento e Orçamento, Saúde e Trabalho. Vale ressaltar que, de acordo com a LOAS, as ações foram desenvolvidas de forma descentralizada, por intermédio dos estados, municípios e Distrito Federal (CAMERINO, 2001 *apud* MPAS, 1996).

A tradição de hierarquizar as questões sociais em níveis de maior a menor importância, no entanto, secundariza a questão social da velhice, como política de ação, e o resultado é uma sociedade carente de programas preventivos nas questões do envelhecimento e de serviços que tratem adequadamente os problemas dos idosos. Muitos deles, não contando com o apoio familiar nem com o amparo de instituições sociais, tendem a um estado de marginalização social, acentuando as alterações negativas da velhice.

Questionamos o interesse e o esforço da sociedade e do Estado brasileiro para com a população idosa. O Estado comporta-se de forma omissa em relação às questões políticas voltadas para o idoso, em que as condições de atendimento em todos os serviços prestados a essa categoria precisam ser ampliadas, sem perder de vista a qualidade de sua execução e desenvolver uma política de previdência social satisfatória.

O direito à aposentadoria é uma importante conquista dos trabalhadores no mundo inteiro, porém, em países como o Brasil, se caracteriza como reflexo das péssimas condições de trabalho a que é submetida a maioria dos trabalhadores. É de se lamentar que haja uma política voltada para os idosos, mas que permite a realidade vigente, o que anula moralmente a condição dessa Lei.

Em razão de tais circunstâncias, é necessário que sejam adotadas medidas para efetivação de políticas de atenção aos idosos, envolvendo não só o Governo, mas também a sociedade como um todo, pois os idosos estão longe de se

sentirem e de serem realmente integrados em uma comunidade acolhedora e que respeite sua maneira de ser.

Para Simone de Beauvoir (1990), os cuidados geriátricos não devolvem a saúde física ou mental dos idosos. Não há como recuperar a destruição sistemática que o ser humano sofre desde o nascimento. Seria preciso que o ser humano sempre tivesse sido tratado como tal. A família também deve assumir a sua importância perante os idosos, compreendendo-o, apoiando-o e protegendo-o, visto que é fundamental o seu comportamento consciente na conquista da qualidade de vida.

Já dizia Ecléa Bosi que os idosos são oprimidos pelos “pequenos detalhes desumanos” das cidades, das calçadas quebradas aos degraus altos dos ônibus. “O velho fica engaiolado em casa, pois na rua é empurrado brutalmente. A cidade e a cultura não lhe deixam muito espaço porque a velocidade é um bem para a sociedade e o velho anda devagar”. (FECESP, 1999).

Na contramão de seu tempo e no tocante a ações proativas sobre o tema, destacamos as experiências de trabalho social com idosos no Brasil identificadas nos programas do Serviço Social do Comércio (SESC), atualmente com 50 anos de atuação na causa, pioneiro, cuja primeira experiência de trabalho social com idosos não institucionalizados teve início em 1963, no Centro Social “Mário França de Azevedo”, uma das unidades do SESC, na Capital paulista. (LOIOLA, [198-?]).

Suas atividades são centradas no lazer cultural e recreativo, elementos capazes de levar à socialização, desenvolver a criatividade, a autoexpressão e, conseqüentemente, a autoestima das pessoas, inclusive dos idosos que, inseridos nesse âmbito, fazem fortes referências de ser o SESC o seu segundo lar.

Em meio à realidade de entraves na conquista por direitos, porém, foi instituída uma política de maior amplitude, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004), com a finalidade de materializar a política pública de assistência social como um pilar do sistema de proteção social brasileiro no âmbito da seguridade social.

Tal política encontra-se concretizada por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que estabelece dois níveis de proteção social aos seus usuários: a proteção social básica e a proteção social especial (média e alta

complexidade). Seu modelo de administrar as ações socioassistenciais em todo Território Nacional é descentralizado e participativo, tendo como um dos seus eixos estruturantes o controle social, exercido em espaços privilegiados, como os conselhos¹¹ e as conferências¹², embora não sejam somente eles, como formas de efetivação da participação popular.

No município de Fortaleza, a presença desses espaços é percebida de maneira contínua mediante a atuação do CMAS¹³ e do CMDPI¹⁴, além daquelas de maior visibilidade como no caso das conferências de assistência social e do idoso. Também podemos considerar outras instâncias de controle social que foram executadas até o ano 2012, na gestão anterior do Município de Fortaleza, como o NUPP¹⁵ e o OP¹⁶.

¹¹ Os conselhos têm como principais atribuições: a deliberação e a fiscalização da execução da política de seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas pela Conferência; a aprovação do plano; a apreciação e aprovação da proposta orçamentária para a área e do plano de aplicação do fundo, com a definição dos critérios de partilha, dos recursos, exercidas em cada instância em que estão estabelecidos. Os conselhos ainda normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam os serviços de assistência social, prestados pela rede socioassistencial, definindo os padrões de qualidade de atendimento, e estabelecendo os critérios para o repasse de recursos financeiros (PNAS, 2004, p.52 apud artigo 18, da LOAS).

¹² Conferências são espaços institucionais de deliberação das diretrizes gerais de uma determinada política pública. São espaços mais amplos que os conselhos, envolvendo outros sujeitos políticos que não estejam necessariamente nos conselhos, por isso, têm também caráter de mobilização social. Nelas, o governo e a sociedade civil, de forma paritária, por meio de suas representações, deliberam de forma pública e transparente. [...] permite a construção de espaços de negociação, a construção de consensos, compartilhamento de poder e a co-responsabilidade entre o Estado e a sociedade civil. São precedidas de conferências municipais/regionais e estaduais e são organizadas pelos respectivos conselhos (CNAS, MDS, 2009, p.34).

¹³ O CMAS foi criado em 15 de agosto de 1996 com a Lei nº7.945 e hoje é regido pela Lei nº 9.405 de 18 de julho de 2008. É órgão deliberativo de caráter permanente.

¹⁴ O CMDPI Fortaleza foi criado com origem na SETRA, pela Lei nº 9402 de 03 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial do Município (DOM) de 08 de julho de 2008. O que antes existia era a Lei nº8.913, de 22 de dezembro de 2004, que tratava da existência de um conselho totalmente descaracterizado de sua competência, fazendo-se necessária a sua revogação, ocorrida com a criação da Lei nº9.402 retrocitada. Atualmente é regido pela Lei nº 9.865 de 26 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial do Município (DOM), de 02 de janeiro de 2012. É órgão colegiado de composição paritária, de caráter permanente, normativo, deliberativo e fiscalizador da política de promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa. Atualmente, encontra-se em funcionamento na Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos (SCDH) do Município de Fortaleza.

¹⁵ O Núcleo de Participação Popular (NUPP), também iniciativa da SETRA, foi criado no início do ano 2010 com a finalidade de aproximar as comunidades das áreas de risco da política de assistência social. Segundo Mônica Saraiva, ex-coordenadora dos núcleos, o objetivo dessas reuniões era “fazer com que as pessoas percebessem a assistência social como política de direito, rompendo com a ideia da ação social e da troca de favores”. Após a mudança de gestão do município esse serviço ficou desativado.

¹⁶ O Orçamento Participativo (OP) foi criado em 2005 com a finalidade de administrar os recursos e serviços do Município de Fortaleza por meio de uma gestão compartilhada com os seus segmentos representativos. Após a mudança da gestão do Município esse serviço também ficou desativado.

Vale ressaltar que, quanto à classificação, segundo Dagnino (2002, p.49), os conselhos gestores existentes hoje no País podem ser de três tipos: 1) Conselhos de Programas – vinculados a programas governamentais concretos que, em geral, articulam funções executivas no âmbito do respectivo programa, a exemplo do OP; 2) Conselhos de Políticas – ligados às políticas públicas mais estruturadas, em geral, previstas em legislação nacional, como o CMAS e o CMDPI e; 3) Conselhos Temáticos – que existem na esfera municipal por iniciativa local. Estes conselhos associam-se a temas gerais a partir de suas necessidades, seja de perfil político ou social, a exemplo do NUPP.

Conforme já mencionado, as conferências são instâncias máximas de deliberação e têm a atribuição de avaliar a situação dessa política pública e propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento. As competências dos conselhos são por deliberar, regular e acompanhar/fiscalizar a execução da política pública de assistência social. São espaços de negociação, efetivação de alianças, acordos, e diálogos, e funcionam como um instrumento público para a interface com os usuários e seus direitos, tendo esse o direito de participar de forma efetiva da elaboração da política de assistência social (CNAS, MDS, 2009, p.5).

No Município de Fortaleza, o CMAS atualmente é composto de 20 conselheiros efetivos e igual número de suplentes, entre eles três usuários e seus suplentes, com mandato de dois anos consecutivos, permitida a recondução por igual período uma só vez, observando-se a paridade entre o Poder Público e a sociedade civil. Executa um calendário de atividades, com reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que necessário, para toda a plenária e, reuniões quinzenais para cada uma das comissões, a saber: Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, Comissão de Controle Social do Programa Bolsa Família do Município de Fortaleza e as comissões temáticas permanentes de: articulação e mobilização, documentação e cadastro, política de assistência social e de gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Quanto ao CMDPI Fortaleza, é composto por 24 membros titulares e respectivos suplentes, entre eles dois representantes de usuários titulares e respectivos suplentes das políticas de atendimento à pessoa idosa com mandato de dois anos consecutivos, permitida a recondução por igual período uma só vez. Este Conselho, em particular, enfrentou uma série de situações conflituosas,

essencialmente do ponto de vista político, desde o período de sua criação em 2008 e de sua transferência para a SCDH em 2009. Embora não tenha passado pela descontinuidade de suas ações em razão do seu caráter de prestação de serviços públicos, sua operacionalidade estava comprometida em decorrência do risco de ser considerado ilegal¹⁷.

O OP também foi outro espaço importante de exercício do controle social, onde os problemas da Cidade eram discutidos e decididos por meio de votação dos segmentos sociais sobre como seria a aplicação dos recursos em obras e serviços que seriam executados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). Além do controle social, tem como princípios a transparência pública e a formação cidadã.

As assembleias do OP aconteciam em dois momentos: no Ciclo Preparatório e no Ciclo Deliberativo. Os dois ciclos aconteciam nas assembleias dos bairros, chamadas de assembleias territoriais. A Cidade se encontrava dividida em 51 áreas chamadas de áreas da participação. Podiam participar das atividades pessoas de mais de 16 anos. Para crianças de sete anos e adolescentes, existia um ciclo de debates próprio: o OP Criança e Adolescente. Os demais segmentos são: Juventude, Mulheres, LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), Pessoas com Deficiência, População Negra e Idosos.

Quanto aos NUPPs, suas reuniões aconteciam uma vez por mês tendo iniciado como projeto-piloto em oito CRAS: Pirambu, Lagamar, Praia do Futuro, Quintino Cunha, Couto Fernandes, Bom Jardim, Conjunto Esperança e Castelão.

¹⁷ Até o ano 2008, o município de Fortaleza não possuía um Conselho Municipal do Idoso. Após o constante requerimento das entidades e dos próprios idosos por um conselho que representasse as questões dos idosos, firmou-se o compromisso, na gestão da ex-prefeita Luizianne Lins, de criá-lo. Desde então, passou a ser alvo de inúmeras críticas pela falta do seu devido direcionamento. Agora, com a eleição da diretoria do último Colegiado ocorrida em novembro de 2012, com a posse dos conselheiros em 12.12.12, o CMDPI enfrentava um processo administrativo instaurado pela própria Secretaria de Governo, a que ele é vinculado, a SCDH, que exigiu em fevereiro de 2013, mediante parecer de sua Assessoria Jurídica, a interrupção das ações do CMDPI, alegando que o referido Conselho estava atuando na ilegalidade por não ter observado o critério da alternância na sua diretoria entre OGs e ONGs. Esse processo, que durou exatos seis meses, foi finalizado por intermédio do MP no dia 12.06.13, ficando como encaminhamento uma eleição para a diretoria do Conselho no dia 12.08.13. A reunião de conciliação foi concluída com o reconhecimento dos conselheiros presentes, da irregularidade e não da ilegalidade do CMDPI, por ter permitido a terceira recondução do Conselho por uma ONG, alegando as ONGs que isso ocorreu em razão da omissão do Poder Público no momento da eleição por não ter apresentado seus representantes e os representantes de OG que estavam presentes não se manifestaram.

Meses depois estas reuniões passaram a ser realizadas em todos¹⁸ os CRAS de Fortaleza, com exceção do CRAS Itinerante¹⁹.

Referidos núcleos tinham como alvo os usuários dos CRAS que moram nas comunidades de seu entorno. Participavam, ainda, a SETRA, representada pela coordenadora dos núcleos, pelos representantes dos DAS, pela equipe de profissionais dos CRAS, demais interessados e envolvidos no processo.

Como se pode perceber, a participação política mostra-se um recurso eficiente para o reconhecimento e a operacionalização dos direitos dos idosos; no entanto, “faz-se necessária a aplicação de metodologias que resgatem a participação dos indivíduos dispersos e desorganizados [...], pois a troca de experiência capacita para o exercício do controle social”. (PNAS, 2004, p.53).

Dentre essas metodologias, estão os grupos de convivência de idosos que, no Município de Fortaleza, são desenvolvidos a partir do SCFV – Idosos, antes conhecido por PABI, instituído na SETRA que, por sua vez, está inserido no nível de proteção social básica. Esse Programa prima pela legislação vigente e tem como objetivo ocupar o tempo livre dos idosos com o desenvolvimento de sua cognição e de suas habilidades artísticas, além de incentivar sua participação ativa na sociedade, primando pelo seu protagonismo no contexto familiar e comunitário.

Nosso primeiro contato direto com o universo do controle social aconteceu em 2007, mediante uma experiência de trabalho na SETRA como coordenadora do SCFV – Idosos. Na ocasião, fomos convidada a conduzir a criação e organização do CMDPI Fortaleza para eleição dos conselheiros.

Foi com amparo nessa vivência, aliada à experiência da graduação e, mais especificamente, a de estágio, que constatamos a necessidade de compreender a noção dos idosos (SCFV) sobre eles mesmos, como reais protagonistas da política pública de assistência social, em especial a do idoso, como eles percebem suas lutas, se de forma consciente e crítica ou no âmbito do senso

¹⁸ Os NUPPS foram ampliados para os 15 CRAS restantes: Barra do Ceará, Serviluz, Mucuripe, Bela Vista, Serrinha, Vila União, Canindezinho, Aracapé, Granja Portugal, Genibaú, Mondubim, Jardim das Oliveiras, Conjunto Palmeiras, João Paulo II, Dendê.

¹⁹ Esse CRAS foi inaugurado em agosto/2011 no bairro Pedras. É o único CRAS não oficial, tendo em vista que foi uma estratégia do Município de Fortaleza para o alcance das comunidades no entorno do referido bairro com a oferta dos serviços da assistência social.

comum, e se têm a exata ideia da efetividade ou não de sua participação como cidadãos.

Durante a eleição, chamou-nos a atenção o fato de a grande maioria dos idosos (SCFV), candidatos a conselheiros, ainda se colocarem com atitudes tímidas como se ainda desconhecessem a legitimidade de um espaço de manifestação de reivindicações, que é seu por direito.

Na realidade, ainda não se percebiam como usuários da política de assistência social. Revelavam uma tímida participação em toda a eleição dos conselheiros, estando quase sempre sob a tutela de um líder comunitário ou de outro representante, seja da família ou outra instituição que frequentavam, para lhes servir de porta-voz. O resultado foi a ausência de opções objetivas de melhoria para suas vidas mediante a própria visão e necessidades que lhes eram próprias.

Algumas tentativas de ações voltadas para o protagonismo dos idosos (SCFV) já foram esboçadas, a exemplo das intervenções comunitárias, que são atividades programadas para serem executadas a cada quatro meses com os idosos dos CRAS e unidades sociais, em decorrência de uma pauta de ações a serem realizadas com o objetivo de proporcionar aos idosos oportunidades de desenvolver o seu protagonismo. Até o momento, porém, nenhum resultado de impacto sobre a participação efetiva dos idosos na concretização de seus direitos no plano da Política Nacional de Assistência Social foi ainda percebido.

É imprescindível o olhar crítico dos usuários, neste caso, mais especificamente dos idosos, para a efetividade das políticas públicas, apreendido nos espaços de manifestação do controle social. Isso ainda é insuficiente, tanto na articulação desses grupos na defesa de seus direitos, como na ação política que exercem. Compreendemos a existência de limites e entraves estruturais que dificultam a participação mais efetiva da pessoa idosa, como, por exemplo, a existência de uma cultura política ainda incipiente ensejando inexperiência e distanciamento do exercício do controle social, resultado de décadas de práticas autoritárias.

A experiência das pessoas que envelhecem não pode ser entendida a menos que percebamos que o processo do envelhecimento produz uma mudança fundamental na posição de uma pessoa na sociedade e, portanto, em todas as suas relações com os outros. (ELIAS, 2001, p.83).

Essa visão crítica dos usuários idosos, contudo, só será possível se, minimamente, conhecerem a essência dos processos em que estão inseridos, a começar pelo significado de sua condição de vida, a velhice, mais especificamente, o que é ser idoso, bem como os significados de participação, protagonismo e, por fim, controle social. Sobre o entendimento destas categorias é o que propomos no próximo capítulo.

4 O SIGNIFICADO DE IDOSO, PARTICIPAÇÃO, PROTAGONISMO E CONTROLE SOCIAL

Em todo o arcabouço teórico do Estatuto Nacional do Idoso (ENI), como o próprio título esboça, é utilizado o termo idoso para definir o cidadão de 60 anos ou mais como um ser de direitos, com a prerrogativa da condição de prioridade, salvo alguns artigos, como o 9º, o 10º e o 95º, por exemplo, que se referem à extensão pessoa idosa com a mesma conotação, apenas diferenciando-se por uma questão de gênero. Mesmo com tais concepções, no entanto, foram os sujeitos idosos os melhores a definirem a própria condição, como veremos no penúltimo capítulo deste estudo.

Pensando o contexto brasileiro da redemocratização das relações entre Estado e sociedade, já na década de 1980, a Constituição Federal de 88 (1998) inovou, ao trazer para o debate a descentralização político-administrativa e a participação social, conforme observamos em seu artigo 230, que trata da ordem social, exprimindo: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. Isso resultou no avanço das políticas públicas, especificamente na assistência social.

Em consonância com a LOAS (nº12.435/11), o SUAS (PNAS, 2004) prevê canais de participação da sociedade civil, inclusive condicionando a existência do sistema em relação à sociedade nas instâncias de deliberação.

No modelo de assistência social, inscrito na referida lei e na Norma Operacional Básica (NOB)/SUAS 2012²⁰, a participação da sociedade nas instâncias decisórias é, ao mesmo tempo, um fator condicionante e um componente estrutural. “O Conselho, [...] assegura em sua composição um lugar para os usuários. Por

²⁰ Aprovada pela Resolução CNAS nº33/2012 e publicada no dia 3 de janeiro de 2013, esta nova versão representa um marco fundamental na estruturação do SUAS, imprimindo um avanço em qualidade na sua gestão e na oferta de serviços socioassistenciais em todo o Território Nacional, tendo como base a participação e o controle social. Referida Resolução revogou a Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprovou a NOB/SUAS 2005.

regra, o usuário da assistência social tem assento nas instâncias decisórias”. (CNAS/ MDS, 2009, p.18).

A ideia de participação, também, pode remeter a várias concepções, seja ela considerada no âmbito social, no popular ou no político. Compreende-se, à luz de alguns teóricos e pesquisadores, que a participação social é o seu contexto mais amplo, englobando as participações popular e política.

Para fins deste estudo, remete-se à sua dimensão mais específica em termos de associação com outras pessoas na tomada de decisões coletivas no qual é considerada a participação política. Considera-se o conceito de participação como conquista, devendo ser entendida como um processo, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Nesse sentido,

A participação não pode ser entendida como dádiva, pois não seria conquista visto que o espaço de participação não cai do céu por descuido. Ela é a base da construção da cidadania e é exercício democrático, [...] através dela aprendemos a eleger, a deselegar, a estabelecer rodízio no poder, a exigir prestação de contas, a desburocratizar, a forçar os mandantes a servirem à comunidade, e assim por diante [...] (PRADO, 2006 apud DEMO, 1993, p. 71).

Dagnino (1994) ao relacionar a noção de cidadania com as experiências dos movimentos sociais no final dos anos 1980, contribui para essa discussão e lança luz à reflexão quando assinala que a cidadania é entendida como o direito de participar efetivamente da própria definição de um sistema político. É o direito de definir aquilo no qual se quer ser incluído, e que não diz respeito apenas às conquistas legais, mas também inclui a invenção criativa de direitos e surge de baixo para cima como uma estratégia dos não-cidadãos.

Acentua Prado (2006) ser esse um grande desafio para uma população que envelheceu sem oportunidades diante da ideologia dominante. A própria condição da maioria dos idosos, numa sociedade que se caracteriza por uma visão utilitarista do ser humano e na qual as transformações ocorrem com muita velocidade, já o situa numa posição de desvantagem. A sociedade capitalista busca o novo, e o velho torna-se descartável; e, embora tenha um discurso de valorização e respeito aos idosos, não possibilita a estes igualdade na forma de tratamento e oportunidades de participação.

Considerando as ideias de Tocqueville (1969), ainda referente à categoria participação, o cidadão dos EUA é impulsionado pelo senso de patriotismo a se fazer presente em qualquer situação que envolva seu país, pois acredita que as suas decisões influenciam diretamente na condução e tomada de decisões que influenciarão sua própria vida.

Na reflexão desses autores, reside o entendimento da materialização de uma participação efetiva na sociedade, capaz de fazer pressão em busca de transformações. Esta participação efetiva só é possível para o segmento idoso se os idosos forem respeitados como protagonistas de sua história, pois somente eles serão capazes de dizer quais as necessidades que lhes são próprias e quais as que eles mesmos pretendem estabelecer para si.

Percebe-se, no entanto, é que a noção de protagonismo fica escamoteada, dando a falsa impressão de que o seu exercício se encontra em toda forma de participação dos usuários²¹. Para se compreender com maior clareza, o conceito de protagonismo pode ser entendido como sendo o envolvimento das pessoas em ações coletivas por meio de entidades associativas, formais ou não, com vistas a exercer influência nas decisões governamentais. Assim, como anota Demo (2003, p.39), o protagonismo consiste em organizar-se politicamente de forma coletiva, ou seja, além da cidadania individual.

Já na compreensão de Rozendo, Justo e Correa (2010), o conceito de protagonismo, em especial do segmento idoso, pode expressar vários significados: contestação e defesa intransigente dos seus interesses contra forças de dominação, parceria na construção social, adesão a micronarrativas, ou seja, considerar cada uma das subjetividades dos idosos, entre outros.

Protagonista e protagonismo são palavras comumente utilizadas no campo da literatura, empregadas para se referir a personagens de uma história, responsáveis pelo desenrolar de um enredo (JUSTO et al., 2010). No campo das artes cênicas, mais especificamente nos romances da teledramaturgia, protagonista é a personagem principal de uma história, usualmente interpretado por artistas amplamente conhecidos. No terreno das Ciências Sociais, estes termos são utilizados como variantes do termo “sujeito” para designar grupos ou conjuntos de agentes sociais que desencadeiam ações e se colocam ativamente na elaboração da história. (ROZENDO; JUSTO; CORREA, 2010 apud MINAYO, 2001, p.4).

²¹ O termo usuários aqui referenciado é compreendido como sendo os “[...] cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos [...]”. (PNAS, 2004, p. 33).

Defendem a ideia de que o protagonismo do segmento idoso, ainda emergente, precisa ser compreendido considerando a atual configuração de sua subjetividade, das relações de poder e da gestão do coletivo, como forma de organização política na contemporaneidade, ou seja, é entendido como a implicação direta do cidadão comum na formulação, fiscalização e avaliação da coisa pública, participando de fóruns de debates, de organizações de bairro, de conferências, conselhos gestores e de tantos outros canais da gestão política.

O conceito de protagonismo em Tocqueville (1969), embora muito sutil, se encontra esboçado na realidade dos EUA que está muito bem representada pelo princípio da soberania do povo e se solidifica ainda mais com o forte espírito de associação disseminada em toda aquela sociedade, prevalecendo a defesa intransigente de suas opiniões e decisões. Assim, como o próprio autor afirma, o povo reina no mundo político dos EUA como Deus no universo. O povo é a causa e objetivo de todas as coisas; tudo vem dele e tudo é absorvido nele. (TOCQUEVILLE, 1969, p.70).

Acreditamos que, com encosto do entendimento sobre as categorias participação e protagonismo, é possível obter melhor compreensão sobre controle social, pois compreendemos que este é exercido desde o momento em que é possível participar de maneira consciente das instâncias e relações de poder com influência sobre as políticas públicas, permitindo ainda a ação protagonista das pessoas na aplicabilidade de tais políticas.

Para fins de conhecimento, inventariamos as ideias de alguns estudiosos, como, por exemplo, Galheigo (2008), que define controle social como um conceito sociológico cujos significados se modificam conforme seu registro teórico e sua constituição histórica, adotando uma polissemia de significados. A autora justifica que tal decorre da apropriação de correntes teóricas diversas, responsável por constituir uma nova cultura política que integre mecanismos de participação e "empoderamento" nos processos decisórios das diversas políticas públicas. Remete à discussão das concepções de controle social trazida por Goffman (1961), Park (1967), Higgins (1980), Janowitz (1981), Melossi (1990), Parsons (1991).

Sobre o conceito no ramo das políticas sociais, Higgins (1980) reúne vários como principais: repressão, exploração, cooptação, integração, paternalismo, conformidade e autodeterminação. Argumenta sobre os aspectos que podem estar

implícitos quanto ao exercício do poder (quem está sendo controlado, por quem, como e com qual propósito). Janowitz (1981) faz um resgate da origem do conceito, acentuando que este se refere à sociedade e à questão da ordem social.

Já Park (1967), bem como os filósofos George Herbert Mead, John Dewey e demais sociólogos da Escola de Chicago, preocupados com os mecanismos de coesão social da sociedade dos EUA, atribuíram importância à capacidade coletiva de solução de problemas e não à regulação do Estado ou às decisões de caráter individual. Em seus estudos acerca do conceito, desenvolvidos no início do século XX, ele abordou

mais as manifestações espontâneas do que as organizações formais, classificando-as quanto às formas elementares de controle social (encontrada nas multidões, cerimônias, prestígio e tabu), à opinião pública (fofoca, rumor, notícias e opinião pública em si) e às instituições (leis, dogmas e instituições políticas e religiosas). (GALHEIGO, 2008, p.63).

Com Parsons (1991), nos anos 1930, o conceito foi levado ao domínio da Psicologia,

afastando-o dos determinismos sociais, históricos e econômicos. Defendia a ideia de que a internalização de valores sociais fazia com que as pessoas se adequassem à cultura dominante, na medida em que eram gratificados por esse processo. Assim, os mecanismos de controle social reprimiam as tendências desviantes dos agentes sociais; caso a socialização viesse a falhar, tais mecanismos eram acionados para impor limites. Essa perspectiva estrutural funcionalista veio a ser posteriormente criticada por levar à "medicalização" dos problemas sociais. (GALHEIGO, 2008, p.64).

Nos anos 1960/1970, Goffman (1961) reflete sobre o interacionismo simbólico com o argumento de que o controle não só reage ao comportamento desviante como o produz, ou seja, são estes mecanismos de controle que selecionam, formatam e produzem aqueles que serão considerados desviantes. Galheigo (2008) acentua que, apesar de essa perspectiva interacionista abordar as relações de poder, ela se distancia das grandes leituras políticas e econômicas, demonstrando falta de contextualização histórica e que, portanto, apontam para uma visão romantizada e passiva do sujeito estudado, para o qual não se atribui qualquer poder político.

Ainda segundo Galheigo (2008), os movimentos sociais mundiais ocorridos ao final dos anos 1960 trouxeram as questões do poder e do Estado para o centro do debate sobre o controle social, cujos mecanismos passam a ser

entendidos como um esforço da classe dominante de proteger seus interesses. Levou à politização do conceito que passou a ser identificado com coerção e foi reconectado não apenas com a História, mas também com a luta de classes e a manutenção do capitalismo, onde o Estado é identificado como o responsável pela ordem social por meio de seus aparelhos repressivos. Há também o reconhecimento do papel da cultura e da ideologia, na perspectiva gramsciana, como importantes mecanismos para a legitimação e o exercício hegemônico do poder de classe.

Consideramos, no entanto, a categoria controle social com base nas ideias de Raichelis (1998) que o conceitua como sendo o

acesso aos processos que informam as decisões no âmbito da sociedade política. Permite participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e a arbitragem sobre os interesses em jogo, além do acompanhamento da implementação daquelas decisões, segundo critérios pactuados. (RAICHELIS, 1998, p.40).

Inclua-se neste conceito não apenas a sociedade civil, mas também a participação dos usuários. Nesse sentido, percebe-se que a categoria controle social está intimamente ligada a uma concepção de Estado. Assim como Raichelis (1998), vários autores, como Correia (2002), Campos (2006) e Bobbio (2000), pactuam da mesma idéia de que o controle social pode ser exercido, como primeira concepção, feito controle do Estado sobre a sociedade, favorecendo os interesses da classe dominante na busca incessante do estabelecimento de consenso com a sociedade civil mediante as políticas públicas para atenuar conflitos. (CNAS/MDS, 2009, p.9).

Já a segunda concepção, defensora da ideia do controle social como sendo o controle da sociedade, baseia-se na teoria de Gramsci que apresenta a concepção de Estado ampliado, onde é possível o controle das ações do Estado pela sociedade em favor dos interesses das classes subalternas. A visão de Gramsci opõe-se à ideia de que o ser social adota posição puramente acomodada perante a cultura hegemônica. Para ele, as representações sociais elaboradas por parte de cada grupo social são combinações de ideias de uma coletividade em uma determinada época com tradição e mudança, ou seja, as massas não são eternamente manipuláveis. Elas são capazes de elaborar as próprias imagens e representações. (CNAS/MDS, 2009 apud TORRES, 2002, p.94).

Considerando as ideias de Tocqueville (1969), sua perspectiva remete a outra vertente da discussão em torno não apenas da categoria controle social, mas também das categorias participação e protagonismo. Com base em um estudo etnográfico da sociedade dos EUA, realizado no período de 1831 a 1832 nesse país, o autor buscou ali compreender o exercício da democracia.

Embora o autor não exprima em sua obra um conceito de controle social propriamente dito, é possível perceber sua ideia na essência, com demonstrações claras na vida cotidiana dos estadunidenses. Nessa sociedade, adota-se uma doutrina expressamente demarcada pela soberania do povo, reconhecida em seus costumes e proclamada pelas suas leis, mediante o governo local.

Ao observar a sociedade ianque, o autor percebeu que o cotidiano e o desenvolvimento de suas instituições era inteiramente voltado para o fortalecimento do domínio das ideias daquela nação como forma de garantir o seu espaço no panorama mundial como potência indispensável ao desenvolvimento e evolução do restante do mundo.

Para Alexis de Tocqueville, no entanto, o sistema político dos EUA aguçado pela participação efetiva de seus cidadãos, difundiu-se a tal ponto que o preocupava a influência superior da igualdade sobre a liberdade na vida dos ianques. Isto poderia produzir a tão perspicaz classificação dada por ele de “tirania da maioria” que baniria a diferença entre as pessoas e decretaria uma conformidade geral.

Em síntese, o que se percebe é a discussão em torno do controle social, da participação e do protagonismo como práticas políticas ou como práticas de poder, revelando-se a informação e a comunicação como estratégias imprescindíveis para a inclusão nesses processos. Acreditamos que esta compreensão fragilizada ocasiona uma prática viciada de gerenciamento das políticas públicas, subtraindo da realidade atual as possibilidades de avanço.

É importante reconhecer a necessidade em dissociar o conceito de controle social da ideia única de vigilância, fiscalização ou de burocracia para aproximar as pessoas das referidas categorias políticas conceituadas anteriormente e assim produzir relações de convívio saudável na coletividade.

Para que uma nova cultura política possa ser criada, é importante que a discussão das práticas de poder faça parte da agenda cotidiana das pessoas. Não se faz diferente com o segmento idoso. Conviver com tais práticas é um enorme desafio, pois implica desfazer mecanismos de cooptação, subordinação e tutela ainda existentes nos diversos espaços de controle da coisa pública, principalmente quando levada em consideração a apropriação do público pelo privado.

Não há dúvidas de que as quatro categorias estão inteiramente interligadas e intensamente relacionadas às práticas de poder, de onde advêm a ideia de politização do conceito de controle social, a concepção de Estado, de cultura, de ideologias, enfim de subjetividades que, por sua vez, se expressam na ação humana.

Na perspectiva de Weber (2004), a Sociologia busca compreender a ação social sendo esta regada de sentido com origem na subjetividade de cada qual, recebendo, ainda, influências das relações sociais. Pelos motivos em tela, acreditamos ser necessária a compreensão da pessoa idosa sobre a influência do Estado nas relações e na tomada de decisões perante os problemas do segmento idoso.

Para tanto, é adotado o mesmo conceito de política compreendido por Weber (2008, p.56) como “um conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado”, esforços estes que devem permear a pauta de lutas do cotidiano dos idosos em prol do seu bem-estar.

É compreensível o fato de que, embora a pessoa idosa em geral não seja ela vocacionada à vida política, encontra-se inserida no âmbito político de sua ação cotidiana na conquista de suas demandas, fazendo-se necessária a sua participação efetiva nos espaços de controle social.

A compreensão do seu protagonismo depende do acesso que ele venha a ter da informação, trazendo-lhe segurança ao falar, ao questionar, ao reivindicar uma causa, e do nível de consideração que é conferido à sua contribuição, tornando os espaços de controle verdadeiros espaços democráticos. Daí a necessidade de se compreender a dimensão do conceito de controle social e suas influências para uma prática política consistente.

É notório o fato de que a problemática da velhice é bastante complexa, refletindo em inúmeras consequências no modo de viver dos idosos. Tendo por base todas estas considerações, faremos breve reflexão sobre o entendimento dos idosos inseridos nos grupos de convivência dos CRAS da SER II e SER III, bem como dos idosos dos conselhos CMAS e CMDPI Fortaleza sobre o exercício do controle social no Município sob exame, no próximo capítulo.

5 ANÁLISE DO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE

5.1 SER IDOSO OU VELHO?

Mediante o roteiro das entrevistas, composto de dez perguntas, iniciamos a segunda etapa da pesquisa perguntando aos idosos o que eles entendiam por ser idoso. Percebemos que a compreensão dos interlocutores é multifacetada, visto que está relacionada ao nível de conhecimento, à cultura, aos valores e a vivência de cada um.

Considerando o total de 11 idosos respondentes, dez afirmaram que ser idoso significa experiência de vida, enquanto oito associaram também a uma condição de êxito por terem chegado a este período da vida humana, seja por dádiva divina, seja por mérito próprio. Essa experiência de êxito tem uma série de motivos, sejam eles bons ou ruins, dentre eles: ter sabedoria, ser forte, ser otimista, ser vitorioso, ter qualidade de vida, ter direitos, inclusive consolidados no Estatuto do Idoso, ter jovialidade, poder dançar, namorar, passear e viver em família. Estes foram os relatos mais freqüentes, em algumas das declarações, senão vejamos:

"É uma coisa muito boa porque eu vivi muito, é muito importante ser idosa com qualidade de vida. É experiência da vida." (E.3).

"... uma pessoa que vivi e que tive experiências boas... regulares e também sofrida... privilégio que nós temos o nosso direito no Estatuto... na passagem... nos nossos assentos, direito jurídico, direito de denunciar a violência tanto nos nossos irmãos idosos como a violência caseira... porque essas coisas ainda existe." (E.6).

"Ser idosa é alcançar a idade que eu estou, né, vivendo com a minha família, tendo uma vida saudável, me distraio muito, faço passeios... ser idosa pra mim é bom, pensei que fosse mais difícil ser idoso, mas não é não. Você sabendo levar a vida você não se sente idosa, entendeu? Se sente como se fosse meia idade, 50 anos, 30 anos." (E.8).

"... entendo por ser uma pessoa experiente, ter dom de vida, ter sabedoria, ser uma pessoa otimista, ser uma pessoa forte, principalmente vitoriosa, por conseguir chegar hoje até a idade que eu cheguei, a ser consagrada uma idosa." (E.9).

"Ser idoso é uma dádiva de Deus... vencemos várias tempestades, vencemos vários tumultos, multidões e conseguimos ultrapassá-las e estamos aqui novamente como se fosse uma criança." (E.11).

Somente um idoso relacionou o significado do termo "idoso" a duas dimensões: dádiva de Deus e experiência de vida, conforme o relato (E.11). Apenas uma idosa declarou ter ciência dos limites físicos dessa fase da vida:

"Antes de mais nada é uma conscientização dos limites físicos, também no tocante a possibilidade de aprender, de viver com mais dignidade." (E.5).

Outro dado interessante é que apenas um idoso se deteve em diferenciar o termo "idoso" do termo "velho". Além deste, somente uma idosa considerou o termo "velho" de maneira pejorativa. O termo "idoso" foi considerado também uma condição negativa, apenas por uma idosa, porém referindo-se às pessoas dessa faixa etária que "não sabem levar a vida", ou melhor, que não conseguem conduzir a própria vida de maneira saudável, conforme os relatos abaixo, respectivamente:

"Existem dois tipos: o velho e o idoso. O velho é aquele que tá deitado na cama, no sofá, não quer mais saber de nada, a gente convida para ir a um grupo e ele não quer ir... só esperando a morte chegar, mas o idoso é diferente... tem o espírito de jovem, ele quer ir para qualquer local, ele quer dançar... namorar, quer se encontrar com quem..." (E.7).

"... é ter mais idade, mas é também acabar com essa coisa de velho e procurar ser feliz." (E.2).

"Ser idosa é alcançar a idade que eu estou, né, vivendo com a minha família, tendo uma vida saudável, me distraio muito, faço passeios, ...ser idosa pra mim é bom, pensei que fosse mais difícil ser idoso, mas não é não. Você sabendo levar a vida você não se sente idosa, entendeu? Se sente como se fosse meia idade, 50 anos, 30 anos." (E.8).

Também percebemos que somente dois idosos compararam a sua fase de vida a outras idades: a de uma criança, conforme o relato (E.11) e também à meia-idade, considerando a fase dos trinta, cinquenta anos, de acordo com o relato (E.8), ambos mencionados anteriormente.

Podemos concluir que a concepção mais atualizada de "idosa" também aparece como tendência na atualidade daqueles a quem chamamos de idosos, velhos ou qualquer outra expressão semelhante. A rigor, eles não se identificam com um termo padrão, pois, de fato, é o próprio idoso quem o define como melhor lhe convém, pelas razões inicialmente destacadas, deixando em aberto as possibilidades de uma padronização classificatória dessa condição de vida.

Observamos, ainda, que, no transcorrer dos diálogos estabelecidos com os idosos, nenhuma oposição foi manifestada sobre a razão de a pergunta se voltar

para o termo idoso, visto que poderíamos ter perguntado sobre o que eles entendiam por ser velho ou outro sinônimo. Na convivência com pessoas dessa faixa etária ao longo de 12 anos entre estudo e observações, contudo, percebemos maior aceitação por parte deles pelo termo idoso. Certamente pelo sentido pejorativo inerente a expressão velho como algo ultrapassado, esquecido, descartável.

Sabemos que para os estudiosos e demais interessados no tema, uma padronização talvez se tornasse mais interessante como forma de facilitar a comunicação e a compreensão dessa fase de vida, assim como foi possível identificar as demais fases pelos termos: bebê, criança, pré-adolescente, adolescente, jovem, adulto e seus sinônimos. Os estigmas, entretanto, sobre essa etapa da vida foram tão massacrantes ao ser humano que ainda hoje, acrescidos aos preconceitos, tornam esta realidade difícil de ser vivida e compreendida.

5.2 O SIGNIFICADO DE PARTICIPAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS IDOSOS

Concluídas as respostas dos interlocutores quanto à primeira pergunta, continuamos perguntando aos idosos o que eles entendiam por participação. Percebemos que a compreensão dos interlocutores sobre este conceito também exprimiu variações.

A rigor, assim como no significado de idoso, eles também não se identificavam com um significado-padrão, pois, de fato, foram as suas motivações e os objetivos dos grupos nos quais eles frequentavam que definiram se o ato de frequentar determinado grupo estava ou não significando participação.

Neste caso, no entanto, diferente do significado de idoso o conceito de participação já revela algumas possibilidades de uma padronização classificatória. Percebemos que, para alguns interlocutores, a participação está expressa no simples ato de se fazer presente em algum lugar para se relacionar com outras pessoas. Foi unânime a associação do conceito de participação ao ato de fazer parte de um agrupamento de pessoas, independentemente da finalidade de existência desses grupos.

Do total de 11 interlocutores, sete expressaram que participação significava interagir com o meio, seja para o estabelecimento de novas amizades ou para a troca de saberes e experiências. Dois idosos relacionaram o conceito à condição de adquirir conhecimento com pessoas mais esclarecidas, principalmente no que diz respeito aos seus direitos e deveres. Apenas duas idosas relacionaram a participação à ideia de contribuir para o bem da coletividade e de fazer parte de movimentos sociais.

Expressões do tipo: é o ato de participar, expressar a própria opinião, aprender, escutar, tirar dúvidas, sentir-se útil, sentir-se à vontade, questionar, colaborar, tomar conhecimento dos fatos e dos próprios direitos, se divertir, fazer amigos, interagir com o meio, obter conhecimento, se integrar, ajudar, participar de reuniões, fazer parte de tudo o que acontece, como, por exemplo, dos movimentos sociais, somar, construir e contribuir foram os relatos mais frequentes, em algumas das declarações, senão vejamos:

"É a pessoa se integrar, numa convivência, por exemplo, num grupo a pessoa dá e ouve opiniões, sugere alguma coisa. Quando a gente coopera, contribui". (E.2).

"É mesmo que participar, é estar presente em alguma coisa, por exemplo, na minha casa, na minha família, nos grupos. Na minha família, por exemplo, quando tá com algum problema, participar de uma forma que eu possa ajudar, nos grupos ...é participando das reuniões". (E.3).

"É quando eu posso dar alguma coisa e também receber em troca principalmente em relação ao grupo, claro, participar coletivamente, como via de mão dupla." (E.5).

"Você tem que participar para você conhecer e saber os seus direitos." (E.6).

"É eu tomar parte daquilo que eu possa ser útil, eu participar, eu dar minha opinião, é eu poder fazer perguntas, é eu me sentir a vontade, é eu fazer parte de tudo aquilo que tá acontecendo aonde eu estiver, seja no meu lar, numa reunião, no meu Cras, seja aonde eu estiver que eu possa dar a minha opinião". (E.8).

"... eu entendo colaborar, né? Ajudar, somar junto, construir, fazer parte dos movimentos da vida e do mundo". (E.9).

O fato é que há uma necessidade de pertença e de identidade representada na participação com outras pessoas de idade semelhante. Observamos, ainda, que, no transcorrer dos diálogos estabelecidos com os idosos, assim como na primeira questão, também nenhuma diferenciação conceitual foi manifestada, visto que poderíamos ter perguntado sobre o que eles entendiam por participação social, participação política, participação popular ou sinônimo outro.

Vale ressaltar que o importante na compreensão desse conceito não é haver uma só definição, mas que, para cada situação, os idosos saibam diferenciar qual a finalidade da sua participação, pois é essa finalidade que vai nortear suas atitudes perante o grupo que frequenta. É com esse entendimento que consideramos imprescindível o conhecimento dos idosos sobre a participação política, que, por sua vez, remete à noção de cidadania para que eles se achem seguros em manifestar os seus problemas sociais com autonomia e requerer soluções para eles. E é a noção de cidadania com a sua primazia de bem coletivo a orientá-los à prática de novas posições.

A ideia de participação, contudo, por nós defendida, não é apenas a simples ou a difícil tarefa de se fazer presente em algum movimento, seja qual for a sua natureza, mas como ideia política manifestada em atitudes conscientes das pessoas acerca das necessidades e reais condições do ser humano em sua família e comunidade, isto é, das demandas coletivas, fruto da vida em sociedade, o que naturalmente serve de motor para estabelecer atos políticos de reivindicações e maior compreensão da vida em grupo. Vale ressaltar que isso só é possível se, aliada à ideia política de participação, houver um planejamento e a organização de ações para a resolução dos problemas sociais.

Podemos concluir que, o conceito de participação demonstra uma tendência ainda frágil, pois foi expresso por poucos como ação política, pensada para o coletivo na intenção de trazer melhoramentos para um agrupamento de pessoas. Para a maioria, o ato de participar ainda tem a finalidade de trazer tão somente benefícios para si. Não é compreendido como uma ação contínua executada por uma ideologia de bem comum. A ideia de coletivo se manifesta apenas em tornar um ambiente agradável a todos e de pequenas realizações de maneira pontual.

5.3 OS MOTIVOS DA PARTICIPAÇÃO PARA OS IDOSOS

Concluídas as respostas dos interlocutores quanto à segunda pergunta, continuamos indagando o porquê de eles quererem participar dos grupos que frequentavam, a saber: grupo de convivência no CRAS (municipal); NUPP; OP; CMAS; CMDPI; grupo de convivência no Centro de Cidadania Luíza Távora (estadual); Associação dos Funcionários do Banco Estadual do Ceará (AFABEC), ex-BEC; Coral da AFABEC; Programa de Ação Integrada para o Aposentado do Estado do Ceará (PAI-CE); Clube Recreativo Carlito Pamplona; Cidadania Ativa (projeto do SESC); Associação Cearense Pró-Idosos (ACEPI); Grito dos Excluídos; Associação Apostólica da Semana; Bombeiro, Saúde e Sociedade; Grupo São Vicente de Paula; Grupo Espírita Paulo Estevão (GEPE); Associação dos Idosos do Mucuripe; Associação dos Feirantes do Bom Jardim (ASF); Associação Espírita Irmão Leite; Centro Cultural do Bom Jardim (anexo do Centro Cultural Dragão do Mar); Associação Kolping Santos Mártires; Associação Viver Bem, Grupo de Idosos Jesus, Maria e José, Grupo Terço dos Homens; e outros encontros religiosos. Além destes, também as Conferências (Conferência Municipal e Regionais de Assistência Social, Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional).

Verificamos que, a princípio, do total de 11 idosos respondentes, sete foram convidados, um foi por iniciativa própria e três vivenciaram as duas circunstâncias, em virtude da participação em mais de um grupo. Inclusive, dois dos interlocutores participavam de até seis ou sete grupos diferentes, além das Conferências, a saber: grupo de convivência no CRAS, NUPP, CMDPI, OP, Associação Apostólica da Semana e o projeto Bombeiro Saúde, vivenciados pela (E.6) e grupo de convivência no CRAS, CMDPI, ASF, Associação Espírita Irmão Leite, Cidadania Ativa, o Centro Cultural do Bom Jardim, o dos Bombeiros e as Conferências: do Idoso, de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de Assistência Social, vivenciados pela (E.9), conforme relatos seguintes.

"Eu quando já muito jovem eu trabalhei com uma família... e eles criaram várias coisas como um albergue que era onde algum idoso vivia que naquele tempo não tinha esses Centros... tinha a LBA... aí eu comecei participando voluntariamente e fui me apegando... No CMDPI, fui convidada pela... (diretora de um equipamento social da prefeitura de Fortaleza), aí ia ter uma votação e o pessoal votaram em mim... eu não falo muito bem, mas nunca me perdi nas perguntas. (Do NUPP): ... eu gosto de movimento... gosto de lhe dar com o público...tanto para conhecer como para atuar...o interesse que tive foi no OP porque eu via a minha Unidade (equipamento social referenciado pelo Cras onde acontecem os encontros de um dos grupos de convivência)... via goteira saindo da telha... A reforma (da Unidade)... se você vier hoje é a coisa mais... toda hora vem jornal, vem gente olhar. O da Associação é porque é religioso... Nós temos que seguir o Estatuto da Catedral, da Diocese... nós temos que ter o compromisso com Deus pelos nossos irmãos, nós temos que ter o coração doce e manso e humilde como o Senhor teve... e minha mãe era muito religiosa. (Do Bombeiro Saúde): ... a física". (E.6).

"...porque a partir do momento que eu participei do primeiro eu me envolvi de uma maneira tão forte que assim, posso até dizer me apaixonei, me viciiei pelos grupos da terceira idade... porque eu sou uma pessoa muito ativa, muito assim... otimista, muito participativa... desde quando eu era pequena sempre eu era assim líder dessas coisas... então quando eu entro num grupo que eu me destaco as pessoas me convidam, né e quando é através de eleição eu participo e sempre eu levo essa vitória e quando não é por exigência mesmo só do grupo, eles a olho me escolhem que acham que eu sou a pessoa indicada e eu não sei porque torna assim como eu estou lhe dizendo, viu? Nenhum grupo desse eu fui atrás de conhecer por interesse meu. Geralmente as pessoas vêm me convidar, né?... as vezes idosos, meus amigos, as vezes a própria diretoria que toma conhecimento que eu sou assim como eu acabei de dizer". (E.9).

Percebemos que, embora os interlocutores tenham começado a participar dos grupos pelas razões já mencionadas, estes grupos foram e ainda são, na maioria dos casos, uma das poucas oportunidades que chega a alcançá-los, oferecendo melhorias para a sua qualidade de vida, como, por exemplo, os idosos dos CRAS e unidades referenciadas, pois estão localizados em áreas de risco atendendo à população mais carente e desprovida de serviços.

Por outra razão, a frequência deles às atividades propostas ensejam tamanha identificação que os levou ao ponto de permanecerem nos grupos, tornando-se uma opção de vida, a exemplo do caso (E.9), citado anteriormente. Este foi outro dado que consideramos relevante, pois percebemos que alguns motivos os levaram a essa escolha: a característica de associativismo, ocupação do tempo livre pelo prazer da convivência com pessoas da mesma idade em meio a atividades socioeducativas e de lazer, a noção cidadã de responsabilidade com o bem-estar não só de si, mas, também, do seu semelhante, e a liberdade, não apenas de

expressar, mas também, de reivindicar suas demandas e inquietações. Estes foram os relatos mais frequentes, em algumas das declarações:

"Porque foi uma oportunidade que chegou até a nós, cada profissional nos atendendo maravilhosamente bem, são tardes diferentes, a gente passeia, conhece lugares diferentes, tudo isso é continuação de vida". (E.1).

(OP) - "Porque a gente fala, a gente reivindica o que está necessitando, o que é mais necessário, em que que a gente está insatisfeito, dar sugestão, mas a gente não vê acontecer aquilo que a gente gostaria. As vezes nem quero ir, mas vou e acabo gostando. (No CRAS): "Meu irmão já estava no CRAS. Um dia uma assistente social fez uma visita a ele e conversando comigo e com a minha irmã sugeriu que nós deveríamos freqüentar sem obrigação. Então nós fomos, a gente gostou e ficamos até hoje". (E.2).

"Eu fui convidada. O meu esposo foi quem primeiro entrou no do PABI, aí ele foi quem me chamou e disse que tinha muitos passeios, aí eu fui, gostei e ainda tô". (E.3).

"Eu sempre fui uma pessoa associativa, gostei de estar presente em ambientes sociais... Eu tô participando de tudo em qualquer entidade que me convidar. Eu nunca neguei participar de qualquer que seja a associação". (E.4).

"É uma questão de opção de vida. Desde cedo eu gostei muito de participar de grupos, de associações do bairro onde eu morava... e por ter cursado gerontologia social a minha participação tem sido mais nessa área que diz respeito ao idoso... Eu faço essas atividades por amor. Em nenhuma delas eu sou remunerada, mas graças a Deus... Ele tem provido a minha vida e não tem me faltado nada." (E.5).

Notamos que a condição de liberdade para as reivindicações foi manifestada por quatro dos 11 interlocutores, sendo todos eles participantes dos grupos de convivência nos CRAS, além da participação de dois destes idosos em outros grupos como CMAS, CMDPI, NUPP e OP. O grupo do OP foi citado em unanimidade pelos quatro idosos como o espaço mais propício para a expressão dessa liberdade. Além do OP, outros espaços foram mencionados com essa finalidade, como o NUPP e os conselhos CMAS e CMDPI.

Vale ressaltar que, dos quatro interlocutores, apenas um revelou satisfação com a sua participação nas assembléias do OP, conforme o relato (E.6) mencionado anteriormente, por ter sido atendida uma de suas demandas: a reforma de um equipamento social da Prefeitura de Fortaleza. Os outros três, por sua vez, revelaram sentimento de frustração por não terem visto nenhuma das demandas de sua comunidade atendida ou ao menos priorizada, seja pela falta de recursos financeiros ou pela priorização de outras demandas por decisão da Coordenação do OP, conforme o relato (E.2), também já mencionado e os relatos seguintes.

(No CMAS): "Porque eu gosto, me sinto bem, sou bem aceita, eu posso falar, posso esclarecer levando pra lá as dificuldades da comunidade... Tudo isso eu levo pra ser debatido". (No CMDPI): "Porque eu quero ajudar mais o idoso, porque eu conheço... aqui na minha comunidade de 15 em 15 dias eu reúno 65 idosos e eu converso muito com eles, eu conheço a grande carência que eles têm e por isso eu entrei pra adquirir conhecimento, pra trazer novidade, trazer coisas boas pra eles, dizer que eles existem realmente, um Conselho que luta pelos nossos direitos, pelos nossos deveres como cidadão, por isso que eu entrei... só pra ajudar o idoso... (No CRAS): "Porque eu acho que eu tenho que ir... eu fui convidada pela... (nome das profissionais do CRAS). (No OP): "Porque eu achei sempre interessante... eu tenho algumas propostas a apresentar, na verdade nossas demandas não saíram nenhuma daqui da comunidade... Tem promessa que vai sair...justamente a abertura da nossa rua...". (grifo nosso) (E.8).

"OP porque a gente também pode se expressar através do voto ou dá sugestão, porque antes da votação a gente vai pra reunião e pede uma opinião de alguém, quem quer se expressar se expressa e a gente toma conhecimento do projeto do que a nova diretoria tem em mente, a gente pode dar sugestão para o que a gente quer no bairro, mas eles costumam dizer que eles dão preferência, isso passa por várias reuniões, até vão penerando até chegar...o que eles aceitam mais...eu falei sobre o lixão aqui da Varjota. Outras pessoas falaram sobre o calçamento, pediram asfalto... outros pediram moradia. Então o cidadão que estava no momento dirigindo a sessão ele foi e disse o seguinte: - Eu acho que o mais importante que vai acontecer é moradia, que a moradia supera, o lixão pode passar um tempo, o calçamento também pode passar, creche aqui no Mucuripe também já tem, agora o mais importante aqui é a moradia. Mas é bom porque a gente participa, a gente toma conhecimento, a gente se expressa..., mas infelizmente a coordenação geral é quem decide". (E.11).

Entre as atividades mais relatadas de estímulo a essa participação, encontram-se os passeios, conforme os relatos (E.1) e (E.3) citados anteriormente que, segundo eles, são responsáveis por fornecer momentos divertidos ao conhecer locais diferentes e as linguagens artísticas, como o canto, a dança e o teatro, que são orientadas pela equipe de arte-educadores, trabalhadores da SETRA e por profissionais de outros grupos além da SETRA e desenvolvidas pelos idosos, na perspectiva de gerar produções artísticas, que já resultam em apresentações em alguns lugares da cidade de Fortaleza. Apenas dois idosos mencionaram a dança, e um destes destacou o forró como uma das motivações à participação. Também somente uma idosa manifestou que a sua participação ocorreu por necessidade de obter conhecimento da realidade atual. Estes foram também alguns dos relatos:

(Grupo São Vicente de Paula): "Resolvi participar porque me convidaram falando que o forró lá era muito bom e eu... Gosto muito de dançar... me chamam de pé de valsa...". (E.7).

"É onde a gente se distrai, faz novas amizades, no Grupo Viver Bem...a gente se expressa muito bem, faz uma apresentação teatral, a gente as vezes faz uma palestra, a gente canta, a gente dança, a gente tem as nossas opiniões e é um grupo saudável... Fui convidado. O CRAS eu fui convidado por uma senhora que tomou conhecimento que havia o CRAS aqui na Varjota... e nós fomos pra essa reunião, depois nós fomos lá pro Mucuripe perto do campo Terra e Mar. Eu tô muito feliz e fiquei até hoje lá". (E.11).

"Porque eu tenho muito interesse de aprender como lidar com o mundo de hoje porque no meu tempo eu não tive nada e as coisas eram mais difíceis e quando eu participo eu fico mais esclarecida das coisas que acontecem no dia a dia". (E.10).

Podemos concluir que a motivação dos interlocutores à participação revelou-se um tanto vulnerável, pois foram raros aqueles que manifestaram em suas falas uma rotina de planejamento, organização e execução de ações para a resolução dos problemas sociais de sua geração. Consequentemente, poucos idosos falaram de maneira mais efetiva sobre propostas em termos práticos para o atendimento das causas coletivas, ou para o melhoramento de condições precárias de vida, mesmo que estas se resumissem a um grupo menor, seja do próprio bairro, ou de uma comunidade mais isolada, menos conhecida. As motivações gravitavam mais ao entorno da socialização e do entretenimento dos frequentadores dos grupos estudados.

Percebemos também que nem todos os interlocutores, conselheiros do CMAS e CMDPI, se mostraram tão atuantes e resolutivos como era de se esperar chegando em alguns momentos a esboçar primazia na satisfação pessoal em detrimento do coletivo, embora esclarecidos e comprometidos com a questão social dos idosos. Por outro lado, foi surpreendente perceber que um número razoável dos interlocutores integrantes somente dos grupos de convivência nos CRAS esboçou uma preocupação latente com sua geração, ao reivindicar melhoras para o grupo de idosos ou comunidade do seu convívio.

5.4 O SIGNIFICADO DE CONTROLE SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS IDOSOS

Finalizadas as respostas dos interlocutores quanto à terceira pergunta das entrevistas, perguntamos aos idosos o que eles entendiam por controle social. Percebemos que a compreensão dos idosos sobre este conceito também foi objeto

de variações, embora em menor escala do que a participação e o ser idoso, ficando esboçada uma ideia de consciência social como condição necessária para se viver em sociedade. Essa consciência foi expressada em três ideias principais: controle da sociedade, controle do governo sobre a sociedade e controle individual.

Do total de 11 respondentes, seis revelaram, de um modo geral, o entendimento de que é o controle exercido pela sociedade, resultado das relações societárias entre Governo e população, ambos contribuindo com atitudes e responsabilidades cidadãs, no estabelecimento de um bem-estar coletivo. Quatro revelaram que o controle social é exercido por uma pessoa ou um grupo sobre outro grupo mais dependente e carente de orientações e cuidados. Apenas um idoso exibiu a ideia de controle social com arrimo no controle consigo mesmo, levando em consideração os aspectos físicos e emocionais.

Os seis primeiros, em unanimidade, relacionaram o conceito de controle social ao ato de participar, esboçando uma compreensão inicial da necessidade de estarem envolvidos, bem informados, debatendo sobre as necessidades das comunidades e atuantes na resolução de seus problemas. Uma idosa mencionou a importância da existência de políticas públicas capazes de dar respostas ou trazer melhorias aos problemas sociais e atribuiu a relação entre o público e o privado, esboçando a noção de que o primeiro é prioridade em detrimento do segundo. Uma idosa envolveu a família e a escola nessa participação. Somente uma idosa relacionou o controle social à ideia de participação para controlar os recursos financeiros em benefício dos projetos sociais. Estes foram alguns dos relatos:

"Eu acho que num contexto geral é o controle da sociedade. Ele começa na família porque ela é a base, é a célula da sociedade e se estende na escola". (E.2).

"... é a participação da própria sociedade no meio em que ela vive. Ela tem poderes para determinar o que que ela quer". (E.4).

"... a existência de políticas públicas que venham ajudar nos mundos sociais, a se interagirem, a lutar por melhorias, coisas assim dos seus interesses... O poder público cuidando do privado devidamente organizado". (E.5).

"... eu entendo que seja uma atividade posso dizer assim... em que as pessoas se reúnem pra debater, pra discutir, pra descobrir novidades, pra ver as necessidades das comunidades que são várias...é uma reunião de pessoas que se reúnem para ver como é que tá caminhando as necessidades das comunidades... De Fortaleza, de saúde, de educação...então é o momento que eles tomam conhecimento de tudo aquilo que é necessário...No controle social, lá nessa reunião nem todo mundo toma conhecimento, só os que estão lá, do que tá acontecendo aqui fora, na ponta, especialmente lá no meio da favela, no meio do mais pobre, do mais necessitado". (E.8).

"... eu entendo como organização, trabalho, força, coragem e participação... De ambas as partes: da direção, do próprio grupo, por exemplo, da minha parte que sou conselheira, que trabalho, que luto através de benefícios...". (E.9).

"... Quando a gente participa a gente tem mais controle das verbas que tem para ajudar nos projetos sociais...". (E.10).

Entre os quatro dos 11 interlocutores, uma idosa revelou que o controle social deve ser exercido por um político em relação à sociedade e por uma assistente social em relação ao grupo de convivência de que participa no CRAS. Outra atrelou o exercício do controle social por pessoas de bom caráter, conforme relatos:

"Tem que ter aquelas pessoas dirigentes para estar controlando aquele movimento, né, controlando aquele grupo, trabalhando a favor de cada um, mas tudo pelo controle..."As pessoas que trabalham que estão cuidando da gente, do grupo, das unidades... Se tiver um idoso que tiver disponível para trabalhar para o grupo é bom...". (E.1).

"A sociedade tem que estar a par das coisas do bairro, da nossa rua. A gente tem que ter uma pessoa para falar pela gente, um representante político... aquelas pessoas que vão trabalhar ali para ajudar, para dizer: você não faz isso, você não suja aquilo... tem aquele controle, (como os profissionais do CRAS. Só elas podem exercer controle social porque elas estão ali para dizer o que pode ou não ser feito). Não tem uma assistente social justamente para isso?". (E.3).

"...se não tiver aquele controle na sociedade que é muito difícil e é uma das coisas mais difíceis de você dominar, se não tiver um caráter bom, que não tenha corrupção, que acima de tudo veja a sociedade em cima do pequeno, do médio e do grande, eu entendo que nunca irá pra frente... É fundamental porque mexendo numa classe tem que mexer noutra pra poder ter um intercâmbio naquela coisa que a gente espera e que deve ser feito na sociedade...não mexer, mas unir, se comunicar e planejar".(E.6).

"Eu entendo o seguinte: que a direção governamental tem que ter um controle sobre a sociedade para o bem estar da mesma no sentido da saúde, educação, moradia, uma assistência especial para aquelas pessoas mais carentes... Um controle sobre a manutenção do que na realidade a comunidade precisa e um crédito para que as pessoas acreditem na realidade que o Governo é capaz e faz. Porque muitas vezes o Governo tem capacidade, mas não faz, né... o controle da segurança...". (E.11).

Por último, e deveras curioso, foi o relato de um dos interlocutores ao associar o conceito de controle social à ideia de domínio próprio para não prejudicar seus semelhantes:

"No meu entender são pessoas que procuram viver controladas, viver bem a vida, não fazer mal a ninguém". (E.7).

Podemos concluir que a ideia de controle social manifestada pelos interlocutores é ainda muito restrita em sua execução, pois não revela minimamente uma agenda de procedimentos necessários à organização da vida em sociedade. Não estamos nos referindo ao estabelecimento de direitos e deveres, pois isso já foi outorgado há quase 30 anos na Constituição Brasileira. Não basta estar bem informado, debater sobre as necessidades e tentar resolver os problemas sociais por si mesmo ou por agrupamentos de pessoas isolados. É necessário envolver as pessoas em debates pertinentes às necessidades de suas comunidades e promover nesses encontros a quebra de paradigmas que resultam em tantos preconceitos. Para isso é imprescindível a compreensão da importância da participação política das pessoas para se ter um mínimo de organização política, pois ainda está embutido nas relações sociais um poder de mando, muito forte na sociedade brasileira, caracterizado em um dos relatos como o poder de polícia, a ter que ver definido pelos outros o que pode e o que não pode ser feito pelas pessoas na convivência em sociedade.

5.5 A COMPREENSÃO DOS IDOSOS SOBRE PROTAGONISMO

Prosseguimos com a quinta questão das entrevistas perguntando aos idosos o que eles entendiam por protagonismo. Constatamos que, do total de 11 interlocutores, oito conferiram ao significado de protagonismo uma posição de destaque, típico de quem é proativo, de quem é articulado e reivindicador, sendo ainda considerado por um destes como um dos tipos de participação. Um idoso atribuiu também a uma posição de destaque, mas no sentido da autopromoção, considerando o mesmo significado de "propaganda", fazendo entender que é a propaganda de si mesmo. Outro idoso considerou o mesmo sentido de "participar" e

apenas uma idosa demonstrou não compreender o significado. Na seqüência, estão os relatos mais frequentes

"Não é a pessoa ter competência, não? Eu acredito que sejam as pessoas estarem dispostas a cuidarem da gente, da terceira idade, do grupo." (E.1).

"É aquela pessoa que toma a frente... No grupo de convivência dos idosos é aquele que é o foco das atenções. Mas aqui e acolá tem que alguém fazer alguma coisa. Alguém tem que se destacar por qualquer coisa. Um voluntário. Uma que está dirigindo, falando com todos, levando uma mensagem útil para todos." (E.2).

"É participar." (E.3).

É ser um personagem autêntico, capaz de reivindicar aquilo que você quer." (E.4).

"É toda essa capacidade que nós temos assim de enfrentamento principalmente das nossas questões sociais..., uma liderança que cada um pode ter de si mesmo, de se assumir, de se colocar como um agente da situação e não só como paciente... Aquele que é pró ativo." (E.5).

"...é você participar daquele grupo... vc sempre tá articulando o que deve ser, o que tá havendo, o que deve ser a participação, o que é o direito, ... Protagonismo é você tá em cima da classe que você está representando." (atitude mais pró ativa dentro do próprio segmento)." (E.6).

"...É a mesma coisa que propaganda... A gente fazer uma fala sobre a vida. Digamos que uma pessoa vai dar uma palestra, ...faz a mesma propaganda." (E.7).

"Eu entendo que é aquela pessoa que ocupa o primeiro lugar nos acontecimentos, nas coisas, tá sempre sabendo de tudo, bem atualizado e eu não estou muito atualizada porque o meu tempo não me é suficiente." (E.8).

"...eu acredito que seja também um tipo de participação, né? De pessoas que atuam, pessoas que trabalham, pessoas que somam junto, né? Pessoas que revigoram, pessoas que lutam pra fazer parte daquele movimento...reivindicar que é a mesma coisa que trabalhar..." (E.9).

"Eu acho que o protagonista é aquele que incentiva e passa aquele conhecimento para aqueles que não sabem." (E.10).

"Protagonismo é a pessoa que se apresenta capaz de chamar atenção de um modo geral dos que estão escutando... tem que se expressar, dizer com palavras ou com gestos o que ele tá fazendo ali para agradar ou para satisfazer os presentes. No momento se o Governo é o protagonista ele tem que fazer alguma coisa pra chamar atenção e agradar a sociedade ou uma comunidade." (E.11).

É válido rematar a ideia de que, o entendimento dos interlocutores sobre o significado de protagonismo ainda é um tanto equivocado e às vezes até confuso, por haver uma mistura de significados e atribuições dados a esse termo. Embora a maioria tenha atribuído corretamente algumas das características típicas do protagonismo como o "proativismo", a posição de destaque, a capacidade de reivindicação e de articulação, e por ser também uma das formas de participação, a

finalidade de exercer o protagonismo ainda é confundida com a ideia individual de autopromoção. Por essa razão, incluímos todos os relatos para ilustrar essas sutilezas que estabelece a diversidade na convivência diária dos idosos.

Notamos também que em um dos depoimentos ainda foi expressa uma relação de dependência a terceiros, para que a sua vida fosse devidamente cuidada, como se ela mesma não fosse capaz de oferecer os próprios cuidados. É fato que nem todos nasceram para ser protagonistas, mas que tenham minimamente a noção de independência, de que são capazes de viver de forma autônoma.

Na verdade, nos postamos na defesa de que os idosos sejam cada vez mais autores da sua história e não deleguem a ninguém o desenvolvimento dela, a não ser que, por motivos de limitações físicas, quando se faz necessário. Tais características devem existir, sim, mas com a perspectiva do alcance da resolução das necessidades de todo o segmento idoso, ou seja, da coletividade, em que os ganhos de cada conquista podem ser considerados permanentes. As políticas públicas não são pensadas para uma pessoa apenas ou para suas particularidades, mas também para os problemas que comuns a determinada geração.

5.6 OS DESEJOS QUE OS IDOSOS GOSTARIAM DE ALCANÇAR COM A PARTICIPAÇÃO

Concluídas as respostas dos interlocutores sobre a quinta pergunta, prosseguimos indagando aos idosos acerca do que mais eles gostariam de obter de retorno com a participação deles nos grupos mencionados.

Vários foram os fatores: acompanhamento de profissionais, oportunidades de lazer e atividades para o preenchimento do tempo livre, melhoria na infraestrutura dos CRAS e nos relacionamentos entre jovens e idosos que freqüentam esses equipamentos, reivindicações do OP atendidas, segurança, palestras, satisfação pessoal e reconhecimento das pessoas em ajudar outros idosos, oficinas, o aprendizado na convivência com as pessoas, um ponto comercial para a venda da produção artesanal, mais integração entre os idosos, autoestima, frequência de todos os idosos às reuniões do NUPP, permanência da qualidade do OP e do poder dos vereadores, o OP se tornar uma lei, mais apoio na saúde por meio dos

bombeiros, compreensão dos idosos do seu valor religioso, mais amizade, amor e respeito pelos idosos, sucesso, se tornarem conhecidos, serem vistos como pessoas humanas, ampliação dos direitos dos idosos no transporte coletivo, melhor tratamento pelos profissionais dos CRAS, maior conhecimento, inclusive dos próprios direitos, acompanhamento médico uma vez por mês no CRAS. Dentre estes, os mais citados foram: segurança, amor pelo idoso, melhoras na infraestrutura do CRAS, lazer, maior conhecimento e acompanhamento médico.

Percebemos que houve considerável diferença nas respostas dos interlocutores ao falarem sobre algo teórico como foram as questões anteriores sobre o significado de alguns termos e ao falarem a respeito de suas necessidades em termos práticos. Ao responderem sobre os significados, havia pausas que em um dos casos fez parecer que o interlocutor tinha desistido de continuar a responder o questionário. Demonstravam um certo nível de insegurança ou se preocupavam com a eloquência. Em se tratando da questão prática representada na presente pergunta, os interlocutores falaram não só com a devida convicção, mas, também, foram capazes de mencionar vários aspectos que os motivavam a participar de seus grupos. Por essa razão, consideramos a importância de mencionar todos os relatos:

"...esse grupo nunca deve acabar porque é um acompanhamento que a gente tem, é bom para todos nós idosos... vocês profissional cada um com seu desempenho diferente, para cuidar da gente, como da parte da saúde, com passeio, lazer, tudo isso vai preenchendo o tempo da gente da terceira idade." (E.1).

(No OP): "O que eu mais desejo é que as nossas reivindicações sejam atendidas, que todo mundo fique satisfeito... no CRAS nós estamos precisando de segurança, eu gostaria muito de um forrozinho, mas nós estamos sem som, ele tá meio baixo, os pratos e os copos são de plástico e eu não acho bom, por uma questão de higiene, não são descartáveis (e melhorar o relacionamento entre os jovens e os idosos do CRAS)" - Esse parêntese foi respondido na pergunta seguinte. (E.2).

"As palestras...Pelo menos o que fica melhor em mim é o comportamento." (E.3).

"Apenas a satisfação de ser um cidadão... além de estar contribuindo para aquela entidade que ela alcance os seus objetivos." (E.4).

"Eu começaria com as oficinas... gostaria de continuar recebendo esse feed-back dos oficinasistas quando no final de cada oficina eles dizem o que acharam, dizem por escrito todo o bem que receberam, a alegria...o reconhecimento desse pessoal me traz uma alegria imensa, traz um testemunho de como a vida delas mudou... Minha grande recompensa é o que eu aprendo com todas essas pessoas...e isso aí me dá cada vez mais uma força, uma energia para viver cada vez mais alegre, contente com a vida que eu levo. Eu vou para esses grupos não é dar não. É interesse próprio que eu também vou receber..." (E.5).

"O que eu mais desejo é que eles todos tenham pessoas de força... pessoas capacitadas, pessoas estudiosas... Eu queria demais que o CRAS conseguisse... um local... porque nós temos o artesanato, mas nós não temos o local pra nós vendermos nossas coisas. (No grupo de convivência): Eu queria que existisse mais uma integração... com os idosos, um bom convívio, uma auto estima, mais amor, mais lazer... Do NUPP, é que as idosas... freqüentem elas todas... pra elas irem sentido e sabendo o valor que nós temos no Estatuto. Do OP eu desejo não tirar a qualidade nem tirar o poder dos vereadores porque eles é que são para legislar e tem coisas que precisam emenda deles. O que eu mais desejo do OP é que ele passasse a ser uma lei como o CRAS..., mas não é lei ainda. Do Bombeiro Saúde o que eu desejo é que ele nos dê apoio na saúde... todos os anos tem aquele cadastramento, aí nós é quem temos que levar o nosso atestado que as vezes os médicos não querem dar... (O que a idosa realmente queria é que houvessem médicos nos bombeiros para que os idosos não se limitassem a pegar atestado médico só no posto de saúde e com isso ampliasse a cobertura na saúde). Da Associação, que ela cresça mais e que cada um dentro do grupo tenha a compreensão do seu valor religioso, pra que a gente traga mais pessoas, mais jovens... o jovem não é muito chegado a religião, nós temos que evangelizar eles..." (E.6).

"O que eu mais desejo é ter mais amizade com cada pessoa porque cada grupo que a gente vai dificilmente a gente não tá conhecendo um novato..." (E.7).

"Gostaria que as pessoas vissem que eu só quero ajudar... só pra unir forças, só pra fazer crescer, só lutar por alguma coisa que nós temos direitos e que muitos não sabem que tem esse direito... eu não quero aparecer... ser útil a minha comunidade... Ver o sucesso, ver o crescimento, ver aparecer, que eles se tornem conhecidos, que eles sejam amados, que eles sejam vistos como pessoas humanas..., que não sejam vistos como objetos sem uso, sem utilidade, que não presta mais pra nada, tá ali porque não pode jogar fora... eles não tem Natal, eles vão comer lá no quatinho, no quintal... Eu faço isso pra que eles fiquem enturmados, sabe?" (E.8).

"...Eu gostaria de ajuda, melhoramento principalmente pra todos os grupos e principalmente para o grupo do CRAS... aonde mais eu atuo, o grupo que eu sou representante, né? E é um grupo que a gente tem mais carência... Por exemplo no CRAS nós não temos funcionários suficiente para nos atender. Nós não temos uma merenda de boa qualidade. Nós não temos um atendimento de saúde. Nós não temos uma pessoa que tire a pressão do idoso. Se o idoso adoecer ou corre para os hospitais ou então fica mesmo em casa. Nós não temos um primeiro socorro, eu acho que isso eu lutei muito e eu espero que as promessas que ficaram venham a acontecer. A gente falta uma manutenção dos aparelhos que a gente utiliza, começando pela cozinha, pelos banheiros, pelo próprio salão, tá tudo deteriorado... no Conselho, né, eu pedi muito pela segurança porque o CRAS fica em praça pública, atrás da pracinha do projeto dos bombeiros... mais segurança porque você sabe que a gente mora numa área de risco, Bom Jardim, né? E aqui o que a gente clama mais é por segurança... Na Conferência também a reivindicação é geral... O problema do transporte para o idoso é um problema que eu não sei como pode ser solucionado, porque eu tenho observado muitas coisas, muitas partes negativas nesses coletivos e também muitas coisas beneficentes, tá entendendo? Porque eu acredito que o transporte para o idoso vai depender, vai funcionar quando existir educação nas pessoas. Você sabe que isso é muito difícil... Porque eu acho que o idoso pra ele ser oferecido um assento e ser bem recebido num transporte não precisa ter direito naquelas cadeiras que são um direito do idoso. Eu acho que uma pessoa que tem educação pra acolher um idoso a qualquer momento, em qualquer sentido, em qualquer parte, dependendo da educação funciona essa parte... O direito do idoso nos ônibus são 5 cadeiras. Essas 5 cadeiras são determinadas pra simples prioridades... é o

idoso, é a gestante, é o deficiente, é o obeso e a pessoa com criança de colo... O empresário não vai destinar um ônibus todo só pra idosos...então eu acho que é uma parte tão delicada...que a gente ainda tem muito o que trabalhar por isso... Eu acho que pra isso aí em Conferências, precisa debater, precisa reuniões, precisa encontros com pessoas que representem o transporte coletivo, né, com a própria... com as pessoas da Conferência, do conselho... que um escute o outro, pelo menos nesse caso aí eu gostaria que alguém que fizesse parte a Secretaria de Transporte Coletivo tivesse uma participação para escutar essas opiniões." (E.9).

"... que nós tivesse melhores condições de tratamento pelos profissionais e também tivesse um conhecimento melhor, né, porque tem muito idoso que não conhece nem os seus próprios direitos que tem no Estatuto e através de palestras que a gente tivesse no salão e através de mais contato com os profissionais... que os profissionais ficam muito distante dos idosos. Isso é no CRAS. (No conselho):... também, né, porque a gente no conselho como conselheiro aprende no dia a dia porque a gente não tem um estudo mais aprofundado para ficar sabendo quais são os nossos direitos." (E.10).

"Pessoalmente eu quero sempre ser saudável, atualmente, que o grupo me acolha como eu acolho o grupo, eu quero sempre ter saúde e tempo disponível para participar e ser bem quisto e querido como eu sou nesses grupos porque...o retorno que eu quero é continuar sempre nesse mesmo ritmo e os grupos de sua vez sempre me acolham e me considerem, me respeitem, me atendam e me tratem como eu estou tratando que eu tô me sentindo muito bem... No último OP eu pedi o seguinte: que a Secretaria de Saúde, se fosse possível, levar todos os meses um médico ou uma equipe médica pelo menos para tirar pressão e medir o coração... fazer o exame do coração, para saber qual é a situação do idoso sobre a pressão e o coração." (E.11).

É lícito fechar esse segmento, dizendo ser notória a fragilidade de alcance das políticas públicas, pois não conseguem atender minimamente as necessidades dos idosos, bem como a fragilidade de relacionamento dos agrupamentos humanos em responder à necessidades básicas de afeto e solidariedade. As queixas dos interlocutores situam-se em uma cadeia de complexidade que perpassa desde as questões pessoais às conjunturais, sendo requeridas por eles as respostas a tais problemas no mesmo patamar de exigência e que são problemas reivindicados por longas datas, a depender de uma organização social e política da sociedade de um modo geral para ter seus problemas solucionados.

5.7 BENEFÍCIOS DA PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS PARA SUAS FAMÍLIAS/COMUNIDADES/GRUPOS DE RELACIONAMENTO

Após as respostas dos interlocutores quanto à sexta pergunta, perguntamos aos idosos se a participação deles trouxe algum benefício para as suas famílias, suas comunidades e/ou grupos de relacionamento. Observamos que, do total de 11 respondentes, oito afirmaram que sim. Destes, quatro disseram que havia benefícios tanto para a família quanto para a comunidade, dois mencionaram que houve benefícios apenas para suas famílias, uma mencionou que havia benefícios tanto para sua comunidade quanto para outros grupos de que participava e três não souberam responder, sendo inclusive, um destes três, integrante de um dos conselhos. Estes foram os relatos mais frequentes:

"Com certeza, tem assunto para falar com a filha, com o genro, até com o vizinho..., a gente até convida aquela pessoa que não participa... Tem passeios que, por exemplo, tem a oportunidade de levar uma filha, um neto para passear com a gente. Levei uma conhecida para participar a primeira vez que gostou, se cadastrou e continuou a participar." (E.1).

"...Na aula de artes (no CRAS) vamos nós três (eu, meu irmão e minha irmã) porque a gente não pode deixar ele só em casa." (E.2).

"...os filhos são satisfeitos... e vêem que são as atividades que me fazem feliz... há pessoas que sempre me agradecem, a quem eu acolhi." (E.5).

"Aconteceu... essa da reforma (de um equipamento social), eles ficaram muito gratos..." (a idosa mencionou que ela deu a proposta no OP de dividir o valor do recurso financeiro para as outras 2 unidades, para não precisar de licitação e ser mais rápido. A proposta foi levada para o OP e assim foi feito: a verba foi dividida também para outros dois equipamentos sociais. (E.6).

"Exatamente porque o CRAS muita gente não sabe que lá existe diversos tipos de grupos, não é só o grupo de idosos, tem o grupo de famílias, tem o grupo de jovens ...e às vezes, como eu participo, se eu não disser em casa também não sabe, né. Pessoas da minha família, de casa tem ido no CRAS providenciar coisas de serviço e também encontra, sabe? ...o CRAS já serviu pra muita gente da minha família." (E.7).

"Mudou muito... eu e meu esposo somos idosos, a gente só anda junto, só participa juntos... quando eu faço visita aos idosos eu levo e trago para o CRAS... o que pode resolver lá resolve, o que não pode destaca, bota pra onde deve ser resolvido... Então a minha família acha que isso é muito importante, né, até se orgulha... então eu acho que mudou, que modificou muito a vida da minha família e a minha vida..." (E.9).

"Tem... Assim, porque através da minha participação eu, por exemplo, participo na Kolping, aí eu tento formar um grupo de mulheres pra gente trabalhar em artesanato... no OP a gente trouxe aqui uma praça para nosso conjunto que não tinha, também no salão do idoso eu me sinto assim que

as pessoas sentem falta quando eu não tô participando por motivo de doença. Alguma coisa, então as vezes eu promovo passeio pros idosos e eu acho que devido a minha participação eu sou muito bem recebida em várias pessoas que eu participo." (E.10).

"O grupo Viver Bem uma outra irmã minha já está participando, a vizinha dela também... quando a gente vai pro grupo a família já fica despreocupada e a gente tá num local seguro. Pronto. Isso aí já é uma tranquilidade. Segundo, a família sabe que naquele grupo não vai sair nada prejudicial a minha saúde e pra minha pessoa física mesmo. Que ali só vai sair do bom e do melhor. E é por isso que quando a gente convida uma pessoa as pessoas vão por experiência e ficam participando pessoalmente. É bom por isso porque quando a gente tá num local desse tá com segurança, conversando e recebendo conselhos e palestras com pessoas com capacidade para nos orientar melhor." (E.11).

Em conclusão, tais benefícios referidos se restringiam, em sua maioria, ao ato da convivência com outras pessoas, em que algumas atividades são relatadas como potencializadoras desse processo, como os passeios dos grupos de convivência dos CRAS, reforçando o que afirmamos anteriormente sobre a necessidade primordial de eles fazerem parte de um grupo por identificação própria e também pelo fato de eles não ficarem isolados sem qualquer atividade para o corpo e a mente.

5.8 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRÓPRIA PARTICIPAÇÃO COMO IDOSO

Finalizadas as respostas dos interlocutores quanto à sétima pergunta, questionamos sobre o que eles queriam dizer sobre a participação deles como idosos. Ao falarem sobre a própria participação, observamos que várias foram as considerações. Disseram que ela representava o prazer de sentir-se útil e amado, a felicidade em ter uma oportunidade para falar e fazer uma crítica construtiva, a satisfação de ser um protagonista, o reconhecimento de ter feito somente o que estava dentro das possibilidades, mas que fez o melhor, uma oportunidade também para motivar os outros idosos a participarem, a animação dos colegas idosos com a presença deles, a responsabilidade no cuidado com outros idosos mais carentes, uma liderança legitimada pelos colegas idosos, a ajuda a si mesmo e aos outros com um pouco mais de conhecimento adquirido e por último foi considerada uma ação saudável, servindo até de terapia.

Percebemos que foi unânime entre os 11 interlocutores a expressão de satisfação, de identificação, de realização pessoal e integração com o(s) grupo(s) que frequentam. Duas idosas, porém, entre estes, esboçaram também aspectos de frustração com maior evidência. Uma considerou que a sua participação poderia ter sido ainda melhor, não fosse a existência de algumas limitações, e a outra enfatizou a tristeza que era tomar conhecimento do sofrimento e descaso com os demais idosos. Percebemos, ainda, que três dos 11 interlocutores demonstraram claramente uma preocupação com o bem-estar do grupo ou do segmento idoso de um modo geral. Entre os três, entretanto, apenas uma interlocutora revelou ter recuado da decisão de denunciar algumas irregularidades, embora fosse uma conselheira, representante dos idosos, e defendesse as suas causas. Estes foram os relatos mais frequentes:

"É muito bom a gente se sentir útil." (E.1).

"Eu me sinto feliz em poder participar, em poder falar de alguma coisa porque quando eu faço a crítica é construtiva, a minha crítica é sempre voltada para o bem, para a melhora do grupo. Isso para mim é gratificante." (E.2).

"Eu acho que eu sou chique... eu gosto muito dos grupos porque a gente chega já "machucada"... tratam a gente com muito abraço, muito beijo... E eu não posso deixar esses grupos. Eu me considero uma pessoa amada. Quando eu não vou eles sentem saudade, quando eu vou eles batem palma, sem contar que as nossas orientadoras são muito legais, tanto no CRAS quanto no do Estado..." (E.3).

"Fico satisfeito em participar de entidades onde eu como idoso sou protagonista." (E.4).

"Eu acho que a minha participação poderia ser melhor..., mas dentro daquilo que eu soube e pude fazer eu fiz o meu melhor..." (E.5).

"Eu queria só explicar a elas que elas nunca deixassem de participar, de freqüentar e que isso tinha sido uma luta, mas não uma luta pra minha própria pessoa..." (E.6).

"Eu acho que a minha participação nesses grupos não é bom só para mim como é pra todos os freqüentadores do grupo porque se existe uma necessidade de ir uma pessoa do grupo resolver um problema fora... as pessoas só indicam a minha pessoa. Quer dizer que acham que eu sou o mais sabido do grupo... Eu acho que a minha participação é ótima...porque eu gosto e todo mundo fica animado, alegre quando me vê no grupo." (E.7).

"Quando eu chego no grupo eu cumprimento um por um, eu sei o nome de todos, eu abraço a todos, eu não faço exceção de pessoas... eu escuto cada história de CRAS lá no Conselho separadamente, sabe? ...eu fico tão amargurada... mas eu não posso falar tudo, entendeu? Eu gostaria muito de poder abrir, mas eu não vou falar pra arranjar uma inimizade, pra sair de lá mal vista do Conselho. Então muitas vezes eu engulo as coisas..., mas lá no meu grupo eu digo mesmo... A minha participação... eu me sinto lá no meio deles, obedeço a tudo o que as assistentes sociais falam, ajudo quando eu posso... Então eu acho que a minha participação eu me sinto assim e eu

vou ser assim e enquanto eu tiver lá eu vou batalhar pelo bem dele, porque tem horas... que dá vontade de você chorar de ver o idoso humilhado... eu não quero absolutamente que ele se afaste de lá, não, porque muitos gostam." (E.8).

"...da maneira como eu vejo, da maneira como eu sou aceita eu acho que é muito importante para os grupos... Todo grupo que eu faço parte eu me destaco como líder. Eu não sei se é porque eu ajo direito, não sei porque essa admiração, não sei se é meu modo de tratar as pessoas ou é o modo de trabalhar, eu sei que eu acho que é muito participativo porque a voz dos meus amigos idosos sou eu... Eles dizem: - Se a (E.9) não vier não dá certo..." (E.9).

"Eu acho muito importante pra mim mesma porque quando eu participo eu sinto que eu tô me ajudando... tomando conhecimento das leis, do dia a dia, conhecimento só que está acontecendo no meio social porque as mudanças de leis e de direitos muda todo dia, né... eu sinto assim muito feliz de ter pouco conhecimento e repassar pra aquelas pessoas que tem menos conhecimento que eu." (E.10).

"Eu considero ótima, considero saudável. É uma terapia que sempre que eu tiver uma oportunidade de juntar com esses grupos, se tivesse tempo eu ia mais longe, mas mesmo assim eu vou fazer um jeito de ter essa oportunidade..." (E.11).

Como arremate, vemos que, embora os interlocutores tenham demonstrado certo ímpeto ao falar de suas participações, muito deste decorre da força das leis representada pela Política Nacional do Idoso e pelo Estatuto Nacional do Idoso, além de uma consciência social de que já tem dado seus primeiros passos em respeito à velhice, pois a motivação dos idosos em participar de algum grupo se revelou ainda frágil por voltar a recorrer apenas à velha satisfação pessoal, fazendo prevalecer o privado em detrimento do público. Raros foram os relatos que demonstraram a necessidade de lutar pelo estabelecimento do bem público, inclusive do seu próprio segmento.

5.9 SER OU NÃO SER PROTAGONISTA?

Prosseguimos com a oitava pergunta perguntando se eles se consideravam protagonistas no seu segmento idoso. Do total de 11 interlocutores, sete responderam sim, três relataram não e um disse que dependia do momento.

Entre os motivos citados pelos que se consideram protagonistas, foram mencionados: o aproveitamento das oportunidades com prudência no falar, o exercício de assumir esse protagonismo todo dia para a realização do sonho de ver as pessoas envelhecerem com alegria, de não haver mais medo ou vergonha em

pegar num microfone para dar uma palestra e sim de ter prazer em participar, por estar participando de todos os movimentos em que é convidado ou sempre que necessário, pelo fato de repassar conhecimento para outras pessoas e pelo fato de fazer uma fala ou dar uma palestra. Estes foram os relatos mais frequentes:

"Eu me considero porque eu sou aquela pessoa que tudo eu espero a oportunidade e eu souber perguntar eu pergunto e se não souber eu recuo." (E.3).

"Considero sim." (E.4).

"Considero, pelo menos por opção e por mentalidade porque o protagonista ao meu ver as vezes ele flui assim naturalmente...tem aqueles que se preparam. Eu ... gosto de ser e eu estou sempre batalhando para assumir esse protagonismo... Eu tenho um sonho... ver as pessoas envelhecerem com alegria. Eu sei que envelhecer não é de uma hora para outra, mas que ... aceitação." (E.5).

"Me considero, sim... Eu ficava com vergonha, ... eu tinha medo do microfone, hoje em dia eu não tenho medo de nada disso, eu tenho prazer de tá participando...eu tenho feito propaganda pra sociedade, conversando, dando explicação, sabe? Do pouco que eu sei passo para os outros. Então isso aí eu me torno protagonista." (E.7).

"Me considero...porque eu sou participante em todos os movimentos, luto muito, gosto muito e tô sempre presente em todas as coisas que me procuram e onde é necessário eu estar."(E.9).

"Me sinto...porque eu sempre tô repassando pouco conhecimento que eu tenho pras outras pessoas que tem menos do que eu, né". (E.10).

"Me considero. Se for preciso fazer uma peça teatral eu costumo ir. As vezes eu digo assim: eu sou como um pavão, quando ninguém tá me olhando eu abro a cauda aí tôdo mundo vê o colorido... Ali no CRAS eu também faço uma palavra, faço uma palestra... Eu faço uma fala. Eu não tenho complexo com nada...senão não adiantou de nada eu chegar numa idade dessa de 74 anos sem ser conhecido pelo menos pelo grupo de idoso, né?" (E.11).

Entre os três que responderam não, os motivos citados se concentraram no fato de não terem conhecimento suficiente ou por não se considerarem pessoas importantes o suficiente para ser protagonistas, associando o termo a uma atitude ousada, arrogante. Entre estes, somente uma idosa considerou não haver mais idade para aprender:

"Não me considero não porque eu tenho que saber mais, tem que ser aquela pessoa que entenda mais de tudo, daquilo que vai falar, que tenha mais conhecimento, que nem vocês que estuda, eu teria que ter estudado mais isso, a minha idade não me permite mais." (E.1).

"Não porque eu acho que ainda falta muito...eu quero cada vez aprender mais, cada vez participar mais pra poder eu realmente ter essa...eu saber que eu tenho essa compreensão." ela achaque ainda não faz o suficiente." (E.6).

"Eu não sou, eu me sinto um pouco, nem tanto, mas eu não posso dizer...não. Eu passo humildade, procurando ocupar alguma vaguinha que sobra, fico por ali pelo meio, sabe?..." (E.8).

Apenas uma idosa respondeu que dependia do momento:

"Depende do momento. As vezes eu me sinto. Já tenho lido uma mensagem muito bonita, sendo útil ao grupo, as pessoas gostam." (E.2).

Percebemos que alguns interlocutores associaram o fato de serem protagonistas a um sentimento ou a um estado de espírito e não a uma atitude e, atrelado ao fato de se considerarem ou não protagonistas, estava a compreensão do significado de protagonismo que, para alguns, se resumiu a ler uma mensagem em público ou dar uma palestra. Se por um lado alguns dos interlocutores se mostraram mais uma vez equivocados, agora quanto ao significado de protagonismo, por outro, revelaram-se conhecedores da necessidade de serem protagonistas, embora que manifestado por alguns com uma intenção mais restrita e por outros com uma visão mais abrangente de alcance de benefícios para uma coletividade.

Podemos concluir que, se levarmos em consideração o quão recente ainda é o movimento em prol das discussões de aprofundamento sobre o tema protagonismo, os interlocutores se mostraram até bem orientados e instigados a prosseguir com o seu papel de protagonista, pois, de alguma forma, eles perceberam sua importância e os ganhos com esse reconhecimento.

5.10 O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL SOB O OLHAR DOS IDOSOS

Após a nona pergunta, arguímos se eles se consideravam exercendo o controle social. Do total de 11 respondentes, oito afirmaram que sim e três que não. Entre os motivos citados por eles para justificar o fato de exercerem o controle social, foram mencionados: o ato de aconselhar uma pessoa, de transmitir um incentivo, de ter gestão sobre as reivindicações dos idosos e sobre as demandas das entidades representadas, de alertar as pessoas para o seu papel de cidadão, de ter controle próprio (emocional), de ser útil, ser pontual, de fazer parte do Conselho,

por participar e trazer conhecimento para as pessoas que não possuem. Estes foram os relatos mais frequentes:

"Eu acho que quando a gente vê que alguma coisa tá errada, qualquer oportunidade de aconselhar uma pessoa, de transmitir um incentivo, a gente tá ajudando. Como cada um de nós é parte da sociedade a gente tá contribuindo embora indiretamente ou, não sei, diretamente para o controle social. Uma pessoa pode até tá pensando num suicídio." (E.2).

"Considero. Porque eu tenho gestão sobre aquilo que a gente reivindica, sobre as demandas dessas entidades." (E.4).

"Na minha visão de poder público eu posso estar contribuindo pelo menos para que as pessoas alertem... para o seu papel de cidadão." (E.5).

"Eu posso dizer que considero, viu? Eu não tô entendendo muito bem a pergunta...Na minha opinião entendo que é aquela pessoa que é controlada, aquela pessoa que pelo menos anda pisando firme, faz os seus negócios direito, não anda com trambicagem... Uma pessoa que anda fora da lei ela não pode ter controle social... eu pretendo que todo mundo entenda que eu sou um cidadão... Sem a lei ninguém é nada. Então eu acho que sou um cidadão brasileiro." (E.7).

"Eu acho que sim, com a minha humildade, com meu pouco conhecimento, com a minha pouca capacidade, mas eu acho que eu exerço, pelo menos eu sou muito pontual em todos os chamados que me fazem, eu procuro descobrir alguma coisa pra levar pra lá, procuro psicólogo pra atender alguém, procuro um doente e mando pro CRAS... então eu acho que eu tô sendo útil." (E.8).

"Me considero porque tá com 4 anos que eu participo do conselho, sou participativa em todos os momentos, só não quando estou doente ou quando tem motivo..." (E.9).

"Acho que sim... porque no que eu estou participando de vários grupos e trazendo este conhecimento pras pessoas que não tem aquele mesmo conhecimento e também assim a maioria das vezes promovo movimento pra melhorar a situação da nossa associação, faço um bingo... boto banca de comidas típicas pra vender, eu junto com a comunidade, né, aí acho que eu tô ajudando no controle social que através dessa remuneração... através desse movimento que nós mantém essa nossa associação... Nós não tem feito através de nós mesmos, mas quando houve aí um projeto da Prefeitura...o nome do projeto não sei se era esporte e lazer na comunidade e nós não recebemos a verba, mas nós recebemos o projeto em nome da nossa associação e funcionou por alguns dias. Aí houve um desfalque pelas pessoas mais lá de cima, aí parou, mas quando a gente tem condições de... nós não tivemos projeto ainda de receber verba de prefeitura e nem do estado pra o nosso controle social, mas bem que nós gostaria né..." (Teve um problema na Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura e por isso a verba foi suspensa, segundo a idosa.) (no CMAS): "...o que eu pedi lá que melhoraram, a alimentação pra os idosos dos CRAS estava muito a desejar e depois que eu soube da prestação de contas que foi feita... do ano 2011, aí eu fiquei sabendo que tinha verba pra alimentação dos CRAS. Aí eu falei, não fui nem muito bem... esse povo não gosta quando a gente fala em sujeira... no dinheiro público mal administrado, mas aí quando eu cheguei no CRAS eu falei com a coordenadora ... e melhorou a situação da alimentação." (E.10).

"Eu pessoalmente me considero, primeiro porque eu contei o meu salário mínimo... agradecer ao bom Deus deus ser aposentado, mas eu tenho o meu controle financeiro, eu tenho o meu controle de saúde que eu sempre tô me

prevenindo de alguns problemas que acontecem, eu sempre tô indo pro médico, eu tenho controle social próprio, da minha comunidade, da minha casa, eu tenho o meu controle social sobre a educação porque o assunto que eu converso com uma criança é um, o assunto que eu converso com um adolescente é outro, com uma pessoa adulta é outro, com o superior é outro e com o idoso é outro. Quer dizer, eu me controlo duma maneira que eu sei respeitar todas as classes sociais, eu acho isso pra mim muito importante... Eu me controlo também sobre a segurança porque como eu respeito as pessoas, eu em si próprio eu já tenho a segurança da minha pessoa, eu nunca fui chamado atenção e nunca fui ser chamado a delegacia pra prestar depoimento de alguma coisa..." (E.11).

Percebemos que a ideia de controle social compreendida por alguns interlocutores foi equivocada no momento em que significou muito mais uma tentativa ou uma prática de controle individual, ou seja, de equilíbrio emocional, ou de controle financeiro ou ainda de controle de determinadas circunstâncias do cotidiano, proveniente de pessoas de bom caráter, que se utilizam do valor da honestidade em suas relações, do que a ideia de administrar a coisa pública com origem em suas demandas.

Verificamos, porém, que, muito embora o entendimento de alguns interlocutores tenha se mostrado confuso, foram também mencionados alguns aspectos importantes que compõem a compreensão sobre controle social, passíveis apenas de uma orientação mais qualificada do termo, como, por exemplo, estar bem informado, ser articulado, exercer a cidadania, a preocupação em atender as necessidades básicas dos semelhantes, fiscalizar a gestão pública em suas ações e recursos.

Entre os três que responderam não, uma delas fez referência à mesma ideia de controle individual citada anteriormente. Os outros dois mencionaram o nível de aprendizado como um obstáculo, por ser ainda insuficiente para assumir tal responsabilidade. Entre estes, apenas um interlocutor se considerou incapaz de voltar a aprender, como se a idade não mais permitisse:

"Não, apenas estou participando... Eu deveria ter estudado mais, ter me capacitado mais." (E.1).

"Não, ainda falta muita coisa...Eu tenho que ter aquele controle assim de não discutir em público, não fazer escândalo, tratar as pessoas bem, tratar com delicadeza, embora eu não seja delicada..." (E.3).

"Não. Eu me considero que eu tenho coragem e vou aprender mais...eu me considero capacitada em aprender...aprender como melhorar, como deve ser mais assim atuante, ...que área precisa mais daquele reforço." (E.6).

Podemos concluir que o exercício do controle social na óptica da maioria dos interlocutores (idosos não conselheiros) encontra-se fragilizado, a começar pela compreensão equivocada de sua finalidade, bem como pela falta de conhecimento necessário a essa compreensão, trazendo rebatimentos no processo de articulação da sociedade que atualmente se encontra fragmentado.

Além da compreensão teórica dos idosos desta pesquisa sobre controle social e seus rebatimentos na convivência em sociedade, buscamos compreender também a atuação política destes em torno dessa prática cidadã, desde o seu cotidiano na ocasião das reuniões dos conselhos CMAS e CMDPI, visto que são alguns dos espaços mais amplamente conhecidos da sociedade de exercício do controle social.

Para o alcance desta compreensão, realizamos uma pesquisa documental como recurso complementar para auxiliar na análise, na qual nos utilizamos da leitura das atas de registro das reuniões ordinárias e extraordinárias dos referidos conselhos, considerando aquelas em que estiveram presentes um ou mais dos idosos interlocutores, bem como do Regimento, além de suas leis de criação e de regulamentações posteriores.

A começar pelo CMAS, todas as reuniões foram conduzidas mediante uma pauta. Esta geralmente era composta de uma abertura para acolhida dos conselheiros e apresentação de convidados. Além da abertura, seguia-se com informes, leitura e aprovação da ata da reunião anterior, leitura e aprovação dos relatórios de suas comissões (Controle Social do Programa Bolsa Família do Município de Fortaleza, Articulação e Mobilização, Documentação e Cadastro, Política de Assistência Social, Gerenciamento do FMAS) referentes a prestações de contas, solicitações de convênios de entidades socioassistenciais, inclusive algumas delas com ações específicas para o acompanhamento de idosos, acompanhamento das entidades conveniadas para averiguação de irregularidades e leitura do relatório da sua Secretaria Executiva.

Percebemos que, do total de 15 reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, realizadas no ano 2011, em cinco destas houve a manifestação das conselheiras idosas do referido Conselho, ou seja, em um terço das reuniões desse período. Entre essas manifestações, a primeira foi referente à solicitação de

mudança da condição de suplente para titular de uma destas conselheiras [(E9) – ata de 12.07.11], alegando as inúmeras faltas de sua conselheira titular.

A segunda manifestação foi a queixa de uma conselheira idosa sobre a mudança de data da reunião do grupo de convivência de que esta participava, trazendo transtornos para os idosos deste grupo. Além da queixa, fez uma denúncia sobre uma situação constrangedora envolvendo uma participante do grupo de idosos do Salão Nosso Chão, afirmando que esta participante foi abordada na parada de ônibus pela educadora social deste equipamento social. Na abordagem, afirmou que a educadora fez uma vistoria na bolsa da idosa por conta do desaparecimento de um aparelho celular, deixando a idosa adoentada e sem vontade de continuar no grupo (ata de 09.08.11).

Vale ressaltar que esta manifestação foi realizada por uma conselheira idosa que, estava prevista como uma das interlocutoras desta pesquisa, mas que, posteriormente, pediu desligamento do referido conselho. Sobre a matéria do constrangimento, a presidente do CMAS solicitou que uma assistente social deste fizesse uma visita para verificar a denúncia.

A terceira foi sobre o local da IX Conferência Municipal de Assistência Social, em que, apesar de muitos conselheiros terem avaliado como inapropriado, dificultando o deslocamento de alguns participantes, uma das conselheiras idosas afirmou que, mesmo usando muletas, não sentiu essa dificuldade para se locomover do auditório ao local das refeições [(E10) - ata de 02.09.11].

A quarta foi, na verdade, a apresentação da carta-renúncia da referida conselheira idosa desistente do CMAS, alegando motivo de ordem pessoal (ata 11.10.11). A quinta e última manifestação foi sobre as visitas da equipe de monitoramento que, segundo uma das conselheiras idosas, são agendadas e que os equipamentos se organizam para receber essa equipe, sabendo-se que nos CRAS faltam salas para prestar um melhor atendimento, bem como mais profissionais, principalmente auxiliar de serviços gerais e manipuladores de alimentos [(E10) - ata 13.12.11].

Quanto ao ano 2012, percebemos que foram realizadas 13 reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, sendo que em cinco destas reuniões houve a

manifestação das conselheiras idosas do CMAS, duas em uma mesma reunião, ou seja, mais de um quarto das reuniões desse período.

Entre essas manifestações, a primeira foi referente à reprogramação do recurso advindo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) referente ao período 2009-2011, que estava em atraso de repasse, e uma destas conselheiras [(E10) – ata de 14.02.12 – I Reunião Extraordinária] questionou o referido saldo, afirmando que deveria ser utilizado para melhorar a qualidade da alimentação oferecida aos idosos dos CRAS. Na ocasião, foi esclarecido por um dos conselheiros que a reprogramação era justamente para não haver devolução de recurso e que a SETRA estava propondo, além do orçamento de 2012, um acréscimo de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para a alimentação de todas as atividades dos CRAS. Ressaltou ainda que existia uma nutricionista para padronização do cardápio, havendo planejamento e acompanhamento das manipuladoras de alimentos, mas que poderia ser verificada junto ao CRAS João Paulo II a possibilidade da existência de problemas.

A segunda manifestação [(E8) – ata de 24.04.12] foi sobre o bom atendimento prestado pela assistente social do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) da Barra do Ceará a uma adolescente que a própria conselheira idosa (E8) acompanhava. A terceira manifestação foi referente à decepção/insatisfação com o resultado do OP, tendo em vista a solicitação de um posto de saúde e de uma creche para o bairro João Paulo II, mas que não foi atendida, e acerca da proposta de concurso mencionada na reunião, que fosse não só realizado, mas que as pessoas fossem chamadas para assumi-lo, diferente do que aconteceu para agente de saúde que foi somente para arrecadar dinheiro, segundo a conselheira idosa [(E10) – ata 24.04.12].

A quarta foi sobre a capacitação para os conselheiros do CMAS, solicitada há mais de três anos desde que uma das conselheiras idosas estava no referido Conselho e isso não acontecia [(E8 – ata de 26.06.12]. A quinta foi a participação de uma das conselheiras idosas na composição da comissão organizadora do processo eleitoral dos representantes da sociedade civil no CMAS/Fortaleza para o biênio 2013-2015 [(E8 – ata de 28.08.12].

A sexta e última manifestação foi sobre a condição inadequada do espaço físico para a realização dos encontros do grupo de convivência do CRAS Couto

Fernandes, do qual a conselheira idosa faz parte, pois os idosos são obrigados a subir escadas para participarem das atividades, sendo que alguns cadeirantes já deixaram de frequentar pela falta de acessibilidade. Sobre esta mesma situação, outro conselheiro do CMAS questionou o porquê da atividade não estar acontecendo no térreo da estrutura, obtendo como resposta por parte de um outro conselheiro o encaminhamento da situação para a Secretaria competente tomar as devidas providências.

Além das referidas manifestações, destacamos alguns informes ou acontecimentos na ocasião das reuniões durante o biênio 2011-2012, registrados em ata e apresentados a seguir na ordem em que estas foram redigidas, que consideramos importantes, por estarem relacionados ao segmento idoso, não só pelo conteúdo verbalizado, mas porque os usuários, interlocutores desta pesquisa, se fizeram presentes, discutindo com os demais conselheiros e exibindo suas considerações sobre os diversos temas abordados em cada uma das reuniões, embora nem sempre pudessem deliberar junto ao colegiado em virtude da presença de seus titulares. A apresentação destas informações justifica-se pelo fato de tornar público o conhecimento que as conselheiras idosas passaram a adquirir com a participação no referido conselho.

Iniciamos pela participação destas na Comissão Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família de Fortaleza (ata do dia 08.02.11). Em seguida, na ata do dia 01.03.11, realizou-se a leitura do relatório da Comissão de Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social e aprovação do Plano de Ação 2011 para o cofinanciamento estadual dos benefícios eventuais e do Serviço de Atendimento Integral à Família (PAIF), a apresentação da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012, com base na qual se estruturou o orçamento daquele ano, composta de três ações: Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Vale ressaltar que, a Proteção Social Básica compreende, entre outras as ações voltadas para os idosos dos grupos de convivência nos CRAS.

Na ata do dia 29.03.11, foi dado o informe de que o Fórum Estadual de Assistência Social (FOEAS) deliberou em sua reunião do dia 03.03.11 sobre a substituição dos conselheiros usuários eleitos para a gestão 2010/2012 do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) de alguns municípios, entre eles Fortaleza,

haja vista que a sua pauta de debates foi sobre a continuidade ou não da participação de usuários no CEAS, considerando a baixa participação deles.

Por essa razão, foi solicitado ao CMAS Fortaleza o nome de seis usuários para participarem de novo processo eleitoral. A presidente do CMAS sugeriu os usuários do CMAS como forma de qualificar a participação, mantendo maior aproximação com o CEAS-CE. O Colegiado deliberou pela aprovação dos seis usuários do CMAS, estando entre eles as idosas participantes desta pesquisa.

Na Ata do dia 14.06.11 foi dado o informe sobre a aprovação do Projeto de Lei que institui o SUAS, no dia 08.06.11, pelo Senado Federal, e sobre a presença do senhor Marcelo Miranda, da Controladoria Geral da União, que divulgou a respeito da I Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social a ser realizada de 18 a 20.05.12, com o objetivo de promover a transparência pública e estimular a participação democrática da sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública. Além dos informes, houve também as solicitações de convênios com emenda parlamentar para realização de atividades com idosos que são comuns em quase todas as reuniões.

Observamos também alguns pontos relevantes mencionados na ata do dia 12.07.11. Após a leitura do relatório das Comissões de Política e de Organização da Conferência Municipal de Assistência Social, esta última criada somente para este fim, procedeu-se à avaliação das conferências regionais de assistência social e, estando ainda em momento de preparação para a Conferência Municipal de Assistência Social (22 e 23.08.11 na Faculdade Integrada do Ceará (FIC) - VIA CORPVS), dois conselheiros ressaltaram a fragilidade da preparação dos usuários, devendo estes ser capacitados, mediante melhor preparação das oficinas para que se manifestassem, elogiassem, criticassem e avaliassem.

Alguns informes também foram dados, como o convite de inauguração de uma ONG, Casa de Assistência à Melhor Idade, no dia 26.07.11, às 19h, na sua sede, situada à rua Adolfo Herbster, 34, Benfica, para trabalhar com idosos de 60 anos ou mais, e que nos dias 28 e 29/06/11, no Condomínio Espiritual Uirapuru (CEU), foi realizada a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa ficando um conselheiro titular da SETRA como representante para a Conferência Estadual.

Houve também leitura e aprovação do relatório da Comissão de Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social, ressaltando alguns pontos, como o demonstrativo de pagamento da transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o FMAS, destinado à manutenção dos Serviços de Ação Continuada. Foram observadas as nomenclaturas e informações dos valores dos pisos de cofinanciamento do Governo Federal para a manutenção e custeio de cada serviço, entre eles as ações para os idosos, bem como a aprovação de três entidades para a execução de atividades em prol dos idosos mediante emendas parlamentares (recurso municipal). Referida Comissão sugeriu enviar ao Conselho do Idoso uma relação de entidades conveniadas que executam suas atividades com idosos, a fim de dar maior visibilidade às suas ações.

Na ata do dia 09.08.11, o Colegiado deliberou que no dia 16.08.11 fosse realizada uma reunião para discutir os eixos norteadores da Conferência Municipal de Assistência Social, a ser conduzida pelos facilitadores dos grupos. Foi também apresentado o convite de um dos conselheiros para a inauguração do CRAS Itinerante em 10.08.11, às 15h, no bairro Pedras, Fortaleza/CE.

Na ata do dia 13.09.11 foi também apresentado o convite à presidente do CMAS para participar da I Conferência Municipal sobre Transparência Pública e Controle Social, a realizar-se nos dias 28 e 29.10.11 no auditório da Procuradoria Geral de Justiça. O Colegiado deliberou ainda que fosse enviado à SETRA um ofício para tomar as providências cabíveis sobre a denúncia da conselheira idosa, desistente do CMAS. A presidente do CMAS expressou novamente a necessidade urgente de uma formação para os conselheiros.

Na ata do dia 11.10.11, além da carta-renúncia da conselheira idosa mencionada anteriormente, foi apresentada a solicitação de convênio com emenda parlamentar para realização de atividades para idosos. Já na ata do dia 13.12.11 estava registrada a socialização da reunião do dia 29.11.11 pelo FOEAS com os municípios que têm usuários com assento no CEAS, com o objetivo de iniciar uma interlocução com os conselhos municipais de assistência social, tendo em vista a potencialização do protagonismo dos usuários nos conselhos municipais, estadual e FOEAS.

Além destes, houve também duas solicitações de convênio com emenda parlamentar para realização de atividades para idosos, a apresentação do plano de

providências para adequação de 19 CRAS pela Coordenação da Gestão do SUAS, segundo procedimentos intituídos pela Resolução nº05 da Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Esta resolução estabeleceu um pacto de aprimoramento da gestão e em todos os relatórios exibidos sobre as condições dos CRAS dois pontos eram comuns: ausência de diagnóstico socioterritorial sistematizado em um documento, muito embora cada CRAS tenha conhecimento de seu território e de sua área de atuação, e ausência de um coordenador estatutário ou comissionado, tendo em vista que todos os coordenadores de CRAS eram terceirizados.

Consideramos a ata do dia 24.02.12 como a de maior relevância durante o biênio 2011-2013 do CMAS, haja vista a presença da ex-secretária municipal de assistência social, Maria Elaene Rodrigues Alves, que tratou da regulamentação do SUAS, da realização de concurso público e outros informes importantes.

A ex-secretária iniciou a sua exposição falando da diferença de atribuições entre a Secretaria e o Conselho, em que este deve fiscalizar de maneira independente, enquanto a Secretaria tem o papel de monitorar e avaliar, além de outras atribuições. Como presidente do COEGEMAS (Conselho Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social), ela mencionou também a realização do grande encontro do CONGEMAS (Conselho Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social) realizado com 2500 secretários de assistência social, onde a SETRA foi o destaque. No momento, foi lançada uma publicação sobre os desafios da assistência social em Fortaleza, no Mercado dos Pinhões, no dia 25.04.12, às 16h. Neste mesmo dia, a ex-prefeita de Fortaleza, professora Luizianne Lins, anunciou a regulamentação do SUAS.

No mesmo ano, a ex-secretária acentuou que foi implementada a GED (Gratificação Especial de Desempenho) fazendo uma retrospectiva da política de assistência social em Fortaleza. No momento da implementação do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários), a Secretaria ainda não existia. Algumas servidoras se engajaram na luta e o Sindicato de Assistentes Sociais do Estado do Ceará (SASEC) foi estratégico, inserindo-as no PCCS da Saúde. Houve, ainda, a conquista da GTA (Gratificação de Titulação Acadêmica), para depois ser conquistada a GED. Comentou ainda que o salário para o especialista estava em R\$ 1.765,00, R\$ 2.143,00 para mestres e R\$ 2.800,00 para doutores. Ao assumir a gestão, o salário estava em R\$ 410,00, passando para R\$ 813,00 em 2007, e nesse processo de

negociação direta com a Prefeita, houve a participação tanto do SASEC quanto do CRESS-CE (Conselho Regional de Serviço Social do Ceará), fortalecendo o processo junto à Secretaria de Administração do Município (SAM).

Quanto ao concurso, informou ainda a ex-secretária que a proposta ficou de ser avaliada pela prefeita que, por sua vez, considerou a Lei de Responsabilidade Fiscal um possível fator de impedimento, pois o Município já tinha realizado vários concursos, mas que iria analisar juridicamente. Um levantamento da demanda para o concurso, para nível superior, constatou uma necessidade de 168 profissionais, dentre os quais, 87 assistentes sociais, 57 psicólogos e 24 outros profissionais. Outra tentativa foi a proposta do auxílio-natalidade em pecúnia. A ex-secretária mencionou também que um dos maiores avanços no CMAS foi a alteração de sua composição em 2007, garantindo a participação dos usuários.

Na ata do dia 26.06.12, houve a solicitação do CMDPI para o CMAS fornecer informações acerca das entidades de idosos cadastradas no CMAS, ficando de ser resolvido entre a Presidência e a Comissão de Documentação e Cadastro sobre essa parceria. Nesta mesma ata, ficou registrado o fato de que um dos conselheiros apresentou uma proposta de temas de capacitação continuada para os conselheiros do CMAS e equipe técnica, prevista para ser realizada nos dias 05 e 06.07.12. Foi ainda recomposta a Comissão de Acompanhamento do Auxílio Funeral, alvo de denúncias de irregularidades. Por fim, na ata do dia 18.10.12 foi exibido o convite para a capacitação dos conselheiros do CMAS em 23 e 24.10.12, tendo como facilitadora a Prof.a.Dr.a Cristina Nobre sobre o tema “O Estado e a Questão Social”.

Podemos concluir que, no segundo ano do mandato do CMAS, referente ao período 2011-2012, as conselheiras idosas se manifestaram com maior frequência sobre os diversos aspectos apresentados e que foi demarcadamente o espaço de reivindicações das idosas, em detrimento dos idosos, haja vista que neste Conselho não houve a representação masculina no referido período.

Concluído todo o processo de leituras e análises referentes ao CMAS, iniciamos com a leitura das atas de registro das reuniões ordinárias e extraordinárias, seguida da análise da participação dos conselheiros idosos do CMDPI nas referidas reuniões, no período de 2011-2012.

Semelhante ao CMAS, todas as reuniões do CMDPI foram conduzidas mediante uma pauta que, geralmente, era composta de uma abertura para acolhida dos conselheiros e apresentação de convidados, além de informes, leitura e aprovação da ata da reunião anterior, leitura e aprovação dos relatórios de suas comissões (Capacitação e Comunicação, Seguridade Social, Normatização e Cadastro) referentes a divulgação e realização de campanhas, avaliação e reestruturação de documentos pertinentes ao Conselho, mobilização e realização das conferências e eventos em geral para idosos.

Percebemos que, do total de nove reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, realizadas no ano 2011, em apenas duas destas reuniões houve a manifestação dos conselheiros idosos do referido Conselho, ou seja, em menos de um quarto das reuniões desse período.

Entre essas manifestações, a primeira foi referente à realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, nos dias 28 e 29 de junho de 2011, em que um destes conselheiros manifestou a sua satisfação com a Comissão Organizadora da Conferência pelo desenvolvimento das atividades no tempo previsto [(E4) - ata de 13.07.11].

A segunda manifestação, também realizada pelo referido conselheiro e mostrada na mesma ata, foi para que a moção de repúdio elaborada pelos conselheiros do CMDPI contra a decisão da Federação Internacional de Futebol (FIFA) de vetar a meia entrada para idosos durante os jogos da Copa 2014 no Brasil fosse publicada na Internet.

Quanto ao ano 2012, percebemos que foram realizadas sete reuniões e que, diferentemente do ano 2011, foram somente reuniões ordinárias, sendo que em apenas duas destas reuniões, houve a manifestação dos conselheiros idosos do CMDPI, ou seja, menos de um terço das reuniões desse período.

Entre essas manifestações, a primeira referiu-se a uma reunião de planejamento para o exercício de 2012 do referido Conselho, ocorrida no dia 25 de janeiro daquele ano, em que um dos conselheiros idosos a considerou muito proveitosa porque a contribuição do dr. Mário Mamede foi de grande relevância. Lamentavelmente não foram relatados detalhes dessa reunião. [(E4) - ata de 08.02.12].

A segunda manifestação, também realizada pelo referido Conselheiro, foi na verdade o relato das atividades da Comissão de Comunicação e Capacitação de que ele fazia parte, realizada no dia 04.05.12. A Comissão se desdobrou na realização de ações para o mês de junho, em alusão ao combate à violência contra a pessoa idosa (15.06 de cada ano), data que já é destaque no calendário de eventos da cidade de Fortaleza. Entre essas ações, uma foi a conquista de um espaço específico para o segmento idoso, incluindo foto e programação na publicação “Informe Cultura de Bolso”, uma mídia impressa de propagação cultural da cidade de Fortaleza realizada pela PMF até o ano 2012, por meio da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR). Outra ação da Comissão foi o debate da possibilidade de o CMDPI integrar o site da PMF no espaço reservado à SCDH, bem como promover a exibição de filmes dos anos 1930, 40, 50 e 60, projetados no horário de 14h30min às 16h30min, na semana de 11 a 15.06.12, no espaço Vila das Artes [(E4) - ata de 11.04.12].

Assim como no CMAS, além das manifestações dos conselheiros idosos, também no CMDPI, destacamos alguns informes e/ou discussões quando das reuniões durante o biênio 2011-2012, registrados em ata e apresentados a seguir na ordem em que estas foram redigidas, nos quais consideramos importantes por estarem relacionados a eventos ou acontecimentos em prol do segmento idoso, não só pelo conteúdo verbalizado, mas também porque houve representatividade dos usuários da pesquisa, embora reduzida.

Iniciamos pela ata do dia 18.02.11, em que foram dados como informes: a solenidade de entrega da Carteira Nacional do Idoso a ser realizada no Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos (IMPARH), no dia 19.03.11, às 9h; a apresentação do projeto Atualização em Gerontologia, da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), no dia 29.03.11, às 19h, também no IMPARH; as conferências municipais (até 30.06.11), estadual (17 e 18.08.11) e nacional (23 a 25.11.11) do idoso, a ação de combate à violência contra o idoso no mês de junho promovida pela Coordenadoria do Idoso da SCDH.

Em seguida, na ata do dia 14.04.11, o CMDPI foi informado por um dos convidados do Encontro Nacional dos Fóruns, ocorrido no mês de abril do referido ano, um evento anual, cujo objetivo foi a discussão das políticas para os idosos. No dia 19.05.11, às 14h, estava prevista uma assembléia para a retomada do

Orçamento Participativo (OP). A presidente do CMDPI manifestou-se informando que as resoluções e as atas do referido Conselho não estavam sendo publicadas e que isso era uma falha do CMDPI e da SCDH, devendo os atos do governo ser mais transparentes. Anunciou-se também a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, nos dias 28 e 29.06.11. Entre as comissões formadas para a realização desta Conferência, estava a Comissão de Organização dos Seminários Preparatórios, composta, entre outros, por dois conselheiros idosos [(E4) e (E5)] interlocutores desta pesquisa.

Já na ata do dia 11.05.11, apesar de não ter havido informes específicos para o segmento idoso, consideramos importante relatar os informes na área da assistência social, mencionados no CMDPI, por estar relacionada também a esta pesquisa e por ser formada por uma categoria de profissionais que atuam também em prol do referido segmento. Portanto, consideramos a posse da diretoria do CRESS, realizada no hotel Mareiro, às 16h do dia 14.04.11 e a solenidade de lançamento do livro de Serviço Social, no dia 19.05.11, às 15h, na Assembleia Legislativa.

Além destes, também foi comentado sobre uma audiência pública para tratar das filas preferenciais nos supermercados (sobre este informe não foram dados maiores esclarecimentos). Por fim, a presidente do CMDPI comentou que o mandato do conselho foi prorrogado para 01.04.12, sugerindo a convocação dos novos representantes. Nesta ocasião, foi mencionado que havia oito entidades e dois usuários, passando para dez entidades, e que o Fórum Cearense de Políticas para o Idoso (FOCEPI)²² seria a entidade responsável para a eleição dessas novas entidades.

Na ata do dia 21.06.11 foi solicitado o engajamento dos conselheiros em todas as etapas da Conferência Municipal e eles, os dois conselheiros idosos [(E4) e (E5)] foram habilitados, um para o credenciamento dos participantes e o outro para coordenar a mesa de abertura da conferência magna. Foram pactuados ainda quatro eixos a serem exibidos pelos palestrantes convidados para, em seguida,

²² Criado no dia 26 de junho de 2007, seu objetivo é promover o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil em benefício da pessoa idosa.

serem debatidos nos quatro grupos, estabelecidas as propostas que deverão ser encaminhadas para a Conferência Estadual e, por fim, a eleição dos delegados.

Na ata do dia 13.07.11, foi levantada a situação do mandato dos conselheiros vigentes e da necessidade de convocar os novos conselheiros, sendo esclarecido pela presidente do CMDPI que o Conselho recebia inúmeras denúncias, mas não podia tomar nenhuma atitude em decorrência da sua condição irregular de vinculação à Secretaria competente, pois aquele era justamente um período de transição da sua vinculação à SETRA para SCDH.

Por essa razão, alguns conselheiros, entre eles um dos idosos participantes desta pesquisa, ficaram responsáveis pela elaboração de um documento para interpelar junto ao Secretário da SCDH sobre a regularização do CMDPI. Esclareceu ainda que a eleição da sociedade civil para o novo colegiado já havia sido realizada desde o dia 02.08.10, mas que permaneceu o Colegiado do biênio 2008-2010 em razão da responsabilidade de realização da Conferência Municipal que, por sua vez, foi muito bem avaliada pelos participantes e conselheiros. Inclusive um dos pontos de destaque foi a participação efetiva dos idosos dos CRAS, principalmente no eixo II que abordou sobre o protagonismo da pessoa idosa.

Na ata do dia 10.08.11, entre os vários informes, foi mencionada uma capacitação sobre sexualidade do idoso, cursado por um dos conselheiros idosos, integrantes desta pesquisa; o Fórum Internacional do Envelhecimento, a ser realizado em Campina Grande, com data a confirmar; a solicitação de uma reunião extraordinária com os CREAS, para conhecimento das ações e constituição de um fluxo de atendimento e acompanhamento dos idosos com direitos violados; e, por fim, a iniciativa de pensar estratégias para a implantação do Serviço de Cadastro de Entidades no CMDPI. Solicitou-se, ainda, o retorno do documento (ofício) enviado ao secretário da SCDH sobre a cobrança da publicação da lei de vinculação do CMDPI à SCDH, ficando estabelecida uma comissão para participar de uma reunião com o secretário, entre eles o conselheiro idoso (E4).

Na ata do dia 26.10.11, entre os vários informes, foi mencionada uma reunião, a ser realizada no dia 04.11.11, com o Conselho Estadual do Idoso (CEDI), para tratar do fluxo das denúncias de violência contra o idoso em Fortaleza, além das comemorações sobre o Dia Internacional do Idoso, que ocorre todos os anos

sempre na data de 1º de outubro. Dos dias 25 a 27.10.11, foi realizado o primeiro curso (40h) para formação de voluntários idosos, pela Escola de Governo. A presidente mencionou que a Conferência Nacional abordaria sobre o disque 100 contando com um dos conselheiros idosos na participação da Comissão de Organização do referido evento. Solicitou ainda mais união entre os conselheiros, pois eles estavam muito ausentes. Por essa razão, informou que enviaria um ofício a cada uma das secretarias e entidades, requerendo a presença dos conselheiros nomeados.

Na ata do dia 16.11.11, foi dado o informe da realização da audiência pública na Câmara dos Vereadores de Fortaleza, tendo como um dos pontos de pauta a regularização do CMDPI junto à SCDH e a criação de centros-dia para o atendimento a idosos residentes em Fortaleza. A presidente do Conselho explanou ainda sobre a situação do Abrigo Caminhos de Emaús, instituição que abrigava 20 idosos numa casa alugada em condições inadequadas para o funcionamento de uma instituição de longa permanência (ILP), ficando agendada uma reunião com as equipes dos CREAS, SMS e Vigilância Sanitária para darem os devidos encaminhamentos.

Consideramos a ata do dia 25.01.12 como a de maior relevância durante o biênio 2011-2012 do CMDPI, haja vista alguns pontos mencionados: a assinatura da lei de vinculação do Conselho à SCDH; as faltas dos conselheiros que foram ignoradas em virtude da ausência da lei de vinculação até o presente momento; apresentação do quadro de representantes que foram eleitos pelo FOCEPI em 02.08.2010, com a confirmação da necessidade de ampliação de sete para dez entidades por conta da nova lei; pactuação, junto ao FOCEPI, para formalizar por edital a ocupação das vagas; as atribuições das comissões temáticas do Conselho; apresentação das atividades desenvolvidas pelo CMDPI no ano 2011; definição das ações do Conselho para 2012: 1) mapeamento da rede de entidades prestadoras de serviço à pessoa idosa; 2) participação do Conselho na colaboração, monitoramento e acompanhamento de matérias em tramitação no Poder Legislativo; 3) sensibilização dos gestores municipais para a concessão de informações aos seus servidores e usuários sobre temas inerentes ao envelhecimento ativo e os direitos da pessoa idosa; 4) proposição e acompanhamento da criação de um centro-dia ao Poder Executivo; 5) proposição, defesa e acompanhamento da

ampliação dos convênios municipais para abrigamento de pessoas idosas em ILPIs, bem como propor a criação de uma instituição municipal; 6) divulgação do Estatuto do Idoso, utilizando a mídia e instrumentos produzidos pelo município (folders, outdoors, cartilhas, cultura de bolso etc); 7) contato com o procurador geral do Município para garantir à pessoa idosa a prioridade nas tramitações de todos os atos administrativos no âmbito da Prefeitura; 8) proposição e acompanhamento da criação do Fundo Municipal do Idoso; e 9) capacitação dos conselheiros quanto ao papel dos colegiados e conselheiros no exercício do controle social.

Na ata do dia 08.02.12, foi comentado sobre: a necessidade de maior visibilidade das ações do CMDPI, considerando a importância de se conhecer a rede de serviços ofertada para organização do atendimento à pessoa idosa, bem como a definição de uma comissão de suporte à Secretaria Executiva do Conselho; a existência de um projeto em tramitação na Câmara e que o Conselho poderia se articular com o autor do projeto (vereador Ciro Albuquerque) para transformá-lo em centro-dia, sugerindo o Lar Francisco de Assis para este fim; a elaboração de um projeto à Secretaria Nacional de Direitos Humanos com fins de financiamento para capacitação dos conselheiros; denúncias sobre o abrigo do Estado, situado à av. Olavo Bilac, encaminhadas à ouvidoria da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).

Na ata do dia 14.03.12, foram dados como informes: a realização da reunião do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), em Fortaleza, no mês de abril, e do Congresso Nacional da SBGG, em maio, ambos em 2012; último mês de cadastramento de pensionistas e aposentados do Município de Fortaleza; solicitação do nome completo dos novos conselheiros para nomeação, tendo em vista a urgência do término dos trabalhos do CMDPI em prol do encerramento do mandato da gestão vigente em outubro de 2012, tendo sido esse mandato já prorrogado por mais de um ano, e da necessidade de nova eleição; breve histórico do CMDPI desde a sua criação, em razão dos novos conselheiros; permanência de dois conselheiros idosos na Comissão de Capacitação e Comunicação; solicitação de representação do Conselho para discussão do Plano de Educação em Direitos Humanos de Fortaleza para o dia 15.03.12, e audiência pública no dia 22.03.12, na Assembleia Legislativa sobre a ocupação dos cuidadores de idosos; finalizou com a

leitura das deliberações da 3ª Conferência Nacional dos Direitos do Idoso que, por sua vez, não foram relatadas em ata.

Na ata do dia 11.04.12, foi relatada a realização da 56ª reunião ordinária do CNDI, em Fortaleza, com a participação dos presidentes, dos vice-presidentes e secretários executivos dos conselhos estaduais do Norte e Nordeste, sendo convidado o CMDPI. Seguiu-se a homenagem à ACEPI, por ter sido, a fundadora da entidade, a primeira presidente do CNDI; participação de um dos conselheiros do CMDPI no Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa, realizado nos dias 21 a 23.03.12 em Brasília; leitura dos relatórios das comissões, em que foi exigido um calendário de visitas às ILPs, e elaborado pela Comissão de Seguridade Social um calendário de visitas aos órgãos municipais, para sensibilização dos gestores para a questão do idoso em Fortaleza, finalizando com o ofício-resposta da STDS, não respondendo a conteúdo sobre denúncia do abrigo do Estado e reenvio de novo ofício à STDS.

Na ata do dia 13.06.12, foi relatado que a programação de filmes com temáticas para os idosos executada na semana de combate à violência contra a pessoa idosa no espaço Vila das Artes/ SECULTFOR tornou-se parte integrante do calendário desse órgão, tendo continuidade de apresentações sempre nas tardes das quartas-feiras, a partir das 14h. Outra conselheira comentou da sua insatisfação por ainda não ser dada a devida importância a essa data (15.06) quando, na verdade, deveriam haver protestos na frente dos bancos, do INSS, declarando as violações que são cometidas com os idosos. Sugeriu, inclusive, como proposta de reivindicação, que nos primeiros dias de pagamento os bancos disponibilizassem mais caixas para atendimento e que a acessibilidade fosse levada em consideração, pois, em alguns bancos, os caixas para idosos são no andar superior. A reunião foi finalizada com alguns encaminhamentos - enviar um ofício para o INSS para conhecimento do descaso dos bancos e lotéricas para com os idosos e estabelecimento de uma comunicação com o Ministério Público por conta da morosidade dos processos.

Na ata do dia 11.07.12, foi solicitado o relato dos conselheiros sobre as visitas às ILPIs. O local visitado foi a Casa de Nazaré, sendo avaliada positivamente quanto às instalações e atendimento, porém mal avaliada quanto a ausência de uma equipe multidisciplinar. Além da Casa de Nazaré, realizou-se também uma visita ao

CMAS, para que os conselheiros do CMDPI pudessem conhecer os procedimentos e instrumentais necessários para serem utilizados no cadastramento da rede de atendimento à pessoa idosa no Município de Fortaleza. Os instrumentais deverão ser estudados e discutidos pelas comissões, para que se inicie o mapeamento da rede de atendimento à pessoa idosa. Outro informe dado foi sobre o projeto de preparação para a aposentadoria, com o intuito de beneficiar todos os servidores municipais, sob a coordenação do IMPARH. Em seguida, foi apresentada a nova proposta de Regimento do CMDPI e, ao final da leitura, este foi aprovado por unanimidade.

Finalmente, com a ata do dia 08.08.12, consideramos importante mencionar, entre os demais registros, o processo de eleição, já iniciado, das entidades que estavam se habilitando para participar do Conselho e que iria até o final do referido mês; o afastamento da gestora do Abrigo Olavo Bilac, alvo de denúncias, e como punição para o secretário da STDS, uma repreensão. Uma das conselheiras do CMDPI comentou a participação positiva do Conselho neste caso e outra comentou que a atividade do cine da tarde no Vila das Artes estava ficando insatisfatória, merecendo maior divulgação por parte dos conselheiros, pois a frequência de idosos estava baixa e os filmes eram alugados, gerando ônus à Instituição; por fim, foi divulgada mais uma turma de cuidadores de idosos, com aulas teóricas, no SESC, e aulas práticas, no Lar Torres de Melo (LTM).

Concluimos que, diferentemente do CMAS, o registro das atas do CMDPI não mostrou riqueza de detalhes nas informações, comprometendo a compreensão dos registros. Além disto, a participação dos conselheiros idosos foi mínima, tratando na maioria das vezes de circunstâncias de pouco ou nenhum impacto direto para o segmento idoso, quando, na verdade, esperávamos maior aprofundamento das questões relativas aos idosos e maior resolubilidade dos problemas por eles enfrentados, haja vista ser um Conselho específico para este segmento. Acreditamos também que esta condição muito decorreu da trajetória de limitações do CMDPI desde a sua criação, revelando-se ainda um Conselho despreparado e desarticulado para enfrentar os problemas do segmento idoso, muito embora houvesse o esforço de uma minoria para sustentá-lo.

Finalizada a análise das atas do CMDPI, buscamos realizar o mesmo processo de leitura dos relatórios de atividades dos grupos de convivência dos

CRAS, nos territórios de abrangência da SER II e da SER III, em especial, as intervenções comunitárias e a análise da participação dos idosos destes grupos na referida atividade, particularmente os interlocutores da pesquisa. Acreditamos que isso se fez necessário por entendermos que, diferentemente dos idosos dos conselhos, aqueles dos grupos dos CRAS exercem uma lógica diferenciada na prática do controle social, caracterizada por maior aproximação com a realidade das comunidades, atuando com ações temáticas de mobilização destas comunidades desde algumas de suas necessidades, como saúde, transporte, acessibilidade, alimentação, assistência social, educação, segurança e meio ambiente. Conforme mencionado na metodologia, porém, os documentos analisados foram as programações das intervenções comunitárias que tinham como roteiro: o tipo da ação comunitária, o objetivo, o local, a data, o horário, o nome dos idosos da comissão responsável, a atividade proposta, a metodologia/descrição da atividade proposta e observação (caso necessário).

Percebemos que, do total de 20 intervenções comunitárias propostas para o ano 2011, 11 foram propostas pelos idosos dos CRAS nos territórios da SER II e da SER III, interlocutores da pesquisa. Destas 11, seis foram propostas pelos CRAS no território da SER II, sendo uma sobre a violência contra a pessoa idosa, duas acerca dos direitos dos idosos ao acento preferencial, duas a respeito da violência contra a pessoa idosa, juntamente com o tema do acento preferencial e gratuidade no transporte público coletivo, e uma concernente ao meio ambiente e cidadania. Quanto aos CRAS no território da SER III, foram propostas cinco intervenções comunitárias, sendo quatro sobre o acento preferencial e uma a respeito do histórico do bairro em que vivem.

No tocante ao ano de 2011, podemos ainda dizer que as maiores necessidades dos referidos idosos ficaram ao redor do combate à violência contra a pessoa idosa, com um total de três propostas de intervenções e, mais especificamente, o direito ao transporte público gratuito com qualidade, com um total de oito propostas de intervenções, significando quase o triplo de proposituras em relação ao tema da violência.

Quanto ao ano de 2012, percebemos que, do total de 13 intervenções comunitárias propostas, duas foram sugeridas pelos idosos dos CRAS nos territórios da SER II e da SER III, interlocutores da pesquisa, sendo uma sobre a questão

ambiental e a outra a respeito da violência contra a pessoa idosa, respectivamente. Vale ressaltar que, entre as demais temáticas do ano, foram propostas outras quatro intervenções no tocante à violência contra a pessoa idosa, uma no concernente à violência contra a mulher, duas respeitantes os direitos dos idosos no ENI, sendo uma em específico, pertinente ao atendimento preferencial na saúde, duas sobre o protagonismo dos idosos e uma atinente o combate à dengue.

Percebemos que, no ano 2012, as propostas de intervenções comunitárias foram bastante reduzidas. Acreditamos que tenha sido reflexo das mudanças no perfil de atendimento estabelecido pelo MDS, com o reordenamento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e pelo volume de atividades para prestações de contas, por se tratar do último ano da gestão municipal correspondente. Entre as necessidades inventariadas nos referidos idosos, estas giraram em torno do combate à violência contra a pessoa idosa e a questão ambiental. Se estabelecermos um ranking de necessidades, verificaremos que as duas propostas de maior destaque são: o combate à violência contra a pessoa idosa e o acesso ao transporte público gratuito com qualidade.

Vale ressaltar que as propostas ora referidas foram planejadas para serem executadas nos próprios CRAS, nos centros de saúde, nos terminais de ônibus, nas ruas, nas escolas, nas rádios comunitárias e nos sindicatos de transportes públicos, mediante o uso de carros de som, rodas de conversa, caminhadas, panfletagens, faixas, cartilhas, expressões artísticas (paródias, cordel, dança, teatro). Muito embora não tenha sido possível analisar a participação dos idosos, pelas razões já mencionadas na metodologia, consideramos oportuno analisar as temáticas mais utilizadas por eles, entendendo ser um reflexo das suas maiores necessidades nas reivindicações.

Destacamos, ainda, que, tanto os idosos na condição de conselheiros, seja do CMAS ou do CMDPI, quanto os dos grupos de convivência dos CRAS (não conselheiros), tiveram a oportunidade de se manifestar, individual e coletivamente, sobre as questões pertinentes ao seu segmento etário na ocasião do exercício de suas atividades, não sendo possível somente naquelas em que não ocorreram e do que não podemos confirmar pela ausência dos relatórios.

Finalmente, como parte integrante da análise, consideramos a participação dos idosos interlocutores da pesquisa nas conferências, tanto as

regionais²³ de assistência social, enquanto preparatórias para a municipal de assistência social, quanto a municipal dos direitos da pessoa idosa que, assim como os conselhos, são alguns dos espaços mais amplamente conhecidos da sociedade de exercício do controle social.

Vale ressaltar que, para a realização de qualquer conferência, seja no âmbito regional, municipal, estadual ou nacional, predispõe-se, em linhas gerais, da existência de um tema central a ser facilitado por um profissional competente na área, seguido de debate em plenária, um Regimento a ser aprovado pelos conferencistas, na ocasião da própria conferência, como forma de organizar e legitimar as ações que serão ali desenvolvidas, a divisão de grupos para definir prioridades a serem consideradas no percurso do desenvolvimento das políticas públicas, seguindo alguns eixos norteadores, votação das prioridades em plenária, finalizando com a eleição de delegados para a representação dos segmentos em suas instâncias de conferência posteriores.

Seguindo a ordem cronológica de realização, iniciamos pelas conferências regionais de assistência social, realizadas nos dias 21 e 22 de junho de 2011, para os participantes das SER I, III, V e SER II, IV, VI, respectivamente. O objetivo destas conferências é facilitar a mobilização dos representantes de modo geral, eleger os delegados e debater as orientações que serão levadas para a Conferência Municipal de Assistência Social, sem a necessidade do estabelecimento de propostas prioritárias. Tiveram como conferência magna (tema central): “Consolidando o SUAS²⁴ em Fortaleza”, facilitada pela professora, mestra em políticas públicas pela UECE, Leiriane Andrade.

Em seu discurso, recobrou, em linhas gerais, a história da política de assistência social até o alcance de status de política pública²⁵ após a Constituição Federal de 1988. Ressaltou que esta política é materializada de forma diferenciada entre os mais de 5.000 mil municípios brasileiros, buscando maior consolidação desde a PNAS de 2004, tornando o SUAS mais familiar aos seus usuários, mas que ainda tramita entre o conservadorismo e a inovação.

²³ As conferências regionais nada mais são do que as pré-conferências, assim chamadas por serem realizadas, segundo a divisão administrativa do município de Fortaleza, em secretarias executivas regionais (SERs), como uma preparação para a Conferência Municipal de Assistência Social.

²⁴ Sistema Único de Assistência Social.

²⁵ Como política pública, entenda-se o dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar.

Destacou ainda que a ideia do improvisado advindo do assistencialismo já estava superada e que, embora a assistência social sempre tenha sido atrelada a benefícios, programas e projetos, ela requer responsabilidade, compromisso e recursos. Finalizou, acentuando que uma política só pode ser considerada boa quando o usuário se desliga dela e não se mantém tutelado a ela.

Continuou ressaltando a assistência social como um dos pilares da seguridade social brasileira, que se propõe proteger seus usuários a riscos e vulnerabilidades sociais, prover/atender determinadas necessidades sociais e afiançar certas seguranças sociais. Enfatizou que esta política não deve se ocupar do pobre ou da pobreza e, assim como a autora Aldáisa Sposatti, considerou que, além destes, também o empobrecimento são expressões da exploração, da concentração de riqueza, da não distribuição de renda socialmente constituída.

Considerou, ainda, que seria falacioso considerar o pobre, a pobreza e o empobrecimento como objetos de uma política social, a menos que se queira acreditar na falsa ideia e conceito de que pobreza se erradica apenas com política social. “Se não houver mudanças na política econômica, não há como, dar super poderes à assistência social” - acentuou a facilitadora.

Finalizou o seu discurso, mencionando que a assistência social tem um direcionamento baseado nos documentos que a compõem, como a NOB, a Tipificação dos Serviços Sociassistenciais e o Protocolo da Gestão Integrada. Ao término do seu discurso, foram exibidos os quatro eixos da Conferência para serem debatidos nos grupos, a saber: Eixo I – Estratégias para estruturação da gestão do trabalho do SUAS; Eixo II – Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais; Eixo III – Fortalecimento da participação e do controle social que, apontarão quais as diretrizes para a participação qualificada em defesa da política de assistência social e a criação de novos espaços e estratégias quando necessários; Eixo IV – Aplicabilidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.

Já a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada nos dias 28 e 29 de junho de 2011, teve como Conferência Magna “ O compromisso de todos com o envelhecimento digno em âmbito municipal”, proferida conjuntamente pelo médico (Universidade Federal do Ceará - UFC), doutor em geriatria, João

Macedo Coelho Filho, e a assistente social (UECE), doutora em Antropologia, Adriana de Oliveira Alcântara.

Por meio do Regimento da Conferência, foram apresentados quatro eixos: Eixo I – Envelhecimento e Políticas de Estado: pactuar caminhos intersetoriais; Eixo II – Pessoa idosa: protagonista da conquista e efetivação dos seus direitos; Eixo III – Fortalecimento e integração dos Conselhos: existir, participar, estar ao alcance, comprometer-se com a defesa dos direitos dos idosos; Eixo IV – Diretrizes orçamentárias: plano integrado de orçamento público da União, estados, Distrito Federal e municípios: conhecer para exigir, exigir para incluir, fiscalizar.

Nosso foco de análise chama a atenção para o Eixo II, no qual havia dois idosos à frente dos trabalhos, uma como coordenadora do grupo II e outro como relator, sendo este um dos interlocutores da pesquisa (E4). Participamos das discussões, facilitando a elaboração das propostas prioritárias, em que foram consideradas cinco como principais: 1. criar e implementar projetos voltados para o protagonismo do idoso morador de rua; 2. ampliar a representação de usuários no CMDPI de Fortaleza em 50% do número atual e incluir representação de duas vagas para usuários no Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI), divulgando junto aos idosos os espaços existentes de controle social, tais como FOCEPI e Conselhos, a fim de reforçar a importância da participação social do idoso; 3. estabelecer cotas para idosos no mercado de trabalho em serviços e instituições públicas e privadas, por meio de legislação própria; 4. criar projetos intersetoriais contando com parceria de organizações da sociedade civil, resgatando a essência do Projeto Encanto da Praça, que valoriza a memória da pessoa idosa e a história do município, tendo o idoso como protagonista da ação; 5. criar seis centros-dia, um em cada Secretaria Executiva Regional, nos quais os idosos tenham acesso a informações sobre os seus direitos e participem de ações de protagonismo, dentre outras atividades, por meio de atendimento por uma equipe multidisciplinar.

A Conferência foi muito bem avaliada pelos seus representantes, ficando registrada a participação intensa dos idosos, principalmente no Eixo II, que abordou sobre o protagonismo. O resultado foi a produção de um grande número de propostas, permanecendo as prioridades a serem levadas para a Conferência Estadual do Idoso.

Com este capítulo, acreditamos ter contribuído com informações relevantes acerca do contexto político atual em que se encontram inseridos os idosos interlocutores desta pesquisa, mediante as quais fomos conduzida ao oferecimento de algumas sugestões apresentadas no tópico a seguir, das considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos terminar, acentuando que os objetivos deste estudo foram alcançados. Sobre as hipóteses formuladas, duas delas foram comprovadas na íntegra, quatro afirmadas em parte e apenas uma foi negada em sua constituição.

Entre as hipóteses comprovadas integralmente, constatamos que os critérios de seleção dos idosos para participarem dos conselhos CMAS e CMDPI, de fato, obedecem ao seu respectivo Regimento, que consta da realização de um edital de chamamento público, com a exigência da apresentação de documentação específica, requerida por parte de cada Conselho, para a eleição dos candidatos interessados em assumir uma vaga.

Por ocasião dessas eleições, os idosos usuários são convidados a falar sobre a razão de sua concorrência à vaga, ficando ao critério da plenária, no caso do CMDPI, ou ao talante do grupo de usuários da política de assistência social, no caso do CMAS, a escolha do candidato que melhor represente o segmento idoso, com a aprovação da maioria absoluta de votos.

Os idosos que se habilitaram a participar dos espaços de controle social, realmente, o fizeram, por possuírem maior expressividade na comunicação e cognição, iniciativa própria, experiência de lutas em favor do seu segmento etário, embora estivessem também buscando atender às próprias reivindicações.

Mediante o discurso dos interlocutores da pesquisa, verificamos que, mesmo nos casos em que eles foram convidados a participar de qualquer um dos grupos mencionados, a razão do convite foi justamente pelo destaque de tais características que saltavam aos olhos de quem os convidou, com exceção da iniciativa própria.

Entre as hipóteses passíveis de comprovação, em parte, constatamos que, diferentemente do que pensávamos, o exercício do controle social se encontra fragilizado na óptica dos idosos não conselheiros, em virtude de uma compreensão equivocada de sua finalidade, bem como pela falta de conhecimento necessário a essa compreensão. Já os idosos que participam dos espaços de controle social, mais especificamente dos conselhos CMAS e CMDPI, conseguem compreender de

que forma podem influenciar nas decisões de uma gestão municipal na sua função de conselheiro, em razão de conhecerem o significado de controle social de maneira mais esclarecida.

Acreditamos, porém, que, atrelada a esse maior conhecimento, deveria haver maior influência na resolução de seus problemas, por terem acesso a uma instância que lhes concede maior poder de resolubilidade, que é o Conselho. Embora exerçam o controle social com sua atuação protagonista, contribuindo nas decisões tomadas nesta instância de poder e na realização das conferências, ainda não se apropriam devidamente do papel articulador que possuem e, por sua vez, não conseguem traduzí-lo em ações que possam impactar sobre a sociedade ou uma parcela significativa desta.

Acreditamos que isso decorra do desconhecimento ou do pouco conhecimento dos conselheiros sobre o funcionamento da máquina estatal quanto aos processos de administração das políticas públicas. Os idosos conhecem muito bem suas necessidades. Não conseguem, no entanto, enfrentar as rotinas dos processos da Administração Pública, que é o espaço oficial de manifestação das solicitações da sociedade, mediante documentos oficiais de comunicação (memorandos, ofícios, decretos, resoluções etc).

Essa dificuldade dos idosos é percebível por via do caráter imediato com que enfrentam seus problemas emergenciais e na expectativa de resolverem os obstáculos, particularizando as situações. Não expressam o entendimento de que é preciso começar pelas necessidades coletivas e pelo reconhecimento dos direitos sociais, para que todas as pessoas possam ser reconhecidas pela sua condição cidadã.

Então, propomos um momento de capacitação para todos os conselheiros sobre a Administração Pública Brasileira, especificamente as administrações municipais, envolvendo, tanto a execução de processos administrativos, quanto de orçamento e de gerenciamento de sociais públicos.

Faz-se necessário, também, que os conselheiros adentrem as comunidades, organizados politicamente com apoio em uma agenda de compromissos, conheçam em profundidade as necessidades destas, para que suas

proposições se tornem mais eficientes e alcancem com maior amplitude as suas carências e, por sua vez, a dos idosos.

Paralelamente, compreendemos que é oportuno o aumento do número de vagas para usuários nos conselhos, com a devida proporcionalidade para cada um dos segmentos etários - criança, adolescente, jovem, idoso - pois é com base na perspectiva destes que os conselhos podem elaborar propostas de maneira mais coerente e, de fato, alcançar a resolução dos seus problemas.

Constatamos, ainda, que a participação dos idosos dos grupos de convivência dos CRAS (idosos não conselheiros) nas atividades destes equipamentos sociais proporcionaram, de fato, a estes maior compreensão sobre as categorias pesquisadas, idoso, participação, protagonismo e controle social, relacionando-as à sua vida familiar e comunitária, o que os torna seres potencialmente mais atuantes no aspecto político da vida em sociedade. Sobre o exercício do controle social propriamente dito, no entanto, não constatamos exemplos mais consistentes.

Consideramos, também, que essa compreensão não representou apenas o nível de conhecimento teórico acerca das referidas categorias, mas, ainda, suas práticas cotidianas, como foi possível perceber nos vários depoimentos, com exceção da categoria controle social, pela razão mencionada anteriormente.

Em contrapartida, os idosos não conselheiros, conquanto se tenham apresentado desprovidos de maiores orientações a respeito do conceito de controle social e da compreensão que lhe é exigida, logram dar maior visibilidade às suas ações, quando realizadas diretamente nas comunidades, como o exemplo das intervenções comunitárias, o que facilita a articulação com a sociedade e os torna mais aptos e próximos de realizar ações de maior impacto em prol do seu segmento etário.

Diferentemente daquilo em que acreditávamos, as maiores reivindicações dos idosos foram mais em favor dos seus grupos, sejam familiares ou comunitários, além dos interesses pessoais. Entre estas, as que mais se destacaram foram segurança, respeito à condição de idoso, saúde e assistência social por intermédio de melhorias na infraestrutura dos CRAS, além de maior conhecimento e lazer.

Para surpresa nossa, a alimentação e, principalmente, o transporte coletivo, não foram mencionados entre os respondentes da pesquisa. O combate à violência e o assento prioritário destacaram-se nas propostas de intervenção comunitária. O fator mais preocupante, porém, foi mesmo o problema da violência contra a pessoa idosa.

Apenas uma hipótese foi negada. Na verdade, as relações familiares e comunitárias dos idosos têm melhorado consideravelmente, com o aparecimento de atitudes mais humanas e solidárias entre os pares, diminuindo a sensação de apatia, indiferença e isolamento que acreditávamos haver anteriormente.

Considerando a atuação dos dois perfis de idosos (conselheiros e não conselheiros), notamos que existem formas diferenciadas de compreender e exercer o controle social por parte destes, mesmo entre os idosos do mesmo perfil, e que a existência da ação protagonista dos referidos idosos, imprescindível ao exercício do controle social, está atrelada a alguns fatores.

Entre eles, se estes se reconhecem: integrantes de um segmento etário que apresenta problemas na dimensão de uma questão social e que necessitam da atenção de políticas públicas eficazes; possuidores de um nível de conhecimento teórico à altura do que lhes é exigido, no que diz respeito às leis que lhes garantam proteção; e articuladores políticos com a rede de serviços públicos e privados existentes para o atendimento de suas demandas.

Enfim, chegamos ao claro entendimento de que, transpondo a capacitação dos idosos conselheiros, instrumentalizarmos os idosos não conselheiros sobre o conhecimento e apoio necessários, dando-lhes mais oportunidades de se inserirem nos espaços de conselhos, mediados pela ampliação do número de vagas para usuários, o poder de resolução destes idosos sobre suas necessidades alcançará maior amplitude e, sem dúvida, diminuirão consideravelmente não apenas os seus problemas, mas também os de todo o seu segmento.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre técnicas qualitativas e quantitativas. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. p. 31-39.
- BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. 3 ed. Trad. de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BRASIL, Lei 10.741/03. Dispõe sobre o **Estatuto do Idoso**. Brasília-DF, 2003.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.
- CAMERINO, Andréa Maria Barbosa. **A velhice: uma Realidade Incômoda**. Monografia de Graduação – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: dezembro, 2001. p. 4-17.
- CNAS, MDS. **Caderno de textos: subsídios para debates: participação e controle social do SUAS / Conselho Nacional de Assistência Social**, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – Brasília, DF, 2009.
- DAGNINO, Evelina. **Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania**. Em Evelina Dagnino (org.), Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. S.Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p.103-115;
- _____. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo:Paz e Terra, 2002.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política participativa**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993, p.71.
- _____. **Pobreza da pobreza**. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2003, p.39.
- ELIAS, Norbert. **A Solidão dos moribundos** seguido de “Envelhecer e Morrer”. Tradução: Plínio Dentzien. RJ. Jorge Zahar. Ed. 2001.
- FECESP (Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo). **O Brasil grisalho**. São Paulo: Repórter FECESP, ano IX, n.132, out./1999.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 2003.
- GALHEIGO, Sandra Maria. Revista Baiana de Saúde Pública. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – vl. 32, supl.1, out.2008 – **Cidadania, Alteridade, Empoderamento e Redes de Solidariedade: variações acerca dos discursos e exercícios do controle social**. Salvador: Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. ISSN 0100-0233. Acesso em: 19.06.11;

IBGE (Brasil). **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/perfidosos2000.pdf>> Acesso em: 30 set. 2010.

IBGE (Brasil). **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2010/SIS_2010.pdf> p.191. Acesso em 31 jul. 2013.

IBGE (Brasil). **Censo 2011**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2011/pdf/ambos_pdf.pdf> Acesso em 31 jul. 2013.

IBGE (Brasil). **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/tab/abelas_pdf/sintese_ind_1_3.pdf> Acesso em 31 jul. 2013.

Indicadores e Dados Básicos do DATASUS (2012). Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popce.def>> Acesso em 31 jul. 2013.

LOIOLA, Elízio de Araújo. **Trabalho Social com Grupos de Convivência da Terceira Idade**. Fortaleza: Serviço Social do Comércio (SESC), [198-?], p.1. (mimeo).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico**: uma reflexão sobre a práxis de saúde coletiva. *Ciência e Saúde Coletiva*, 6(1): 7-19. Rio de Janeiro, 2001.

_____. Fase de análise ou tratamento do material. In: _____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4.ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999, cap.4, p. 197-248.

PRADO, Tania Maria Bigossi do. **Participação**: um estudo sobre idosos. Vitória: ES, 2006. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/7291092/Dissertacao-Mestrado-Participacao-Um-Estudo-Sobre-Idosos>> Acesso em: 30 set. 2010.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

RODRIGUES, Nara da Costa. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**. Porto Alegre, v.3, p.149-158, 2001.

ROZENDO, Adriano da Silva; JUSTO, José Sterza; e CORREA, Mariele Rodrigues. *Revista Kairós Gerontologia*, v.13(1). **Protagonismo Político e Social na Velhice**: cenários, potências e problemáticas. São Paulo, jun.2010: 35-52. ISSN 2176-901x. Acesso: 19.06.11;

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. Ed. Condensada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (Coleção Para o Leitor Moderno);

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

VERAS, Renato. **A novidade da agenda social contemporânea:** a inclusão do cidadão de mais idade. A Terceira idade, v.14, n.28, p.6-29, 2003;

WEBER, Max. **Ciência e Política:** duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 2008;

_____. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Ed. UNB, v.1, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Active Aging:** a policy framework. Madrid: Spain, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA

MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE - MAPPS

LINHA DE PESQUISA: ESTADO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA DO SOCORRO FERREIRA OSTERNE

ORIENTANDA: ANDRÉA MARIA CAMERINO ROBERTO

QUESTIONÁRIO Nº _____**IDENTIFICAÇÃO**

IDOSO(A): _____

NASC.: _____

TEL: _____

SEXO: () MASCULINO () FEMININO

ENDEREÇO: _____

ESCOLARIDADE: _____

CRAS: _____

ENDEREÇO: _____

TEL: _____

CONTROLE SOCIAL

1. O que você entende por controle social?

() É poder dizer tudo o que pensa e fazer tudo o que se quer.

() É propor alternativas de melhoria das suas condições de vida e demais idosos.

() É fiscalizar e denunciar as irregularidades das ações públicas e privadas em seu favor.

() Nenhuma das anteriores.

PROTAGONISMO

2. O que você entende por protagonismo?

() É participar ativamente das políticas públicas.

- () É ser um sujeito propositivo e articulador das ideias no desenvolvimento de políticas públicas em benefício de si mesmo e dos demais idosos, seja nos conselhos, nas conferências, fóruns, associações ou outro espaço público.
- () É estar presente em todas as reuniões de idosos no bairro em que você mora.
- () Nenhuma das anteriores.

PARTICIPAÇÃO

3. O que você entende por participação?

- () É frequentar as atividades para idosos de sua preferência quando se está com vontade.
- () É estar presente nos encontros ou reuniões de idosos no qual faz parte.
- () É estar presente e envolvido assiduamente nos encontros ou reuniões de idosos, oferecendo críticas e/ou sugestões para as ações existentes em benefício do segmento idoso.
- () Nenhuma das anteriores.

4. É membro assíduo do grupo de convivência do PABI? () SIM () NÃO

5. Participa assiduamente dos espaços de controle social abaixo?

- () conferências – qual ou quais? _____
- () conselhos – qual ou quais? _____
- () núcleos de participação popular (NUPP) - qual CRAS? _____
- () fóruns – qual ou quais? _____
- () Associações – qual ou quais? _____
- () Outros – qual ou quais? _____
- () Não participa.

6. Tem disponibilidade e interesse para participar de uma entrevista para falar sobre sua participação na sociedade?

- () SIM – dias e horários: _____
- () NÃO.

APÊNDICE B – ENTREVISTA

1. O que você entende por ser idoso?
2. O que você entende por participação?
3. Por que você resolveu participar?
4. O que você entende por controle social?
5. O que você entende por protagonismo?
6. O que você mais deseja de retorno com a sua participação?
7. Você acha que a sua participação trouxe algum benefício para a sua família/comunidade/grupo de relacionamento?
8. O que você gostaria de dizer sobre a sua participação enquanto idoso?
9. Você se considera protagonista no seu segmento idoso?
10. Você se considera exercendo controle social?